

Letícia Francisca Alves da Silva

Significações da Violência Urbana: Resgatando um espaço roubado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): Prof. Dra. Maria Lúcia Castilho Romera

**UBERLÂNDIA
2008**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- S586s Silva, Letícia Francisca Alves da, 1982-
 Significações da violência urbana : resgatando um espaço roubado
 / Letícia Francisca Alves da Silva. - 2008.
 166 f. : il.
 Orientador: Maria Lúcia Castilho Romera.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
 Inclui bibliografia.
1. Psicologia aplicada - Teses. 2. Violência urbana - Teses. 3.
Psicanálise - Teses. 4. Análise do discurso – Teses. I. Romera, Maria
Lúcia Castilho. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.99

Dedicatória

Por terem me ensinado a admirar as estrelas do céu sem tirar meus pés do chão, dedico este trabalho à minha mãe-guerreira, **Eunice Alves** e à meu pai **Sebastião Giovani** (*in memorian*), dono de grande sensibilidade. Por todos os grandes presentes que recebi de vocês, momentos de muita simplicidade e beleza, creio ser justo dedicar-lhes toda e qualquer produção positiva de minha vida. Esta, acredito ser uma delas.

Agradecimentos

Agradeço À **Eunice Alves** por sua coragem em ser mãe e por isso, guerreira e à **Sebastião Giovani** pela coragem de ser pai e herói;

Por terem me ensinado a usar a irreverência para superar as limitações do viver, agradeço aos meus nobres familiares. Aqui incluo meus tios-irmãos **Totó, Tim, Dodó, Cinim e Lelei**, meus protetores.

Pelo amor recebido desde os primeiros anos de minha vida, agradeço a **meus avós**, cada um, com um coração de ouro.

À minhas amigas-irmãs, **Livia, Paula e Marcela**, acompanhantes de meus tropeços e incentivadoras de meus acertos. Não esquecendo a **Sissi**, é claro.

Aos meus amigos-anjos, **Luíza Mineo, Edilson Zielinsk e Maria das Graças**. Dizer obrigado a vocês é infinitamente pouco diante do que já me proporcionaram;

Um agradecimento muito especial à **Prof. Dra. Maria Lúcia Castilho Romera**, pela acolhida paciente durante minha formação neste curso de Mestrado. Sou muito honrada e grata pela oportunidade concedida;

Agradeço, também, à doce, **Prof. Dra. Anamaria Silva Neves** pela receptividade no trabalho em docência, ensinando-me muito mais do que pôde perceber;

Reconheço a importância de cada **participante** que aceitou a expor seus sentimentos e opiniões, renunciando a minutos preciosos de seu trabalho para contribuir com minha investigação. Obrigada a todos;

Ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia que na pessoa do Prof. Dr. **Cláudio Vital de Lima Ferreira**, acolheu minha necessidade de aprimoramento profissional;

À amorosa **Marineide** pela paciência de Jó, sempre prestativa com minhas perguntas mais estúpidas e mesmo depois da milésima ocasião em que teve de me dar instruções para o uso das chaves do Laboratório;

Ao **Prof. Dr. Sinésio Gomide Júnior** pela amizade e irreverência únicas.

Aos acolhedores **alunos** da disciplina Psicologia Institucional e Comunitária I.

Aos **professores de outras áreas** que permitiram o diálogo amadurecido com minhas afinidades teóricas;

A cada **estudioso** aqui discutido, cujos esforços me foram essenciais na caminhada da pesquisa.

Aos meus **amigos, familiares (os Alves e os Silva) e mestres** que fizeram das minhas vivências até aqui, momentos muito preciosos. Obrigada.

Nove Horas da Manhã

Eu fico pensando o que quer alguém que faz um projeto
Acho que o sonho move o projeto
Vontade de ver os envolvidos conseguirem dar um passo
Para mais adiante
Para mais adentro

É como desejar ensinar a fumaça a desenhar formas na tarde fria e quieta
dependurada

Frente do céu azul
Primeiro ela começa a subir,
Depois permite sensibilizar-se
Torce-se na primeira brisa,
Conduze-se,
Somente até certo ponto,
Depois vai subindo assim,
Dá a volta
E segue acompanhando a linha do horizonte misterioso,
E sobe novamente,
Ao final, desenha no céu
A helicóide,
Às vezes, são formadas circunferências
Às vezes vértices... Às vezes...

Como será a emoção dos que contemplam a forma da fumaça no horizonte?

Sabem que há um projeto?

O que pensa o sol de tudo isso? Ele morre constantemente para que o projeto exista e continue.

Tem gente que sonha para que os outros sonhem.

Sonho de construir

Oportunidades

Através dos sonhos dos outros

Que muitas vezes já partiram para outros projetos.

Sonhos de tirar do fundo das lentes

Suspiros.

Sonhos de se ouvir numa aula:

- puxa!

Tem gente que tem na face

O sol das nove horas da manhã

As cores, os tons, a expectativa de se ter um dia bom.

- bom dia.

O sorriso, o olhar claro, o sonho do desenho da tarde.

E trás pra gente outras histórias

Assim, Letícia, se a gente fosse te desejar alguma coisa

A gente queria te desejar te abrir este sonho

O sonho de com ti no ar

Estarmos a desfrutar

E quando o vento te levar pra lá

E te conduzir na linha do horizonte

Te fazer a helicoidal ou qualquer forma outra

Nós seremos os eternos espectadores

Torcendo para que o projeto seja seu

E você seja ele

Em qualquer tarde de desenho no céu

Em toda manhã de sol.

José Borges

(Poema recebido da turma de Psicologia Institucional e Comunitária I, ao final de meu estágio em Docência)

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar como os trabalhadores do que se convencionou chamar de combate à violência significam seus trabalhos e como se sentem em relação à violência que vivenciam na tarefa laboral. Sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, com a utilização da análise automática do discurso de Michel Pêcheux e da interpretação proposta por Herrmann, o estudo se desenvolveu com a participação de 6 policiais, 3 psicólogos e uma promotora de Justiça, todos atuantes no serviço público de cidades do Triângulo Mineiro. Após a transcrição, a leitura e a interpretação dos trechos das entrevistas, pôde ser notado que, no trabalho com a violência, tais trabalhadores sentem-se abandonados por suas instituições de origem e por demais dispositivos de controle social. Eles ainda denunciam que a sociedade parece ter renunciado à importância da ordem, hostilizando-os quando desenvolvem tarefas coercitivas. Isolamento, violência e urgência no tempo apareceram como moduladores das relações interpessoais na atualidade. Percebeu-se ainda que reestruturações no âmbito de diversas instituições, incluindo a própria polícia, a escola e a instituição familiar, são o eixo central das soluções apresentadas por eles. Assim, considera-se relevante a iniciativa de oferecer um momento de expressão àqueles que também participam das cenas de violência, uma vez que, oportunizar esses espaços de significação, parece ser um dos primeiros passos para aquilo que eles mesmos sugeriram- as reformas institucionais. Tais momentos podem ser oportunidades para que eles sejam levados em consideração no âmbito do que pensam e sentem ou dos significados e sentidos que estruturam sua forma de ser e estar no mundo e dos riscos que nele correm e que deles advêm, inserindo esses trabalhadores na história da violência. Na tentativa de amenizar os embaraçosos efeitos da violência no Brasil, sugere-se que mais espaços de expressão sejam oferecidos para este público, principalmente dentro de suas próprias instituições.

Abstract

The actual study had the objective of investigating how the workers involved in combat of violence give signification to this phenomenon in working situations and what they feel about the violence they deal with in the working time. Using the qualitative perspective techniques, utilizing the automatic discursive analyzes of Michel Pêcheux and Herrmann interpretation, the study was developed with the participation of 6 police officers, 3 psychologists and a justice promoter, all of them actuating in the public service from Triangle Mineiro cities. After the transcription, the reading and interviews interpretations, it could be notice that these workers feel forsaken by their original institutions and by other ones that are so responsible by the social control. These institutions are omitted in some occasions and in others they are extremely repressive. All these facts make them promote embarrassment and fear in the function normative development. Furthermore, the violence combatants agree that even the society seems to have resigned to the order importance e are hostile with the control function that these combatants develop. Isolation, violence and time urgency are mentioned as the social relations modulators nowadays, ruled mainly by the capital order. It could be notice that culture and institutional reforms were suggested to violence problems by these workers cause they think that several values as Education and Order must be recuperated by several institutional dispositives, including police and family. So, it could be seen that was important to offer a signification moment to the violence combatants because it seems to be the first step to put in practice their own suggestions – a culture and institutional reformation. In an effort to make weaker the embarrassing products of violence, it can be pointed that other expression spaces can be offered mainly inside their own institution.

Sumário:

Apresentação.....	09
Introdução.....	10
<i>Objetivos.....</i>	<i>14</i>
<i>Justificativas.....</i>	<i>14</i>
<i>O espaço é mesmo roubado?.....</i>	<i>17</i>
Capítulo 1 Aproximando-se da Violência: conceitos.....	23
Capítulo 2 As leituras da violência: o trânsito pelas Ciências Sociais e Psicanálise.....	28
<i>2.1 Violência e Constituição Psíquica.....</i>	<i>37</i>
<i>2.2 Subjetividade e contemporaneidade.....</i>	<i>44</i>
Capítulo 3 Metodologia: percorrendo pistas.....	52
<i>3.1 A Análise do Discurso.....</i>	<i>53</i>
<i>3.2 As influências de Pêcheux</i>	<i>56</i>
<i>3.3 A interpretação</i>	<i>59</i>
<i>3.4 As significações</i>	<i>64</i>
<i>3.5 O contato com os discursos.....</i>	<i>66</i>
<i>3.5.1 Caracterização dos participantes.....</i>	<i>68</i>
<i>3.5.2 As instituições</i>	<i>69</i>
<i>O Centro de Combate `a Violência (CCV).....</i>	<i>69</i>
<i>A Polícia Militar.....</i>	<i>70</i>
<i>3.5.3 Os diários de Campo.....</i>	<i>71</i>
Capítulo 4 Dados, achados e perdidos: Análise e Discussão.....	73
<i>4.1 Apresentação dos dados (achados e perdidos).....</i>	<i>74</i>
<i>4.1.2 A violência.....</i>	<i>74</i>
<i>4.1.2 A Subjetividade.....</i>	<i>108</i>
<i>O que há de comum entre psicólogos e policiais?.....</i>	<i>127</i>
<i>O que há de incomum?</i>	<i>128</i>
<i>Tropa de Elite merece seu comentário.....</i>	<i>130</i>
Capítulo 5 Conclusões: os sentidos e sentimento.....	134
<i>As significações.....</i>	<i>133</i>
Capítulo 6 Considerações finais.....	144
Referências Bibliográficas.....	152
Anexo1: Perguntas Norteadoras.....	158
Anexo 2: Modelo de Entrevista.....	159

Apresentação

Este trabalho surgiu de inquietações pessoais em relação à violência que pareceu tomar proporções importantes nos anos de desenvolvimento desta pesquisa. Um aspecto relevante notado em relação à violência que se presenciou neste período é a desproporção de suas volumosas aparições em contraste com o pouco espaço dado à elaboração de sua vivência. Entende-se, desta forma, que as experiências com a violência, apesar de avolumadas no contexto atual não ofertam oportunidades de dar sentidos ao fenômeno. Por isso, considera-se que tal violência é silenciada, seja nos espaços institucionais, seja em demais espaços de relações interpessoais.

Tal silenciamento, acredita-se, é ainda maior para aqueles que lidam cotidianamente com a este fenômeno e, apesar da grande proximidade com o fenômeno, não possuem formas de legitimar sentimentos e opiniões. Os trabalhadores envolvidos no combate à violência são bastante próximos à cena das violências cotidianas, bastante envolvidos com vítimas e criminosos, mas suas expressões se limitam ao cumprimento de regras e protocolos de ação. Assim, tentou-se desenvolver aqui, um trabalho que, ao proporcionar momentos de significação em torno da violência para os trabalhadores envolvidos em seu combate, possa também trazer mais noções sobre este fenômeno.

Introdução

Ao se contar a história da civilização, a violência aparece como um fenômeno presente em qualquer momento histórico-político-econômico que a humanidade atravessasse e nos vários espaços de suas relações humanas, mesmo após a proposta civilizatória. No entanto, considera-se que a violência tem tomado uma proporção importante nos espaços de circulação das idéias da atualidade, o que faz com que o fenômeno tenha uma atenção especial seja no volume de sua aparição como fato já ocorrido, seja na multiplicação das possibilidades de sua ocorrência.

Assim, tentando entender alguns aspectos deste fenômeno, até mesmo por sua aparente onipresença na história das relações humanas e destas relações na atualidade, tenta-se aqui, entender alguns aspectos da violência sob a ótica daqueles que têm grande proximidade com ela, apesar de não serem vítimas ou criminosos diretos – os trabalhadores envolvidos no que se chama de combate à violência. Neste estudo, tais trabalhadores são: policiais, psicólogos e uma promotora de Justiça

Ao se dizer “combate à violência” e, ao mesmo tempo, se admitir que o fenômeno seja sempre presente, pensa-se que, lidar com a violência seja algo desafiador, uma vez que, apesar dos esforços para sua amenização, este fenômeno parece sempre encontrar novas possibilidades para sua aparição. Assim, apesar de se entender que o combate nem sempre pode ser uma palavra que defina bem a relação com a violência na tentativa de amenizá-la,

convenciona-se em alguns momentos deste estudo chamar os trabalhadores envolvidos nos contornos da violência, de combatentes ou trabalhadores do combate à violência.

Considera-se ainda que, ao se falar desses trabalhadores se esteja, ao mesmo tempo, falando de um sujeito ativo na construção de sua história e da história de seu meio, dotado de um corpo, de um sexo, de uma pátria, de uma língua e que atravessa o século com histórias para contar. Esse sujeito, dito contemporâneo, vive a década do ataque às Torres Gêmeas, da invasão americana ao Iraque, do combate ao terrorismo, do fortalecimento dos pactos econômicos entre os países, da proliferação da telefonia móvel e da Internet. Todos esses fatos fazem parte da constelação das vivências que compartilha com outros de sua época. Vivências marcadas pelo inusitado, pelo assombro ou pela violência.

Na história do Brasil, tais fatores também estão presentes nas interrelações e fazem parte das conversações, dos noticiários, do espaço de circulação de idéias e afetos dos sujeitos contemporâneos brasileiros. Por isso, acredita-se que, na atualidade, esses sujeitos estejam implicados também na história da violência que, merece, cada vez mais, espaço para sua compreensão.

O estudo atual propõe-se, então, a investigar alguns fatores relacionados à violência, ciente de que o tema é um fenômeno complexo que aponta para inúmeros caminhos e que pode ser visto de diferentes formas, em diferentes épocas. Pela sua complexidade, tentou-se reunir aqui, alguns estudiosos de maior afinidade tanto na construção teórica quanto na postura investigativa, permitindo um levantamento sobre o assunto em diferentes áreas das Ciências Humanas.

Aqui, o tema violência é abordado na perspectiva psicanalítica, que também vive sua história e conta a história dos sujeitos. Assim, a intenção, é pensar nos sujeitos que atuam/assistem as histórias de violência no Brasil, acreditando-se que, assim, pode-se garantir

a eles, um espaço de expressão dos sentidos e de suas “significações”¹ sobre a violência. Como consequência, acredita-se ser possível uma forma peculiar de apreensão do fenômeno estudado: a violência nas palavras daqueles que tiram, desta “guerra”, os seus “ganha-pão”, sem saberem, nem mesmo se sairão sobreviventes.

Pensando-se então, nos caminhos da violência, especificamente no Brasil, o psiquismo pode também ter sofrido algum “assalto”? O que dizem alguns dos sujeitos que vivem em torno do fenômeno da violência tão presente no país? Para a proteção dos bens, de suas casas, têm-se cada vez mais recursos tecnológicos. E para a vida subjetiva? O que é inventado e reinventado para a sobrevivência psíquica? Que tipo de “muros” internos são sendo construídos no contexto atual para que se conviva com as demandas da violência?

Pensando-se os objetivos do trabalho, estrutura-se aqui, algumas questões:

1. Como as formas de violência apresentadas cotidianamente nos meios de comunicação e nas experiências pessoais afetam o que se chama de subjetividade?
2. A Psicanálise, aqui desafiada a aproximar-se da análise do contexto atual, pode contribuir com as demandas e produtos deste contexto no qual se destaca a violência?

Este estudo parte ainda do pressuposto que, ao se permitir um espaço para que se dê algum sentido às vivências com a violência, deixando de silenciá-la, apesar do enorme volume de sua aparição, acredita-se que se deixa de cometer mais um tipo de violência: a que silencia aqueles que a vivenciam, mas que não têm um lugar legítimo e original de fala. Assim, procura-se não “roubar” também um espaço de expressão sobre algo que esses sujeitos enfrentam diretamente: a violência das cidades.

¹ Este termo será melhor discutido em capítulos posteriores.

Desta forma, concordando-se com as considerações de Marin (2002) sobre a recusa discursiva dada à violência da contemporaneidade, apesar de se viver em tempos nos quais é possível falar dos próprios desatinos, acredita-se que, paradoxalmente, ao se negar a violência, acaba-se por reproduzir seus símbolos. Pensando-se nesta questão, acredita-se que este silêncio é multiplicado para aqueles que têm como ofício, reprimir esta violência que insiste em dar-se em evidência no cotidiano. Pensa-se ainda que, a produção intelectual possa, de determinadas maneiras suprimir algumas das defesas psíquicas daqueles que enfrentam a violência na linha de frente, mesmo que tais defesas sejam questionáveis: que o primeiro cuidado que o homem deve ter seja com sua própria pele. Sem pele psíquica, o homem recai na animalidade.

Portanto, pretende-se neste trabalho, oferecer um espaço para a produção subjetiva desses indivíduos que, inseridos na sociedade atual, enfrentam a questão da violência cotidianamente.

Considerando-se ainda as contribuições de Gonzáles-Rey (2002) ao afirmar que a subjetividade individual é determinada socialmente, pode-se dizer que o indivíduo constitui a subjetividade social ao mesmo tempo em que se constitui na mesma. Compartilhando dessa noção, Pêcheux (1938-1983)², importante parceiro neste estudo, formula ainda que, é no contato histórico que o sujeito pode discursar, que ao colocar sua voz, traduz inúmeras vozes existentes em seu lugar social.

Assim, considera-se que, ao se permitir um espaço para que as pessoas expressem suas opiniões e sentimentos – suas significações - sobre a violência, pensa-se também estar desenvolvendo algumas noções das estruturas sustentadoras deste fenômeno no espaço coletivo. Este estudo pretende, portanto, a partir da abertura para a expressividade, construir novos sentidos e noções sobre a violência urbana, utilizando as ferramentas teóricas e

² In: Gadet F., Halk T. (1993). Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2ed. Campinas: Pontes, p. 61-105.

metodológicas da Psicanálise e das contribuições Análise do Discurso desenvolvida por Pêcheux.

Objetivos:

- Apreender algumas das significações dadas ao tema pelos participantes;
- Possibilitar maior compreensão das condições da violência através das significações trazidas pelos sujeitos que vivem a história deste fenômeno cotidianamente;
- Permitir a produção de novos sentidos para os estudos da violência.

Justificativas:

Diante da frequência em que a violência aparece nos meios de comunicação e o impacto que tem provocado na sociedade, parece ser impossível não ser sensível às discussões acerca deste fenômeno - a violência tem sido cada vez mais presente no cotidiano.

A relevância acadêmica justifica-se pela necessidade de lançar um espaço para a investigação científica de um fenômeno que está sendo amplamente reproduzido e com graves consequências para a sociedade, levando para o estudo do fenômeno algumas contribuições da Psicanálise.

A importância social do estudo é evidente, ao se deparar com alguns embaraços que algumas instituições sociais como as escolas de São Paulo, acabam enfrentando: escolas e distritos policiais atacados por grupos organizados³ além de mortes de policiais, de agentes carcerários, de civis e dos membros de grupos organizados. Somando-se esses acontecimentos tem-se, no Brasil, um cenário de constantes desrespeitos aos Direitos Humanos.

³ CARNEIRO, MARCELO & PEREIRA, CAMILA. Terror em São Paulo. *Veja*, São Paulo, ano 39 no. 20 p. 42-48, 24 de maio, 2006.

Assim, considerando a aparição avolumada da violência em diversos meios das relações humanas, este fenômeno parece deixar marcas importantes na estruturação da subjetividade. Aqui, se reconhece, portanto, a importância dos diálogos entre as contribuições psicanalíticas e das Ciências Sociais, uma vez que, entende-se que esta última tem condições para descrever e analisar os contextos e decisões coletivas e a primeira oferece subsídios para que se compreenda cada parte construída e construtora desse contexto: a subjetividade humana.

Assim, além de se compreender que a violência possa provocar encargos à subjetividade contemporânea, procura-se investigar tais encargos naqueles que lidam com a violência cotidianamente, na tentativa de amenizá-la. Entende-se daí que, por viverem tão próximos às cenas de crime e das contravenções acabam, por certa forma, recebendo a violência praticada e as agressões que possam vir a sofrer sejam físicas ou psíquicas não são corretamente administradas. E apesar de receberem a violência, não possuem meios de simbolizá-la de outras formas a não ser vitimizandose ou tomando posturas do agressor.

Por isso é necessário verificar-se se há espaços de expressão para esses trabalhos que se desconhece no momento. Num primeiro instante, tenta-se verificar que espaço é oferecido ao público aqui mencionado e que tipo de expressão lhes é oferecida.

A proposta, inicialmente, foi investigar o tema junto a comerciantes, no entanto, realizada uma entrevista piloto, pôde-se verificar uma série de questões que levou, posteriormente, à mudança do público consultado (também autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa).

A mudança foi determinada, principalmente, pelos empecilhos que o ambiente trouxe à realização da entrevista. A mesma foi realizada no próprio local de trabalho do participante, o que dificultou o registro das informações. Ocorreram várias interrupções, dificultando a fluência do processo. Menciona-se ainda que a transcrição do material fora bastante

dificultada pela grande quantidade de ruídos que havia no ambiente, visto que é um lugar de trânsito constante.

Com essas dificuldades de registro e continuidade da conversa houve extrema dificuldade de se discutir alguns temas com o entrevistado, o que no momento da análise, deixou o material extremamente empobrecido de expressões, de significações.

Destas experiências, apreendeu-se um sentido para os empecilhos (os ruídos, as interrupções por fregueses). Estes parecem que *roubaram o espaço da investigação*, na entrevista sentiu-se a violência da pouca importância dada ao trabalho.

Com o ambiente inóspito para acolher uma conversa mais íntima, parece mais claro o quanto os estímulos aos quais os comerciantes estão submetidos parecem mesmo proporcionar a sensação do “roubo” iminente. Parece que além dos assaltos pelos quais perdem seus lucros, acabam por não ter o fornecimento de um artigo importante: a possibilidade de dar vida aos seus significados.

Após esta experiência, teve-se a impressão de que o trabalho seria melhor acolhido em um ambiente mais dedicado às conversações em torno da violência - os espaços onde se situavam os trabalhadores da área de cuidados à violência - policiais, promotores, assistentes sociais e psicólogos.

Lamenta-se pelo primeiro colaborador que, como tantos outros, não podem conversar e pensar – significar - sobre alguns temas que vivem em torno de si. São barrados e silenciados pelas demandas de trabalho. Não podem nem mesmo, entender o que se passa com a violência. Parecem estar muito próximos à ela, porém, não conseguem dar linguagem e expressão para o que vivem, não simbolizam o que sentem e, por isso mesmo, sentem ou se vestem com a violência. Uma evidência grande de que até o espaço para a expressão, para a significação sobre os alcances da violência está sendo diariamente roubado – a violência é evidente e ao mesmo tempo, silenciada.

Para dar início ao percurso investigativo apresenta-se, então, a primeira noção que permite o prosseguimento deste trabalho: a noção de que o espaço para significação da violência é roubado para aqueles que estão envolvidos no que se convencionou chamar de combate. Especificamente, procura-se questionar se há momentos reservados para que os trabalhadores de combate à violência atribuam significados à suas vivências com o fenômeno. Desta maneira, pensa-se:

O espaço é mesmo roubado?

Marin (2002) afirma que, difusas na sociedade, existem diversas inominações em torno da violência. Entende-se que o silêncio da violência existe também na esfera de atuação dos trabalhadores de seu combate e pode também ser fomentado pela ausência de iniciativas acadêmicas. Tais iniciativas poderiam oferecer-lhes oportunidades de fazerem parte da construção de um conhecimento sobre a violência, parte esta que poderia ser muito significativa para que os trabalhos de combate pudessem ser mais efetivos. Assim, recorre-se a uma breve revisão de literatura para que se perceba que espaço é dado à significação dos combatentes da violência.

Zaluar (2004) encontrou 118 trabalhos cujo tema são as instituições brasileiras encarregadas de combater o crime e manter a ordem pública. Deste total, 61 textos⁴ eram dedicados à polícia e, em sua maioria, faziam denúncia da violência policial. Tais estudos focalizam atos violentos praticados por policiais e mostram que estes agentes atuam de forma coercitiva contra os alvos mais vulneráveis como, pobres, crianças e adolescentes abandonados. De acordo com este estudo, os casos de violência policial levaram a população a construir uma imagem negativa dos policiais, além de sentimentos de descrença e medo com respeito às suas ações.

⁴ Pinheiro, Izumino & Fernades, 1991; Adorno, 1995; Velho, 1996; Pinheiro, 1997; Cardia, 1997. In: Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV.

A autora cita também produções que procuram entender a organização policial, sua cultura e suas práticas cotidianas para explicar violações aos direitos humanos e o exercício ilegal do poder. Ao focalizarem as experiências dos policiais no exercício de suas funções, esses estudos apontam que muitos destes profissionais condenam a violência e a arbitrariedade cometida por seus pares. Além disso, demonstram até mesmo os adoecimentos que ocorrem na situação de trabalho. Para Zaluar (2004), esta perspectiva de estudo tem se mostrado importante para a compreensão da visão de mundo destes profissionais, de suas relações com a sociedade e de suas ações no combate à criminalidade.

Nas investigações de Oliveira Júnior (2007) a figura do policial também é privilegiada em função de suas tarefas. Em suas contribuições nota-se que o policial é visto de forma ambígua pela sociedade, ora sua presença é respeitada e desejada, ora extremamente odiada, assim como o é a figura do Estado que o policial representa. A ambivalência, de acordo com o autor, retoma a própria ambivalência da ordem.

Apesar das diferenças significativas entre os indivíduos de uma mesma corporação, o autor identifica dois tipos de “personalidades” muito semelhantes entre si, o *Law-officer* e o *peace-officer*. Consideradas como *sistemas ocupacionais* - as características que os trabalhadores adquirem de acordo com as funções que desempenham na organização policial-orientam tanto a auto-imagem do profissional quanto a imagem que os colegas têm da atuação de sua atuação.

O “law officer”, de acordo com o autor, é um policial militar que destaca as qualidades de coragem e emprego da força física como os elementos necessários ao desempenho de seu papel. O “peace officer” encara que a predisposição para uso da força como um fator que não é tão importante para o desempenho de sua atividade. Valoriza a capacidade de solucionar problemas colocados pelas pessoas e pelas comunidades, parece ter paciência e capacidade de tomar decisões, apresentando capacidade de lidar com situações de

tensão. Trata-se de policiais com um nível diferenciado de preparação e procuram um maior número de cursos de aperfeiçoamento e atualização.

Beato (1997) é outro autor que valoriza as funções policiais e suas atuações. Em algumas de suas investigações, considera temas como a interação policial com a comunidade e avalia suas atuações no decorrer na história e na atualidade. Relata ainda que penas recentemente a sociedade brasileira se apercebeu das articulações positivas entre polícia e cidadania.

Entre suas colocações, o autor enfatiza que a polícia e a justiça afetam minimamente as taxas de criminalidade e pouco se orientam pelas regras que conteriam o poder social e político na produção de ordem. Somada a essas questões tem-se ainda, o que Beato (idem) coloca sobre a multiplicação dos “vingadores” e “justiceiros” que constroem sistema de justiça privado onde a polícia não opera, gerando um fator adicional de desordem.

Anchieta & Galinkin (2005) no estudo das representações sociais de policiais civis sobre a violência apontam que eles definem o fenômeno da criminalidade, objeto de seu cotidiano, de acordo com suas manifestações físicas. Responsabilizam o Estado pela ocorrência da violência, incorporando argumentos de um saber científico das ciências sociais e, assim, não apenas explicam o porquê do fenômeno, mas justificam a dificuldade em combater o crime de forma eficiente. Atribuem a origem da violência à desestruturação familiar e buscam, na psicologia, explicações para o comportamento dos jovens que cometem crimes- sobre a índole ruim, parte da “natureza” do criminoso - um problema de ordem privada cuja solução está fora da alçada da polícia.

Comentam ainda que tais policiais vêm-se tolhidos pela crítica da sociedade, sentem-se constrangidos pelas normas internas da instituição policial e pelos limites legais impostos ao seu desempenho profissional. Parecem ainda não terem clareza dos limites de suas ações,

pouco conhecem sobre o sistema normativo que rege as ações do policial e até onde vai a violência legítima permitida a um agente do Estado.

Interessante notar ainda nos trabalhos de Anchieta & Galinkin (2005) que os policiais têm consciência da imagem negativa que a população tem de seu papel social, e que tal trabalho se limita a limpar o “lixo da sociedade”. Percebem a ambigüidade da sociedade que ora critica a polícia por não ser agressiva, ora a critica por este motivo. Também citam o medo e tensão no enfrentamento dos criminosos, transformando seus trabalhos em sofrimento psicológico, compensado pela crença no caráter missionário de sua profissão.

O medo, de acordo com Dejours (1992), está presente em todas as profissões, mesmo naquelas que envolvem tarefas repetitivas ou em funções de escritório. O autor analisa o trabalho em fábricas e organizações privadas que primam pelo trabalho braçal, mas seu trabalho tem grandes contribuições sobre “o afrontamento do homem com sua tarefa que põe em risco a sua vida mental” (p. 11).

Desta maneira, o autor citado acima traz importantes noções sobre o estado permanente de tensão frente aos riscos de uma tarefa, visto que tais riscos são exteriores e independentes da vontade do trabalhador e contra eles comenta existir a “ideologia defensiva”. Essa ideologia garante ao grupo de trabalhadores certa coesão, produtividade e coragem para o enfrentamento desses riscos. Tal coragem, em alguns casos, é promovida também pelo uso do álcool⁵ que permite certa inconsciência frente à possibilidade de morte ou dano físico grave na situação de trabalho. A medicalização fica também apontada pelo autor como forma de escamotear o sofrimento psíquico frente à tarefa laboral.

⁵ Silveira & Boldori (2003), em um diagnóstico sobre fumo e álcool em policiais de Santa Catarina puderam notar que o consumo dessas drogas entre eles foi considerado irrelevante. Não há dados disponíveis sobre outros locais.

Pensando na tarefa policial, que ainda lida com a imprevisibilidade das ações humanas, parece ser viável reconhecer que o medo frente à tarefa pareça mesmo ser um mecanismo importante no trabalho de enfrentamento da cena violenta.

De acordo com o autor, o trabalho nas organizações de trabalho também são “pagos” com reconhecimento. Assim, para Dejours (1992):

“O reconhecimento é a retribuição da sublimação. Isso significa que a sublimação tem um papel importante na conquista da identidade. Reconhecimento social e identidade como condição da sublimação conferem a essa última uma função essencial na saúde mental (p.88).”

Silva (2003), em um trabalho que envolve policiais e suas funções, enfatiza que a natureza da organização e da atividade policial militar envolve inúmeros estressores ocupacionais que, aliados a outras fontes de stress como problemas familiares, problemas sociais e bem como intrínsecos aos indivíduos, podem submeter o policial militar a níveis de stress excessivo. Tais fatores, combinados, podem culminar em doenças com reflexos negativos para seu desempenho profissional nas atividades operacionais. O autor coloca ainda que o Policial Militar na busca cotidiana para combater o crime, é alvo de cobranças árduas e constantes por parte da sociedade, furiosos por enfrentarem recorrentes problemas sociais. Assim, o policial, ao cumprir seu ofício procurando solucionar conflitos, acaba por sofrer tensões emocionais de toda ordem, trazendo consequências irreparáveis e deixando-o desequilibrado emocionalmente.

Souza e tal (2007) caracterizam a inserção da mulher nas atividades laborais da instituição policial. Tais mulheres parecem sofrer de maiores sinais de estresse, se comparadas aos homens. Respeitando-se as devidas proporções, visto que o contingente feminino é bem menor que o masculino (talvez mais um fator de estresse), a autora pôde constatar que as mulheres apresentam maiores sinais de tensão como dor de cabeça, choro

fácil, insônia, tensão, agitação, tristeza e cansaço. Justifica tais sinais nos fatores sociais: baixo apoio social, pressões culturais que as responsabilizam pelo cuidado com o lar e com a família, necessidade das mulheres se esforçarem mais para conseguirem o mesmo reconhecimento profissional que o homem e a hierarquia social que outorga a supremacia masculina no mercado de trabalho.

Assim, vê-se que as iniciativas acadêmicas têm dedicado certo espaço de investigação para as relações de trabalho dos combatentes da violência. Há também iniciativas que privilegiam a produção subjetiva desses trabalhadores, porém, em muitos casos, essa investigação é feita sob um enfoque quantitativo de investigação. Até o momento não se verifica produções psicanalíticas dedicadas aos trabalhadores de combate à violência, mas não se pode afirmar que elas não existam. Parece que o espaço, aos poucos está sendo oferecido, mas muito há que se recuperar.

No capítulo que se segue, procura-se dimensionar a violência na exposição de conceitos dados à mesma. Posteriormente, no Capítulo 2, tenta-se compreender este fenômeno na visão de teóricos das Ciências Sociais e da Psicanálise, tentando-se pôr em diálogo algumas dessas contribuições. A partir de então, no terceiro capítulo da investigação, tenta-se apontar as noções trazidas pelos trabalhadores de combate à violência, acreditando-se que, como resultado, pode-se ter um possível enriquecimento da compreensão deste fenômeno. Acredita-se ainda que, oferecer uma oportunidade para que tais trabalhadores possam significar os impactos da violência com os quais convivem é fundamental para a efetividade do próprio trabalho de combate.

Capítulo 1

Aproximando-se da violência: conceitos.

Para tentar compreender as questões a cerca da violência pensa-se em dimensioná-la em um conceito. Mas o objeto aqui privilegiado é do campo do humano e uma vez reconhecida sua complexidade (do humano e de seu campo) dizer o que é e o que não é violência se torna um desafio.

No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1999), violência está definida como o uso intenso de força que causa constrangimento físico ou moral, contrário ao direito e à justiça; coação. Etimologicamente, violência surge no latim *violentia*⁶ significando exercer violência sobre, forçar, coagir. Adicionando-se o prefixo *vis* adquire ainda a noção de vigor, potência. Violência, assim, seria marcada por uma força excedente, recebida pelo par da relação como algo que transbordasse sua capacidade de receptação.

Durozoi (1993 *apud* Kodato, 2006) coloca que violência é um ato que se exerce com o uso da força contra um obstáculo; comportamento de uma pessoa contra uma outra que ela considera como um oponente à realização de seu desejo. É concebida ainda, para alguns autores, como algo puramente natural da vida humana ou como produto de uma vida social mal organizada.

⁶ Gueiros, R. F. M. (1979). Dicionário de Etimologias da língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Nas definições da Organização Mundial de Saúde (2005), violência define-se como uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra si mesmo, contra outrem ou contra um grupo de pessoas. Como efeitos deste fenômeno, tem-se morte, lesão física ou psicológica e problemas de desenvolvimento ou privação e pode ser chamada de violência sexual, violência auto-infligida, abuso e negligência contra idosos, violência entre companheiros íntimos, abuso e negligência infantil e violência juvenil.

Bastos (2003), citando Aristóteles coloca que a violência ocorre quando as coisas tentam ocupar os lugares que não lhes pertencem, saindo daquele que lhe correspondia, como uma pedra que é atirada. Nas relações humanas, violência ocorre quando alguém é obrigado a fazer aquilo que não era de sua vontade livre, esta imposição é externa e independente do desejo do sujeito, por isso, é dado como vítima.

Nas contribuições de Marin (2002), violência é da ordem do recalque, da ordem do irrepresentável e do inominável. Revela ainda que, apesar da sociedade escusar-se de discursar sobre a violência, muitos são os símbolos que a faz proliferar, incorporando-a no meio de circulação de idéias, como a mídia, por exemplo.

Entende-se, aqui, que, a divulgação jornalística, prioritariamente apegada aos fatos, ao mesmo tempo em que divulga a violência não oferece forma de apreensão, compreensão do fenômeno e nem mesmo alguma dimensão na qual o sujeito pode posicionar-se frente à suas demandas: parece que a divulgação repetitiva – a repetição sintomática, para Freud- acaba por fazer reproduzir posturas delinquentes em vários campos da ocupação humana.

As noções trazidas por Costa (1986) é de que a violência não existe se não for percebida como tal pelo agressor, pela vítima ou pelo observador. Neste caso, a violência só está presente nas interações humanas se nestas fica claro o desejo de destruição. Fica determinado que violência é um termo tipicamente do campo do humano e sujeito a seus julgamentos. Violência é assim, um produto exclusivamente humano.

O autor também identifica uma série de violências e reconhece a dificuldade de se ter um conceito fechado que poderia guiar de forma mais eficaz os estudiosos no assunto. Assim, cita a violência contra a pessoa, violência no trabalho, violência nos serviços da saúde, violência policial e violência contra o patrimônio. Considera que “as definições dadas para o termo são provisórias, operacionais e inferidas dos casos particulares, estudadas de situações particulares” (p. 10). O que ocorre como consequência é a falta de sistematização do fenômeno dificultando isolar-se a essência da noção de suas formas empíricas.

Souza (2005) propõe que a violência possui uma multiplicidade de sentidos e questões. Sendo assim, podemos falar em violência do Estado, da mídia, de certos rituais, dos atos criminosos (roubos, seqüestros assassinatos), contra a mulher, contra a criança, contra o idoso, violências dos pequenos gestos, violência presente na constituição do psiquismo. Enfim, violência adquiriu ao longo dos tempos, uma multiplicidade de fatores que a ela estão relacionados, sendo um fenômeno complexo em qualquer que seja a área de investigação do tema.

De acordo com Amoretti (1992), a violência ao mesmo tempo em que é um fenômeno exclusivamente humano, acontece de forma a denegar o social e aproxima-se da idéia do caos. Aparece como uma absolutização de um ponto de vista, impedindo qualquer tipo de relativização dos demais, desconsiderando outro e arbitrando sobre este outro desejos e opiniões. É o ponto auge da exclusão do diálogo e da linguagem.

Para Moraes (1995), o conceito de violência é amplo e diversificado. Identifica ainda violências brutais e sutis; as primeiras são reconhecidas com certa facilidade, as segundas, são exercidas sob uma aparência de legalidade e pacifismo e “têm logrado passar por despercebidas, exatamente por faltar-lhes o impacto da brutalidade” (p. 55).

Tavares dos Santos (2004) propõe que a violência pode adquirir sempre novos contornos – a *violência difusa*. É uma multiplicidade de formas em que este fenômeno se

apresenta nas sociedades contemporâneas — violência ecológica, exclusão social, violência entre os gêneros, racismos, violência na escola. Tudo isso contribui para que o autor chama de *dilaceramento da cidadania*.

A compreensão deste fenômeno, para o autor, pode ser realizada a partir da noção de uma *microfísica do poder*, de Foucault, ou seja, de uma rede de poderes que permeia todas as relações sociais, marcando as interações entre os grupos e as classes (Foucault, 1994). Desta maneira, a nas interações humanas moduladas pela violência, se estabelece uma relação nas quais sempre há o dono do poder (da força física, da coação) e aquele que a ele se submete: a vítima.

Tavares dos Santos (2004) também coloca as dimensões *subjetivas e objetivas* (física e simbólica) das variadas formas de violências: violência na escola, violência social, ecológica, exclusão, gênero, racismos. Desta forma configura-se para o autor a "microfísica da violência" na vida cotidiana da sociedade contemporânea.

Sofsky (2002) analisa a situação da violência como um momento no qual se desenvolve uma relação sempre assimétrica, na qual o poder é completamente desigual. Têm-se sempre os papéis bem diferenciados de vítima e agressor, amigo e inimigo, o nativo e o estrangeiro.

Fagundes (2003) tenta localizar os conceitos de *agressividade e violência*. Comenta que agressividade é uma acomodação de uma violência inicial e existe uma ligação com o objeto receptor envolvido na trama. A violência leva à destruição do objeto e autodestruição. A agressão provoca dor, humilhação ou dano contra o outro e contra si mesmo, mas distingue-se da violência, pois, no primeiro caso, o agressor dá sinais de ataque à vítima e por isso, oferece pistas para que ela se defenda. Na violência, a ação costumeiramente é oculta o que impossibilita o outro de se defender, como ocorre nas ações terroristas.

Marin (2002), considerando as contribuições de Sitterlin, 1996, relata que a agressividade é natural, universal e tem como direcionamentos ou a defesa ou a predação com vistas à sobrevivência. Ao desenvolver as noções de Winnicott, a autora relata que É dada, por isso, como algo geneticamente determinado. A agressividade, própria da constituição da vida subjetiva da criança, é fonte de energia para o indivíduo e serve de resposta a alguma frustração sofrida. Porém, as considerações desse trabalho se faz em torno da violência, na da agressividade.

Pensa-se ser também importante citar os conceitos de *violência permanente* e *violência conjuntural* trabalhados por Neves (2004). A primeira caracteriza-se como aquela praticada contra crianças, idosos, membros de classes sociais mais baixas, a cometida contra minorias étnicas e as que permeiam as relações de gênero. A segunda, privilegiada neste estudo, é a que provoca uma *desigualdade temporária*, ou seja, a interação na qual ocorre o processo de vitimização de um dos envolvidos, que parece se assemelhar à da violência dos atos criminosos e a violência contra a pessoa.

Durante as entrevistas procurou-se investigar o fenômeno de acordo com as noções de “violência dos atos criminosos”, “violência contra a pessoa” e “violência conjuntural”, próprias do espaço público. No entanto, na aproximação das significações dadas ao termo, percebeu-se o quanto é difícil capturar a violência em um conceito. Este é fenômeno que tem ocupado vários espaços, apagando, a fronteira entre a dimensão pública e privada, física e simbólica. Assim, quanto mais se tentou aproximar-se da violência, mas ela se apresentou como um fenômeno do campo do inominável, do incapturável.

Apresenta-se a seguir algumas contribuições de estudiosos do campo das Ciências Sociais e da Psicanálise para que se tenham algumas das dimensões da violência que já foram apreendidas pelo campo das Ciências Humanas.

Capítulo 2

As leituras da violência: o trânsito pelas Ciências Sociais e Psicanálise

De acordo com Amoretti (1992) falar de violência inclui, ao mesmo tempo, determinantes de ordem biológica, político-social, econômica cultural e psíquica. Por isso, entende-se que, para uma melhor compreensão do fenômeno, o diálogo com estudiosos das Ciências Sociais mostra-se essencial.

Dentre os cientistas sociais, pode-se citar Adorno (2002) que relaciona diversos fatores ligados à violência com acontecimentos vividos após o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo. De acordo com o autor, no Brasil houve maior transparência das decisões governamentais, maior liberdade de imprensa, de circulação de idéias e para formar associações. Ocorreu ainda maior interesse dos cidadãos em questões públicas que lhes diziam respeito, como o consumo e o meio ambiente; maior atuação de órgãos de vigilância das ações governamentais, como o Ministério Público e ouvidorias.

O autor acima citado, comenta ainda que as relações nas classes sociais ficaram cada vez mais complexas, assim como nas relações intersubjetivas, nas lutas pelo reconhecimento de identidades e de direitos; uma sociedade mais reivindicativa, mais participativa e cada vez mais inconformada com a persistência de seus problemas, entre os quais a violência urbana cotidiana.

O que não acompanhou este progresso, de acordo com o autor, foram as organizações de direito, o acesso ao atendimento judiciário, novos contornos para o acesso à justiça. Por isso, relata que a sociedade brasileira vem conhecendo cada vez mais o crescimento das taxas de violência nas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos e explosão de conflitos nas relações pessoais.

Além de todo este elenco de fatores que promovem violência, Adorno (2002) cita o sucesso do narcotráfico, promovendo a desorganização das formas tradicionais da sociedade gerando um poder paralelo e desautorizando as instituições formais. Tal poder contribui ainda para estimular o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar lei e ordem. Tudo isso, de acordo com o autor, faz com que o narcotráfico opere grande parte de responsabilidade na construção do cenário de insegurança coletiva.

Soares (2003) também defende que na transição democrática, todas as instituições públicas e seus procedimentos passaram por uma revisão e reajuste ao novo momento. Entretanto, a polícia foi uma instituição que acabou esquecida. Conservadores, liberais e progressistas debateram o destino de cada órgão público, discutiram propostas antagônicas e disputaram a liderança de cada processo de reforma. No entanto, deixaram de apresentar à opinião pública projetos que adequassem a polícia à democracia então estabelecida.

Adorno (2002) comenta ainda que o crime organizado aglutina diferentes formas de criminalidade (crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra o sistema financeiro e a economia popular), promove o emprego da violência através do uso das armas de fogo, corrupção de agentes do poder público, desorganizações das formas convencionais de controle social e conseqüentemente multiplica graves violações dos direitos humanos. Ademais, coloca que o crescimento da capacidade do Estado em manter e impor a ordem não cresceu na mesma proporção que a evolução da criminalidade e da violência: vê-se a

dificuldade do poder público para manter suas tarefas constitucionais de deter o monopólio estatal da violência.

Soares (2003) relata que no contexto do processo civilizatório, a repressão surge como a atividade estatal por excelência, correspondente à inibição da violência generalizada e difusa que impede o desenvolvimento da economia e a expansão do controle democrático sobre os poderes, nas mais diversas esferas. Diferentemente, a prática dos exércitos feudais e das milícias privadas, por exemplo, dificilmente poderia ser confundida com o sentido moderno da categoria repressão, pois representava a afirmação de uma força segmentar, caução de um poder também segmentar sobre outra força segmentar.

O sentido moderno de repressão, para o autor citado acima, surge com as revoluções burguesas na Europa associado ao que o autor chama de universalidade da lei e à legitimidade institucional do poder. Esse poder fica, assim, mais aglutinado e legítimo, seus sentidos se aproximam dos princípios que regem as idéias de equidade e liberdade, graças a séculos de lutas sociais. Visto, então que o Estado tem o monopólio da violência e a ele confia-se a segurança, é em seu nome que se pensa estar assegurada a ordem e o progresso.

Considerando ainda as contribuições de Adorno (1995) pode-se citar o impacto da desigualdade social e segregação urbana para explicar a violência urbana no Brasil. O autor verificou que a ausência de instituições encarregadas de manter e aplicar as leis e a ordem parecem ser mais rigorosas para as classes mais pobres, a negros e migrantes. Assim, afirma que a pobreza relacionada à crise econômica além de afetar a qualidade de vida de imensas populações urbanas afeta também a capacidade do Estado em aplicar as leis e garantir segurança.

Lemgruber (2004) verifica que nas regiões metropolitanas do país, a criminalidade violenta cresceu predominantemente nas favelas e nos bairros pobres das periferias urbanas. Relata que nessas áreas, ao longo dos últimos vinte anos, instalaram-se o tráfico de drogas e

os conflitos entre facções rivais que disputam o controle de um mercado altamente lucrativo, além de terem crescido a violência e a corrupção policiais, ligadas diretamente ao tráfico de drogas. Para a autora, é nestes territórios pobres e carentes de serviços públicos que se registram os mais altos índices de violência letal e os números de suas fontes estatísticas revelam que são os jovens negros e pobres as maiores vítimas.

Zalaur e col. (1994) apontam fatores semelhantes aos apontados por Tavares dos Santos (2004) e por Adorno (2002). Ao verificar os índices de mortes por assassinato em algumas capitais brasileiras conclui que os índices não aumentaram na mesma proporção que a pobreza, sendo que este fator então, não seria um bom indicador para o entendimento deste fenômeno. Aponta que em áreas com um número maior de homicídios como Roraima e Rondônia, as atividades como garimpo e tráfico de drogas proporcionam posturas de competição individual desenfreada e pouco ou nenhum limite institucional nas resoluções de conflitos interpessoais.

Tais autores colocam ainda que, nestes locais, como também no Rio de Janeiro, o tráfico de drogas e de armas entrou com facilidade nas periferias e em áreas de ocupação da população mais pobre, criando o dogma da pobreza vinculada a violência. O que ocorreu na verdade, foram “escolhas político-institucionais” (p. 215) que permitiram, com suas omissões, a proliferação de atividades ilegais adicionadas a corrupção policial. A pobreza fica caracterizada como um campo desprovido de proteção e de constante exposição à hostilidade da violência, perpetuando um velho estigma da pobreza vinculada à violência.

Na leitura de Durkheim, Tavares dos Santos (2004) coloca que o crime é um fenômeno social normal e, visto que ocorre em toda sociedade, em todos os tempos, não pode ser considerado uma patologia. O crime é visto pelo sociólogo como uma ruptura com a consciência coletiva, sendo por isso, punido. Essa ruptura, mesmo que controversa, faz parte do funcionamento das sociedades sendo legitimada por esta consciência coletiva. Apesar

desta normalização e normatização do fenômeno, Tavares dos Santos contempla a idéia de que o fenômeno da violência tem aumentado sobremaneira na sociedade contemporânea.

No sistema do Panóptico descrito por Foucault (1994), todos estão a serviço da vigília e as punições estão difusas no sistema social, o controle dos corpos e a docilização dos mesmos não é de autoria somente do Estado que concentraria este tipo de poder, mas é de responsabilidade de todo indivíduo. Ele, também se insere no sistema da ordem e passa a exercer coerção, não só de comportamentos, mas acaba por ser um controle que ultrapassa a dimensão física – a dimensão da ordem passa a ser totalmente incorporada.

Nesta malha que se constituía, aparecem especialistas que vão constituir o que Foucault (idem) chama de requalificação do saber, permitindo que se tenha: a punição como uma função social complexa; castigos como táticas políticas; a tecnologia do poder como iniciativas para o princípio da humanização e para o conhecimento do homem; a entrada da alma (as respectivas punições) no palco da Justiça Criminal.

Nasce, assim, mecanismos os quais Foucault chama de tecnologia política do corpo, cujo objetivo não é vencer as forças do corpo, mas controlá-las. Calcular as forças de repressão organizá-las tecnicamente, pensá-las para que sejam físicas, mas sem que sejam violentas. Esses mecanismos são difusos e adquirem caráter multiforme, aplicada por vários aparelhos⁷ e instituições. São novas manobras, novas táticas as quais são chamadas pelo autor de *microfísica do poder*, novas disposições técnicas que visam colocar uma nova forma de controle. Pensa-se, assim que as novas práticas penais atenderam mais à estratégias econômicas que às propostas das teorias jurídicas.

Considerando a importância do controle difuso na sociedade como descreve Foucault (1994), lembra-se das considerações de Adorno (2002b), ao enfatizar que, ao lado do sentimento coletivo de que os crimes cresceram, cresceu também o sentimento de que tais

⁷ Aparelho como citado aqui é visto como órgãos ou estabelecimentos sociais que, juntamente com instituições formalizadas, propagam idéias novas de repressão e controle.

crimes não são punidos. Fica assim claro que existe uma crise no sistema da Justiça Criminal assentando cada vez mais um sentimento de insegurança coletiva.

Tentando entender um novo momento de conflitualidades, Tavares dos Santos (2004) coloca que, atualmente, as instituições socializadoras sofrem um processo de desinstitucionalização. Assim, cita a crise do sistema familiar, das religiões, nas escolas etc. Tais instituições são responsáveis por exercer um controle social informal, que definiriam normas de conduta, reproduziriam valores e disseminariam orientações para a ação social. No processo de desfragmentação, citado pelo autor, há uma desintegração de laços sociais importantes e as trocas com o grupo social ficam seriamente comprometidas.

Consideradas as colocações de Tavares dos Santos (2004) retoma-se as contribuições de Baremblytt (1996) sobre a sociedade humana. Este último relata que, para que a sociedade tenha seus contornos propriamente humanos precisa conter quatro instituições nas quais alicerces suas atividades: a instituição da língua, das relações de parentesco, da religião e da divisão do trabalho. São estas que, mesmo sem início histórico determinado, fundam a existência de um coletivo humano.

O autor citado acima explica a desintegração dos laços sociais como consequência de uma cultura extremamente marcada pelo individualismo. Assim, parece que o individualismo pode levar à sociedade humana a um estado talvez “menos humano” ou subumano. Parece que numa organização social dantes chamada de “Terra de Deus” (da religião) ou a “Terra de um por todos e todos por um” (da literatura histórico-social) fica marcada, na contemporaneidade, pela terra “do cada um por si”.

Como solução para que as instituições não padeçam por seu próprio funcionamento, Baremblytt (1996) propõe a noção da *Utopia Ativa*. Nesta proposta, os vários espaços da ocupação humana podem passar por um momento de amadurecimento a ponto que sua gestão

e avaliação sejam feitas por ela, numa independência total de especialistas ou de uma ordem centralizada. È o ideal da *auto-gestão* e da *auto-análise* institucional.

Ricupero (2006), na tentativa de compreender o contexto brasileiro marcado pela violência, enfatiza que a não administração da complexidade (redes extensão e novas de relações de trabalho, relações sociais, problemas sociais novos, a tecnologia) leva hoje, o Brasil, ao caos. Afirmar ainda que ser “gigante pela própria natureza” nem sempre pode ser dada como uma característica vantajosa: a extensa rede que se cria com grandes aglomerações gera problemas. Aponta, então, a articulação dos vários órgãos públicos para a devida administração de problemas tão desafiadores no cenário brasileiro atual.

Morais (1990), filósofo social, em seus escritos sobre violência há quase duas décadas, cita os seguintes fatores que poderiam explicar a violência urbana: cultura capitalista de competição, individualismo e de isolamento; descaso das instituições sociais com crianças e idosos; desemprego; injustiças sociais; desequilíbrio que ocorre com os indivíduos/ cidadãos entre desejo (muitas vezes construído pelas propagandas consumistas) e poder; falhas das instituições (polícia, Estado) em aplicar punição e manter ordem; fome; burocratização das relações humanas - resfriamento dos relacionamentos interpessoais, apatia.

A Organização Mundial de Saúde, nos relatórios da Abrasco (2000), aponta fatores similares aos apontados por Moraes (1990). Tais fatores são agrupados em quatro áreas social, comunitária, de relações e individuais. São exemplos: pobreza; desigualdade social; desemprego; iniquidades; normas que apóiam a violência; disponibilidades de armas de fogo; debilidade policial e da justiça; violência nos meios de comunicação; história de abuso; pobre relação com os pais; amigos envolvidos em violência; isolamento social e fatores demográficos.

Nas identificações das idéias propostas por alguns estudiosos das Ciências Sociais aqui citados, pode-se reconhecer o papel das instituições conectadas ao fenômeno da violência.

Neste primeiro momento, a ênfase será dada apenas a expor um panorama do que se tem dito sobre o assunto para, então, permitir o espaço de expressão e subjetividade dos participantes. Procura-se, a partir deles, saber o que se diz sobre violência urbana atual no país e como se sentem na execução de seus trabalhos.

Com um breve olhar para as contribuições aqui citadas, pode-se verificar que alguns temas relacionados à violência são bastante afins e recorrentes entre os sociólogos. Dentre eles podemos citar o papel do Estado, a cultura do individualismo e as configurações atuais das várias instituições que fazem parte da rede de relações humanas ligadas ao controle e manutenção da ordem.

Nas leituras psicanalíticas da violência, vê-se que a Psicanálise é uma das lentes possíveis para que a violência seja analisada. Neste sentido, pode-se citar Lowenkron (2003) defendendo que a psicanálise não pode estar alheia às manifestações multifacetadas da violência nos tempos atuais. Relata que deve-se assumir um compromisso ético, profissional e social por um fenômeno que, de forma brutal, atinge a constituição dos sujeitos da atualidade e podendo levá-los à incapacidade de sentir esperança e pensar (p.753).

Bastos (2003) enfatiza que o indivíduo, tão bem descrito por Freud, com seus jogos pulsionais, seus amores e ódios, não podem ser separados da malha da rede social. Comenta que “sociedade, história e psique humana não podem ser entendidos separadamente” (Castoriadis, 1999 *apud* Bastos, 2003 p. 262). De acordo com os escritos freudianos (1921) a psicologia individual é simultaneamente psicologia social, pois o indivíduo, em sua constituição, recebe constantemente o olhar do outro com seus vetos e normas para a formação do seu eu particular.

Fagundes (2003) conta que a Psicanálise tem cada vez mais se interessado pelo intercâmbio com a comunidade e com as demais Ciências Humanas para contribuir e também para se desenvolver. Discute ainda que o indivíduo não se constitui isoladamente, mas em um

contexto de relações, assim o psíquico é um fenômeno também social e o psiquismo um produto da cultura. No processo terapêutico, por exemplo, o indivíduo busca o contato com suas emoções para então, manter um relacionamento com sua realidade-a realidade psíquica, do seu grupo e a realidade de sua cultura.

O autor coloca ainda que a psicanálise pode prover meios para compreender a provável precariedade de elaboração psíquica do sujeito violentado. Desta violência, espera-se dificuldade de representação e simbolização, que leva ao fácil desenvolvimento de somatizações e psicotização. Enfocando o homem com seus conflitos e paradoxos, procurando conhecer e tolerar seus impulsos e desejos, a Psicanálise proporciona uma “continência sócio-afetiva” (Fagundes, 2003 p. 732) permitindo a simbolização e agindo preventivamente.

Na transição democrática que estava enfrentando a Argentina, após anos de domínio ditatorial, Tunon e Abudara (1988) e um grande grupo de amigos psicanalistas, reúnem-se em 1985, para analisar os efeitos psíquicos da repressão terrorista do Estado, na qual viveu por anos, esse país. Colocam que, os psicanalistas, “pensadores da cultura” (p.8) deveriam posicionar-se após anos de omissão desse saber, frente aos sintomas sociais (em seu conceito marxista) que surgiam depois de tempos de terror vivido pelo coletivo.

De acordo com estes autores, a contribuição da Psicanálise neste contexto era deixar livre o caminho da palavra recalçada, e buscar formas para que a democracia não se impusesse da mesma forma que se impôs o terror. Citando palavras de Breton, os autores concordam que... “só será possível algo diferente, se mudarmos radicalmente o jogo, não se mudarmos algumas peças para continuarmos jogando o mesmo jogo...” (Tunon e Abudara, 1988, p.177).

Outra contribuição psicanalítica considerável nos estudos da violência é a investigação deste fenômeno tão presente e fundamental para a constituição psíquica do indivíduo. Tal contribuição será detalhada a seguir.

2.1 - Violência e Constituição Psíquica

Lowenkron (2003) fala sobre as formas de violência presentes na constituição do sujeito. Comenta sobre a *violência primária* - a da interpretação - que a mãe leva do exterior à mente do bebê: a significação para seus desejos e o lugar adequado à expressão de seus instintos. Violência esta necessária para a constituição do Eu e para a organização psíquica, bem como para a devida inserção em grupos sociais aos quais irá tomar parte na posterioridade. Como *violência secundária*, a autora coloca as investidas abusivas à psique infantil, tal intervenção caminha de lado oposto à função maternal esperada e normal.

Assim, o infante que vivenciou a violência secundária em seu processo de desenvolvimento, ao encontrar um espaço de relações interpessoais, não saber lidar com a cena do veto e da violência da cena imaginária e, por isso, ter seu desenvolvimento psíquico seriamente comprometido. Sua miséria psíquica e, conseqüentemente, sua miséria social, fatalmente o condenam a não-sujeição, a não reconhecer-se como um ser que merece estar no mundo e ter seu espaço legítimo. É como se esse sujeito não se constituísse: configura-se um quadro de onipotência narcísica, típico de um bebê, que o acompanha mesmo após sua maturação física. O sujeito “não-sujeito” torna-se um objeto manipulador e manipulado.

Freud (1933) coloca que a violência física existe em todo reino animal, mas a sociedade humana dispõe de mecanismos que a permite diferenciar-se pelo conflito de idéias e pensamentos, abrindo, por isso, espaço para tensões e novas opressões. Para que os homens possam garantir certos direitos, e de certa forma excluir-se do processo de defender a vida às próprias custas, eles se reúnem em sociedades nas quais elegem um grupo que representa a

ordem, faça leis e proporcione meios de preservá-las. A violência, entendida dessa maneira, pode ser necessária ou a única forma de garantir a sobrevivência e auto-preservação de um grupo diante de uma crise social.

Raggio (1992), psicólogo social, afirma que o ser humano precisa de sua agressividade normal para sobreviver, no entanto, pode ser violento. A violência sistemática e institucionalizada é própria da sociedade que se constitui em classes e tende a crescer com o processo de exploração do homem pelo homem através dos mecanismos de repressão. O autor argumenta ainda que o capitalismo reproduz a violência assim como reproduz o capital e, por isso, produz sujeitos ideologicamente violentos que produzem e consomem a violência. Também semelhante ao que propõe Tavares dos Santos (2004) que relata que apesar da violência ser um processo de ruptura, faz parte do funcionamento das sociedades sendo legitimada por esta consciência coletiva.

Neves (2004) concorda que ocorre certa violência no processo de constituição do sujeito. Essa violência, ao mesmo tempo importante para garantir os limites do eu, proporciona certos paradoxos que fazem surgir um sentimento de desamparo. A incapacidade de lidar com tal sentimento e de tolerar as contradições e ambivalências da própria inserção nos grupos limita as possibilidades de se aparar as arestas nas relações afetivas, propiciando assim a prática da violência.

Souza (2005) relata que a violência invade todos os espaços e torna-se espetáculo, transformando-se em forma de ser e numa forma de domínio. O espaço psíquico e o espaço social perdem suas fronteiras, a intimidade se confunde com a cena pública, a diferença entre fantasia e atos fica apagada o que ocasiona a dificuldade de negociação, de intermediação simbólica: “se não é possível combatê-la eu a assimilo e transformo-me nela” (p. 14). O terror, então é repetido como se reproduzisse o próprio trauma vivido em si mesmo.

Fagundes (2003), em uma leitura kleiniana, comenta que no processo de constituição psíquica da criança, ela, aos poucos, dá lugar às intensas pulsões de morte e de aniquilamento que vivencia, graças à intervenção parental. Essa intervenção traz uma leitura de seus desejos, ajudando-lhe, desta forma, a separar os objetos bons dos objetos indesejáveis. No entanto, se a internalização dos objetos parentais for vivida preponderando a agressividade, sob um trauma intenso, a tendência é que esta experiência leve ao desenvolvimento de constantes agressões pelo sujeito contra o próprio ego ou, o superego, com formação primitiva, pode projetar-se contra o ambiente, gerando altas descargas de agressividade.

Amoretti (1992) relata que dependendo da relação do sujeito com as figuras parentais o ele pode reagir contra as violências que recebe, submetendo-se ou exercendo-a sobre os outros. Assim, enfatiza que o psíquico também deve ser considerado no estudo da violência. Relata ainda que, em nível individual e inconsciente, as fantasias que predominam por trás do ato de violência são de medo. A violência vista desta maneira seria um sintoma pelas ameaças reais ou imaginárias de perigo e perda que podem ocasionar violência para o revide e a vingança.

Nas palavras de Marin (2002), “é assumindo a violência fundamental que se permite a relação com o outro de forma criativa e não fusionada, não massificada, como muitas vezes se faz em nome do amor e da felicidade” (p. 30). Desta maneira, defende-se as noções de Marin sobre a inscrição da norma através da violência dita fundamental que vai colocar restrições ao ego e permitir que o sujeito se relacione socialmente.

Zunzler (2005) analisa o assassinato de Tim Lopes e os envolvidos, conhecidos como Elias Maluco, Capeta, Boizinho e Ratinho e um comercial de comidas congeladas, que coloca os seres humanos envolvidos em invólucros dos alimentos. A partir de suas reflexões percebe que se está perpetuando uma cultura perigosa, admitindo os humanos como animais, ao se veicular uma imagem humana desconectada de símbolos. Neste momento, de acordo com o

autor, a constituição psíquica parece não permitir a negociação simbólica e o tom das relações humanas começa a ser regido, inevitavelmente, pela violência.

Considera-se que as contribuições psicanalíticas sejam urgentes e fundamentais. Contribuições necessárias de pessoas que têm como função principal a tarefa de pensar – são os pensadores da cultura. Acredita-se também que a Psicanálise possa contribuir com um poderoso método para se re-conhecer os sujeitos que atravessam a história de violência, tão desprovida de ferramentas simbólicas “por natureza”: a interpretação.

Reconhecendo-se a possibilidade do diálogo entre os cientistas sociais e psicanalistas, vê-se que, assim como Adorno (2002), Costa (1994) discute algumas questões que perpassam a sociedade brasileira após o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Neste contexto, de instabilidade e fragmentação social como o autor o designa, há o que ele chama de *cultura da sobrevivência*. Nesta, os indivíduos investem todas as suas energias na defesa de um terreno mínimo e a delinquência se torna uma conduta social.

Ocorre ainda uma postura que Costa (1994) chama de *razão cínica*. Esta cultura é caracterizada por todos fingirem que acreditam nas verdades circulantes em nosso meio, mas na realidade, todos sabem ser mentira. É uma descrença disfarçada que permanece como comportamento aceitável dizendo-se, entre linhas, que não existe mundo de valores, porque qualquer valor é produto da violência. Chega-se, então na terra do “salve-se quem puder”.

Freud, grande fundador da Psicanálise e defensor incansável de um campo para esta disciplina, em seu texto “*Por que a guerra?*”, de 1933, discute as razões que mantêm prática de guerras na organização humana. Em tal texto, uma carta que escreve como resposta à pergunta de Einstein sobre a existência da guerra, Freud aponta dois pontos relevantes: o primeiro, a organização do direito e do poder e o segundo, sua teoria dos instintos.

Desta forma, sobre a questão da organização do poder, o autor comenta que a história da organização dos homens sempre contemplou momentos de violência, a princípio física,

passando a contemplar também situações de opressão e depois com um caráter de conflito de idéias. Em *Totem e Tabu* (1913), Freud conta a história do parricídio fundador do direito; a rebeldia dos filhos que, descontentes com os vetos do pai para o acesso aos prazeres e à vida, se organizam para o bem comum.

O segundo argumento utilizado por Freud é discutido em *Mal-estar na Civilização* no qual Freud (1929) coloca questões sobre a teoria dos instintos. Informa que a disposição para a destruição é uma pulsão originária do ser humano e o acompanha como um instinto importante para seu desenvolvimento psíquico. Tal energia, subordinada pela pulsão de vida, Eros, volta-se para o interior para tentar conter seu impulso destrutivo. Aliada às demandas sociais, mantém os homens unidos e o funcionamento das organizações sociais.

Evitar a guerra, seguindo a noção dos instintos, exigiria, para Freud, pelo menos uma série de iniciativas. A primeira delas seria reforçar e garantir uma força coercitiva que deve estar muito bem concentrada numa unidade maior. O poder bem organizado garantiria a educação adequada dos homens e o desejo dos mesmos de manterem-se fiéis à verdade. Essa organização funcionaria como uma força coercitiva que, para promover essa coesão, já pressuporia uma iniciativa violenta.

Pensando-se na organização do poder desenvolvida por Freud (1913), retoma-se Adorno (2002) que enfatiza existir, cotidianamente, explosões de conflitos interpessoais, principalmente nas áreas da pouca ou ausente interferência institucional. Costa (1994) aponta fatores similares ao citar a existência de espaços urbanos caracterizados, por ele, como as terras do “salve-se quem puder”. As idéias freudianas, recuperadas junto a estes dois autores, parecem sinalizar questões que perpassam a atualidade – a ausência de um poder aglutinador da violência que acaba por impedir o bem-estar comum.

Ainda, nas palavras de Costa (1994) tem-se a noção de que as pessoas, em momentos posteriores a mudanças sociais significativas, são condenadas a viver ou como *burocratas*

obedientes ou como *delinqüentes arrogantes*. Os primeiros são caracterizados como indivíduos rotineiros que fazem da anulação de si e os segundos, são vistos como sujeitos tomados pela violência em nome de suas necessidades - atributo extremo de uma cultura ditada pelo *narcisismo*. O ‘burocrata servil’, de acordo com o autor, parece o oposto do citado ‘delinqüente arrogante’, mas os dois seguem as mesmas regras: desmerecem a importância de um ideal.

O narcisismo parece, para o autor, a única cápsula capaz de proteger o homem, sua garantia de imunidade; narcisismo este que se caracteriza pelo autogoverno, pela terra onde cada um está por si. Essa cultura do narcisismo, de acordo com o autor mencionado acima, formou-se no Brasil após a queda do regime totalitário e se explica na incapacidade dos políticos de catalisar os desejos de mudança produzindo a descrença e justificando a delinqüência.

Considerando as descrições de Adorno (2002) ao comentar sobre a capacidade aglutinadora do narcotráfico em regiões de pouca ocupação estatal, pensa-se na união, descrita por Freud em 1929, para a transferência do poder, na qual os homens começam a estabelecer laços de natureza afetiva - as identificações. Essa aglutinação do poder, no entanto, identificada na figura de chefes do narcotráfico parece trabalhar no sentido de preservar somente a vida de alguns, destruindo e hostilizando as demais. O que mantém a união entre os homens nessa organização parece ser a identificação com o prazer solitário não sendo importante o quanto isso custa ao outro. A coesão destes grupos se faz à custa do medo, da ameaça e da imposição armada do tráfico – parece a guerra brasileira da contemporaneidade.

Para Costa (1994), pode parecer que em regimes ditatoriais, pelo menos, se tinha a presença de leis. Atualmente, na ausência do controle, qualquer promessa de segurança e legislação mais firme parece irresistível, o que torna o país um cenário ideal para o

aparecimento de grupos como *skinheads*, seitas fanáticas e políticos empacotados pelo marketing (preocupados mais com suas imagens que com a viabilidade de suas propostas).

Com o cuidado de não defender o regime totalitário, propõe-se a leitura de Fagundes (2003) ao colocar que, por mais odioso que um regime ditatorial possa ser, ele consegue aglutinar algumas forças e energias das massas para o enfrentamento de inimigos externos da população. Desta maneira, a administração rígida do Estado nestas ocasiões permite que este ocupe seus espaços de controle e ordem.

O autor citado acima comenta ainda que, atualmente, numa cultura de supervalorização de aquisições materiais, o consumo e satisfação imediata dos desejos e necessidades se colocam mais importantes que o pensar e a subjetividade. Essas posturas propiciam o desenvolvimento de uma “personalidade narcisista, voltadas para si mesmas e para a busca do prazer como defesa para um mundo impessoal e sem compaixão” (p. 729). Pensando nas contribuições dos sociólogos pode-se reconhecer correspondentes político-institucionais para que os sujeitos tomem essas posturas.

Considerando-se as posições de Costa (1994) sinalizam-se alguns temas como violência por omissão (a razão cínica), violência como mecanismo de autoproteção, ausência de interesse em cumprir leis e ordens em defesa de si próprio em contradição a busca de um bem comum (o narcisismo).

Em entrevista recente⁸ Costa (2006) aponta temas similares, revelando que atos como os atentados a policiais em São Paulo ocorrem porque cada pessoa, envolvida em situações que lhe exigiria cumprimento de leis, exonera-se das conseqüências de seus atos- a *desorientação cultural* que tem sua origem na *perda do sentido de coletividade*, como se o que se pensasse no momento é “esse não é o meu mundo, é o mundo deles”. Tais apontamentos lembram as considerações do autor sobre a cultura do narcisismo e a terra do

⁸ Costa, J.F. (2006 21 de maio). Três Caminhos para entender o caos em São Paulo. *O Estado de São Paulo*. Acessado em Junho, 15, 2006. De: <http://txt.estado.com.br/editorias/2006/05/21/ali123891.xml>.

“salve-se quem puder”. Em suas colocações atuais, cita ainda fatores novos como impunidade penal, corrupção, ausência de moral democrática por parte dos políticos e falta do exercício diário da cidadania.

Considerando-se a permanência dos fatores apontados por Costa em dois momentos de suas análises, subentende-se que as promessas democráticas, no Brasil, não foram bem sucedidas. Desta maneira, a aplicação extrema da ordem, na vigência do regime totalitário, parece, atualmente, ser transferida a regimes alternativos - para a dominação narcotraficante. São os limites da aplicação desta ordem que parecem confusos para a democracia brasileira da atualidade. Ainda se vê que, ao se omitir em aplicar a ordem, acaba por se fazer multiplicar a violência de sua imposição, porém, em outros dispositivos sociais.

Por este breve trajeto, pode-se ter uma noção de como ainda se coincidem e se contrapõe algumas noções sobre o fenômeno da violência. Costa (1986) ao introduzir o tema da violência relata que em muitos estudos bem intencionados tal conceito fica ligado a uma noção de “violência acadêmica” comentando que alguns teóricos transformam essa discussão em palco para exageros retóricos em contraste à “violência da vida”.

Reconhece-se, no entanto, que mesmo com os exageros retóricos e confusões em torno do fenômeno, muitos encontros são possíveis. Um deles, a possibilidade de encontros entre as contribuições psicanalíticas e seus diálogos com as Ciências Sociais, podendo garantir o espaço de sujeição, de expressão e multiplicação de sentidos para um dos fenômenos que atualmente tem tomado volume no cotidiano brasileiro. A interpretação como solo deste caminho é poderoso método para novas descobertas sobre o fenômeno aqui enfatizado.

2.2 - Subjetividade e contemporaneidade

Subjetividade é uma palavra importante quando se pensa em falar de sujeitos e pensar em dar aos mesmos um momento para expressarem suas vivências diante do contexto atual da

violência. É ela que vai dar vida às significações que se busca sobre a violência urbana vivida atualmente no Brasil. Essa subjetividade, inserida no contexto atual, tem as marcas próprias do que se convencionou chamar aqui de contemporaneidade.

O termo contemporâneo surge de vários embates após a passagem das ditadas sociedades tradicionais para o que se chama de modernidade. Este último período, de acordo com Marin (2002), vem caracterizar momentos históricos de expansão marítima, do Renascimento Cultural, dos avanços tecnológicos, da prosperidade cartesiana e iluminista, momento este que privilegia o homem como centro das preocupações de toda e qualquer produção humana, dando início ao que se chama de individualismo.

A constante busca do auto-reconhecimento, de acordo com a autora, é a principal marca da chamada modernidade. Este momento vem influenciar sobremaneira os períodos que lhe sucederam, incluindo os tempos atuais - a contemporaneidade. É o momento da desilusão e a convivências com os resultados e limitações da modernidade e marcado pela expansão do individualismo, diminuição do papel do Estado e pelo reinado do dinheiro, pela massificação da forma de vida, pela ocupação imponente da tecnologia. Além disso, ocorre a privatização do espaço público, a publicização do espaço privado, a desinstitucionalização da família, o questionamento da sexualidade, a evitação de conflitos, entre outros.

O contemporâneo, assim, é a época marcada pelas heranças modernas que, ao se mostrar como uma promessa limitada acaba por lançar um novo tempo. Para Calligaris (1999), entende-se que a contemporaneidade é um momento sem data inicial definida, marcada principalmente pelo reconhecimento de que sua origem, na verdade é eleita por cada indivíduo. É a supremacia do Eu, que referencia até mesmo o momento contemporâneo. É isso que, de acordo com o autor, que determina a contemporaneidade: a referência dada por cada indivíduo.

Retomando Marin (2002), pode-se dizer que a contemporaneidade é um momento que coloca em espaços tão próximos (globalizados) o extremo controle científico sobre a vida e a morte e, ao mesmo tempo, a fome, a miséria e as epidemias de todas as ordens. Para a autora, a contemporaneidade é a era dos paradoxos, a sociedade do Eu, da liberdade em escolher o próprio destino o que justifica as pesquisas cada vez mais numerosas sobre o que se chama de subjetividade.

Para González-Rey (2002), a subjetividade é um sistema complexo de sentidos e significações produzidos na vida cultural humana. Enfatiza uma constelação de fatores que constitui o que se chama subjetividade como os elementos biológicos, sociais, ecológicos relacionados e inter-relacionados no complexo processo de desenvolvimento do indivíduo. Na constituição dessa subjetividade, os movimentos sociais e individuais se auto determinam.

González-Rey (2002) coloca ainda que a subjetividade possui níveis muitas vezes contraditórios cujo funcionamento depende muito de diferentes momentos do desenvolvimento subjetivo.

“A subjetividade individual se constitui em um indivíduo como sujeito graças à sua condição subjetiva. O sujeito é histórico, uma vez que sua constituição subjetiva atual representa a síntese subjetivada de sua história pessoal, e é social, porque sua vida desenvolve na sociedade, e nela produz novos sentidos e significações, que ao constituir-se subjetivamente, se convertem em constituintes de novos momentos de seu desenvolvimento subjetivo. Por sua vez, suas ações na vida social constituem um dos elementos essenciais das transformações da subjetividade social.” (González-Rey, 2002 p.38).

Herrmann (1997), em suas análises do cotidiano, comenta que o pensamento vem do mundo e ao mesmo se dirige, o sujeito pensa-se através do mundo e o modo de pensar é o modo de ser neste mundo. Este pensamento pode, até mesmo, se enlouquecer por falta de mundo. O autor afirma que o homem do cotidiano vive no mundo, ao pensar, pensa neste

mundo e sobre ele; tal mundo participa de cada um dos pensamentos de homens e mulheres do cotidiano. Depois, o pensamento tem no mundo o contexto no qual ocorre e em seguida, determina como o sujeito psíquico está constituído.

A essa última consideração, o autor comenta que o homem tem a ilusão de ser senhor de sua psique, porém, esta se cria no real e com certas propriedades históricas: a psique é “infundida no indivíduo por seu tempo e sua cultura, moldando-o ao estilo presente de pensar” (Herrmann, 1997, p.131). Coloca também que dar opinião sobre o mundo é separar-se do mesmo, como num ato de superioridade, que o sujeito faz retirando-se do mundo e julgando-o de cima para baixo. Sem utilizar o termo subjetividade, entende-se que Herrmann garante pistas para que se entenda como esta é constituída.

Na caminhada pelo estudo da violência não se pode desconsiderar seus efeitos como parte importante da constituição da subjetividade das pessoas que vivem a contemporaneidade. Essa subjetividade, sustentada pelos sujeitos, que são sustentados no mundo, aparece aqui, determinada também pela violência que tem tomado grande parte das vivências atuais (Teixeira & Porto, 1998).

A violência então, pensada no mundo, dirigida ao mundo, subjetivada aqui, poderá mostrar o lugar que ocupa neste pensamento, nesta subjetividade dos sujeitos participantes deste estudo. Atualmente alguns autores identificam nos movimentos próprios da subjetividade humana inserida no que se chama de contemporaneidade.

Figueiredo (2003) coloca, com a ajuda de Bauman (1999), algumas características para o mundo em que se vive atualmente. Assim, a modernidade, vinda da história da ciência que tenta organizar o mundo classificando e ordenando-o, acaba por gerar o excedente. Num movimento dialético, este excedente, algo que está além da organização e do controle, gera caos e desordem, próprios mesmo, do movimento de organizar. Desta seqüência, a

organização e classificação levam sempre a procedimentos segregadores, bastante dissociados.

Outro produto é a ambigüidade, ou seja, quanto mais alta a tarefa de classificar, maior será o produto de elementos excedentes. Assim, a tarefa de ordenação se torna contingente, algo indesejável para os que têm a preocupação e controlar e prever futuras ocorrências. Assim, o traumático que em linhas gerais é entendido como o indesejável, passa a ser no mundo moderno, o “regime da vida”. (Figueiredo, 2003, p. 13).

Herrmann (1997), da mesma forma, tenta caracterizar os movimentos humanos na contemporaneidade, entendendo-se como contemporâneo parte do termo utilizado pelo autor como cotidiano. Assim, para o autor, o que marca a vivência subjetiva da atualidade são: o *regime da farsa* e o *regime do atentado*.

Para localizar estes conceitos o autor lança explicações anteriores que bem sedimentam suas idéias. A primeira delas é a idéia que a Psicanálise preocupa-se com um extrato do real que é a psique. A psique, entendida dessa forma, não é todo o real, mas uma parte importante deste real (profundidade produtora, que esconde em si inúmeras possibilidades). A psique caracteriza-se pela “produção viva de sentidos” e se dá no mundo, “o mundo, como o pensamento, é psique em ação” (Herrmann, 1997, p. 130).

Esta psique, sempre viva e produtora estabelece um campo de ação, como um suporte regulador das relações humanas. Em determinadas épocas, há alguns campos que se sobrepõe sobre outros e determinam uma forma mais ou menos homogênea e constante de comportamentos. O que Herrmann (1997) enfatiza é que no mundo moderno, a realidade que se criou por modelos autoritários de ordenação da vida revela um modelo de ação rígido e moralmente modulado.

Assim, a moralidade vai ditar sentidos mais ou menos fixos para a realidade, criando uma uniformidade para as diversas possibilidades do viver. Essa moralidade no processo

autoritário vai, então, fixando padrões e normas de comportamento muitas vezes sustentando suas justificativas em “verdades convenientes”, nem sempre verossímeis, mas sustentadas por alto grau de persuasão e eloquência – o *regime da farsa*. Tais colocações parecem próximas ao que Costa (1994) defende como razão cínica.

No *regime do atentado*, então, a ação é ato puro uma vez que não passa mais pela teia do pensamento, do raciocínio, que foi tão sabotado pela capacidade de interlocução do regime autoritário. O sujeito, em seu ato isolado, tenta manifestar-se em meio a tantas explicações que se perdem. O atentado - ato isolado e disruptivo - mostra-se como uma tentativa de contrapor a onipotência dos grandes. A busca do sujeito é de transpor sua impotência para estar em evidência nem que seja por alguns dias, para auto promover-se de determinada maneira.

O ato puro funciona, desta maneira, como única resposta possível num campo no qual a retórica, o pensamento e o raciocínio lógico se perdem. A ação sem conexões bem racionais que a sustenta acaba por criar novas formas de mascarar o real.

Teixeira & Porto (1998) colocam que a insegurança, no mundo moderno, está cada vez mais ligada à ascensão da violência e promove, por isso, o fortalecimento do que chama de imaginário do medo. De acordo com as autoras, o medo tem suas raízes na crença infinita na razão que procura explicar o medo de acordo com referenciais científicos e num excesso de individualismo característico do liberalismo moderno. Os fundamentos dessa visão, de acordo com a proposta das autoras é um etnocentrismo predominante cujas conseqüências são a marginalização e a exclusão do diferente, do Outro.

Birman (2003), da mesma forma, discute questões em torno da subjetividade na contemporaneidade. Coloca a Psicanálise em confronto com as novas demandas de subjetivação que se apresentam na vida pós-moderna. De seus escritos enfatiza que a *cultura*

do narcisismo e a sociedade do espetáculo de Guy Debord⁹ são as formas que se mostram preponderantes no jeito de viver contemporâneo. Desenvolve suas proposições colocando que a subjetividade, que em seus primórdios era marcada pela noção de interioridade, agora se apresenta com características extremas de autocentramento, caracterizado pelo gozo a qualquer custo e a pela primazia da estética, levando tal subjetividade a uma marca extrema de exterioridade.

O desejo, enfatiza o autor acima citado, toma direções exibicionistas e autocentradas, deixando a subjetividade esvaziada. A relação com o outro, não mais baseada na troca, tem como suporte o gozo a todo custo do corpo deste outro. Essa cultura, marcada pelo narcisismo e pela estetização do eu, dá pouco espaço para valores como amor, amizade e afeto. A predação ao corpo alheio e o engrandecimento da auto-imagem, para o autor, são tidos como item fundamental da existência, da sujeição. Tais posturas distanciam-se da importância de certos rituais sociais que reforçariam a reciprocidade nas relações humanas.

Pensar as questões desenvolvidas acima parece de extrema importância nas considerações em torno da violência. O ato puro, bárbaro, parece cruel, sem uma teia de raciocínio lógico, bem arquitetado de acordo com Herrmann (1997) e o gozo do corpo do outro a qualquer custo de acordo com as discussões de Birman (2003). A violência parece, assim, intrinsecamente relacionada ao estudo contemporâneo da subjetividade que se constrói ou que se impõe sob a égide do regime da farsa e do regime do atentado, da cultura do narcisismo e sob a sociedade do espetáculo.

Marin (2002) caminha por tais ordens de reflexão, colocando que a violência é a forma de enfrentar o desamparo que a sociedade contemporânea suscita. Ser violento é a resposta diante das promessas modernas de direito ao gozo, a felicidade e as decisões

⁹ Debord, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. In: Birman, J. (2003). *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

preponderantemente individualistas. Esta resposta, no entanto, ao impor o Eu e afirmar sua liberdade abole a alteridade, pelo fato de que esta pode, em alguns casos, colocar sérios riscos a satisfação do gozo prometido.

De acordo com as análises da autora, as instituições educacionais, tanto a formal (escolar) quanto a familiar acabam por garantir esse tipo de formação: a que autoriza o Eu à livre satisfação, reproduzindo os desígnios modernos tão responsáveis pela desilusão pós-moderna.

Compreendendo, portanto, que este estudo busca permitir a expressão subjetiva de indivíduos que atravessam a contemporaneidade, entende-se que as contribuições deixadas pelos autores em suas análises sobre o momento contemporâneo e a constituição da subjetividade são de fundamental relevância. À diante, o percurso para a obtenção das tão desejadas expressões subjetivas será brevemente descrito.

Capítulo 3

Metodologia: percorrendo pistas

Compreendendo as noções já colocadas neste trabalho, com a tentativa de pôr em diálogo as Ciências Sociais e a Psicanálise e de que se vive um momento singular para a constituição da subjetividade humana, procura-se desenvolver este estudo no campo da pesquisa qualitativa, na tentativa de uma cooperação metodológica entre a Análise do Discurso da escola francesa e a Psicanálise.

Nas noções de Gonzáles- Rey (2002), entende-se que a pesquisa qualitativa está orientada para a produção de idéias, o essencial é a produção de pensamento, diferente do acúmulo de dados que se despersonalizam na estatística. O autor comenta ainda que em investigações qualitativas a busca se pauta em “ouvir” *o que* os participantes de um fenômeno têm a dizer sobre ele e não *quantos* sujeitos falam X ou Y a respeito do que se investiga.

A comunicação neste contexto é fundamental, pois é um processo histórico que facilita temas compreendidos a partir de certas condições do lugar em que esta comunicação se dá; o processo de comunicação possibilita a verificação da formação de identidades de cada um dos participantes nesse espaço. Comunicação esta, reconhecidamente importante nos trabalhos de Pêcheux. No trabalho de Gonzalez-Rey citado acima, tem-se a noção de que a pesquisa em Ciências Humanas “representa um processo cultural no qual se considera os participantes sujeitos ativos desse processo” (p. 86).

Pêcheux, apresentado mais adiante, traz posturas que lhe confere um lugar em meio das produções do paradigma emergente. Estas posturas são elucidadas pelo seu posicionamento contra os autoritarismos que os saberes promovem, primando pela contextualização histórica dos discursos. Além disso, reconhece a noção de *heterogeneidade*, ou seja, as várias vozes presentes no discurso do sujeito, trazendo-o para um papel ativo na construção dos saberes. Tal noção é procurada na interpretação dos discursos apresentadas neste trabalho.

No campo da psicanálise, procura-se a noção trazida por Romera (2002), na qual a autora afirma que a Psicanálise é a ciência do subjetivo e, por isso mesmo, evita preconceber idéias antes de visitá-las, antes de entrar em contato com o outro. Coerente com a imprevisibilidade, trabalhado no campo da pesquisa qualitativa, a autora afirma ainda que cada encontro humano (clínico ou não) é único e inimaginavelmente rico em possibilidades de sentido.

Desta maneira, continua a autora, deve-se suspender as rotulações pré-concebidas e suspeitar dos sentidos que surgem no momento do encontro com o outro. Só assim, novos sentidos poderão ser liberados; a realidade é assim apreendida no processo de desfazer-se: “a vida só é possível reinventada”.

3.1 A Análise do Discurso

Para analisar os dados colhidos pela entrevista é importante lembrar o campo no qual essa investigação está sendo desenvolvida: a Psicanálise. Porém, não é uma Psicanálise circunscrita nas quatro paredes do consultório, como um dia foi entendida, que nem mesmo Freud a propôs. Procura-se, através dela, uma produção que busca o diálogo com outros campos das Ciências Humanas para dar conta da complexidade que apresenta a violência.

Por isso, o uso da Análise do Discurso da escola francesa, representada por Pêcheux, condiz com os objetivos do estudo, uma vez que a proposta da AD é uma prática

transdisciplinar, contemplando as contribuições da Lingüística, da História e da Psicanálise. Desta maneira, a Análise do Discurso procura compreender o contexto que tem grande relevância para a compreensão dos sentidos produzidos por tais e tais discursos e permite que sua ferramenta interpretativa na procura destes sentidos seja a Psicanálise.

Nas palavras de Machado (2005), discursos são produções definidas a partir de lugares da organização e estruturação sociais e endereçados a interlocutores que, supostamente, compartilham a mesma comunidade discursiva e uma mesma história coletiva. Essa noção é contemplada nas análises aqui realizadas, no entanto, um sujeito com certa autonomia também é considerado no processo de construção deste estudo, que, apesar de compartilhar noções de seu grupo, é capaz de produzir algo novo guiado até mesmo por seus movimentos inconscientes.

Esta forma de produzir conhecimento surgiu na França, nos anos sessenta, tomando o discurso como seu objeto próprio. No Brasil, tem-se o registro de seus primeiros feitos na década de 80 (Fernandes, 2007), momento em que o país já se descolava do controle ditatorial-militar da década de 60 e 70. Diferente da Análise de Conteúdo, tão difundida na área das Ciências Humanas da época, a Análise do Discurso não tem a preocupação em encontrar as frequências de tais e tais palavras, mas em seu conjunto material, o que elas ideologicamente propõem.

Nas palavras de Orlandi (2001), Michel Pêcheux é considerado o grande fundador da Análise de Discurso que considera tal discurso, um processo de produção no qual participa a História, a Língua e uma ação posta por um sujeito e sua formação - o sujeito de desejo, o sujeito psicanalítico. Para ele, o objetivo da análise é explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação.

Pêcheux formou-se em Filosofia na Escola Normal Superior de Paris em 1963 e passa a considerar que uma mudança de terreno nos estudos da linguagem afeta, ao mesmo tempo, o território das ciências humanas e sociais. Teorizou também como a linguagem está materializada na ideologia¹⁰ e como esta se manifesta na linguagem.

Para Pêcheux (1983), no discurso ocorrem as formações discursivas (FD), a expressão de sentidos que não é um espaço fechado, mas é constantemente invadida por outros elementos, por vários discursos que se entrelaçam fornecendo evidências discursivas fundamentais. A FD é sempre constituída por diferentes discursos sejam eles ideológicos, econômicos, religiosos, enfim, o autor enfatiza que um discurso se forma num momento histórico no qual vários discursos estão concorrendo num mesmo espaço.

Pêcheux (1983) coloca ainda que as formações discursivas estão em relação paradoxal com o seu exterior, defendendo que um discurso recebe sim influências históricas. Entende-se aqui que essa relação, neste trabalho, se dá primeiramente com o pesquisador, que influenciado por um campo específico dentro da História das Idéias (a Psicanálise), tenta reconstituir o sujeito da enunciação e ao mesmo tempo, o objeto de suas análises- a violência.

Considerando essas posições, entende-se que este trabalho, apresenta discursos que, além do caráter aberto no momento de sua formação, apresenta também as invasões próprias da interpretação; sua autonomia é capturada no momento da leitura por outro sujeito que não o interlocutor que, com toda sua bagagem histórico-econômico-social, garante posições que vão além da materialidade da apresentação discursiva. Além dessas posições, acredita-se que essa captura seja feita também pela formação Psicanalítica que lhes lançam um olhar para a subjetividade do interlocutor.

¹⁰ A ideologia não é uma marca considerada nas análises trabalhadas neste estudo. O posicionamento desta pesquisa frente essa questão é discutido mais à frente.

3.2 As influências de Pêcheux

A Lingüística

A lingüística não diferente de outras Ciências Humanas pode, de acordo com as concepções que vai adquirindo o objeto de sua investigação, tomar rumos diversos. Pêcheux envolve-se com as contribuições saussurianas.

Saussure (1857-1913), de formação estruturalista, influencia sobremaneira as produções da lingüística do século XX. Pêcheux interessa-se pelo autor nas diferenciações que este faz sobre língua e fala. De acordo Saussure, a língua e fala são sistemas de valores que se opõem, pois a primeira é sistêmica e objetiva e a segunda é variável de acordo com cada falante e, por isso, subjetiva (Saussure, 2006). Pêcheux, considerando, então, a língua como um sistema entende que ela *“deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento”* (Pêcheux, 1997, p.62).

Para Orlandi (2001), Pêcheux considerava a linguagem como um sistema sujeito à ambigüidade, às contradições trazidas pelos interdiscursos (presença de diferentes discursos) definindo a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise das relações dos sujeitos com a linguagem. Por isso, sua formação transdisciplinar entre Lingüística, História e Psicanálise, tentando superar as limitações de cada um desses campos.

A História

A História, outra herança fundamental para Pêcheux o influencia com a noção marxista do materialismo histórico. Dessa maneira, de acordo com Fernandes (2007), sendo o

materialismo histórico compreendido como a teoria das formações e transformações sociais, o discurso (a fala, em Saussure) tem sua formação condicionada à temporalidade e localização. Essa noção é chamada de formações discursivas, recebidas de Foucault em sua colocação *Como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?* (Foucault, 1987).

Martins (2004) reconhece que uma das maiores influências no trabalho de Pêcheux foi a teoria marxista de ideologia de Althusser (1998, apud Martins 2004). Em seus preceitos, destaca a autonomia relativa da ideologia de uma base econômica, e a sua significativa contribuição para a reprodução ou transformação das relações econômicas. Afirma ainda, que a ideologia ocorre em formas materiais e atua através da constituição das pessoas como sujeitos sociais, fixando-os em posições-sujeito e dando-lhes, ao mesmo tempo, a ilusão de serem agentes livres. Esses processos ocorrem em várias instituições como a família, a lei, a escola, que são, segundo o autor, elementos do ‘Aparelho Ideológico do Estado’.

A Psicanálise

Com um interesse em investigar as produções da língua, os discursos e encerrado na noção da influência histórica na formação dos mesmos, Pêcheux precisava reconhecer o dono do discurso e sobre quem estava encarregada a influência histórica - o sujeito. Em seu percurso metodológico de heranças estruturalistas, o autor não reconhecia o sujeito como parte do discurso, somente autor do mesmo.

Porém, com as influências da História e da Lingüística para a formação do discurso e de que o discurso é um sistema de produção subjetiva, a necessidade da noção de sujeito emerge. Então, Pêcheux elege a Psicanálise como acompanhante. Desse encontro, tem-se a noção do inconsciente freudiano para o interior das produções em AD.

O sujeito descrito por Pêcheux (Martins, 2004; Fernandes, 2007), caracteriza-se por dois esquecimentos: um, a ilusão de que é o criador absoluto do seu discurso, a origem do sentido, apagando tudo que remeta ao exterior de sua formação discursiva; dois, a ilusão que tudo que ele diz tem apenas um significado que será captado pelo seu interlocutor. Ilusões estas necessárias, porém anunciam que o sujeito não é o organizador da enunciação. Essa noção desautoriza o sujeito de sua produção consciente e coloca também a noção psicanalítica da interpretação e dos sentidos que cada símbolo adquire a cada interlocutor.

Pêcheux foi então eleito como um importante parceiro para as análises que se seguem, pois, as noções desenvolvidas por ele, atendem, além das propostas epistemológicas nas quais esta produção se assenta, adota uma postura profissional ética de descentramento de seus saberes. Assim, mais uma vez recorrendo ao estudo de Martins (2004) Pêcheux diz, ainda, que é necessário “*suspender a posição do espectador universal como fonte da homogeneidade e interrogar o sujeito paradigmático, no sentido kantiano*” (p.7).

A Psicanálise, nas interlocuções com a Análise do Discurso (AD), vê-se que a primeira não é mais um campo a ser somado junto aos demais que constitui a primeira, mas é uma disciplina que a atravessa (Teixeira, 2005). Por consequência, a Psicanálise afeta os três campos envolvidos na AD: a história, a lingüística e a teoria dos discursos.

Não se pode esquecer também que a Psicanálise, de acordo com Romera (2002), se compõe com a História das Mentalidades, com a Literatura, a Lingüística e as Ciências Humanas em geral. Essas disciplinas são contemporâneas na luta por um espaço no campo científico dominado pela hegemonia positivista.

Y.S. de Souza (*apud* Teixeira 2005) enuncia as contribuições da Psicanálise para a AD da seguinte maneira: 1) a Psicanálise dá sustentabilidade à idéia de que o sujeito não é

completamente autônomo, sujeitando-se às demandas de seu inconsciente; 2) traz noção de sujeito que a lingüística por si mesma não era capaz de sustentar, uma vez que o sujeito que empreendia era um sujeito gramatical; 3) o sujeito trazido pelas contribuições psicanalíticas além daquele disponível na época de origem cartesiana ou idealista.

3.3 A interpretação

A interpretação, ferramenta aqui proposta, vai buscar dar contornos às perguntas propostas por este estudo: *como está o sujeito da contemporaneidade em relação à violência e o que pensa deste objeto a que foi solicitado a refletir*. Entende-se, no entanto que “atados e desatados, sobrepostos, objetos e sujeito” estão diante do fenômeno a ser investigado (Romera, 2002 p. 53). Tal sujeito pode, em muitos casos, confundir-se com o próprio fenômeno.

Pêcheux (1997) diz que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é (...) lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis que deixam margem à interpretação. Assim, o processo interpretativo ocorre num ponto no qual o analista do discurso sente-se capaz de dialogar com o interlocutor imprimindo sentidos que acham ser coerentes com a enunciação do sujeito do discurso. A produção dos sentidos dá-se, para o autor, em decorrência dos fenômenos históricos, da determinação histórica dos processos semânticos.

Descarta-se assim, a imanência do sentido; a análise se dará no trabalho do sentido sobre o sentido. De acordo com Orlandi (1996), a linguagem, necessariamente, se relaciona com os sentidos e, portanto, com a interpretação. A linguagem é, então, sempre passível de equívoco, a evidência do sentido está apenas na aparência, já que sem interpretação não há sentido. Em sua relação com o simbólico, o homem constrói sentido sempre a partir da interpretação, mesmo que não perceba que está procedendo desse modo.

Pêcheux, com formação em Filosofia, foi capaz de compreender os domínios da linguagem, a importância do contexto e de ser sensível a algumas das contribuições da psicanálise em seus elementos teórico-conceituais. Assim, foi com esses diálogos interdisciplinares que Pêcheux pôde lançar mão de subsídios para construir a noção de interpretação na Análise do Discurso. É da tentativa de alguns diálogos que neste estudo, tenta-se descobrir os sentidos dos discursos.

O autor, nas palavras de Fernandes (2007) retira o assombro que se tinha em relação à ambigüidade. Afirmar ainda que, para Pêcheux, a Linguística libera-se do que ele chamou de “higiene pedagógica do pensamento” e lança-se à possibilidade da ausência de normas, desdobra-se em um trabalho do sentido sobre o sentido, no caminho indefinido das interpretações. Para Figueiredo, a interpretação de Pêcheux é a impressão de sentidos que implica uma ruptura de paradigmas, pois “seu objeto encontra-se constantemente em movimento, não é estático e, não o sendo, implica movências de sentidos e deslocamentos”.

Contribuindo para a construção da Análise do Discurso proposta por Pêcheux, a interpretação em Freud nasce de suas descobertas em torno da parcela da mente humana incapturável para a própria humanidade – o inconsciente. A revolução freudiana, com a descoberta do inconsciente retira do homem a ilusória autonomia sobre o próprio pensamento e põe em xeque as racionalizações de Kant nas investigações da natureza humana.

Freud (1923), após o contato com pacientes que ele passa a denominar histéricas, percebe que há sintomas provocados por algo que não se localiza no aparelho fisiológico destas pacientes. Seus sintomas tinham algo que lhes escapavam, algo que denunciava um desejo, um desejo que não puderam realizar. A descoberta de uma mente humana que não funciona como máquina deixa claro de que o fenômeno humano é polissêmico, não passível a experimentações e rivais a qualquer tentativa de generalizações. Como se um sintoma freudiano já fosse um discurso do inconsciente.

Um novo método para investigar o novo objeto apresentava-se matéria urgente. Assim, reconhecendo-se que algumas associações se davam numa parte inacessível para o paciente, essas associações simbólicas nem sempre compreensíveis precisavam de algo que as capturassem. Desta forma, Freud (1923) enfatiza o sucesso de suas intervenções junto a histéricas, ao estimulá-las a dizer o que lhes viessem à mente (a associação livre), acreditando-se que assim, o inconsciente poderia vir à tona.

Desse material, o analista tentava se deixar levar (atenção flutuante) pelos dizeres que surgiam para então lhe descobrir um significado oculto. Esse “se deixar levar” era suspender qualquer julgamento de valor antes de entrar em contato com o material do paciente.

Os pensamentos involuntários, os sonhos, os chistes, por mais embaraçosos que podiam se apresentar eram materiais produzidos predominantemente pela influência inconsciente. O procedimento de cura para (Freud, 1904), residia em dar um significado ao material recalcado, torná-lo disponível à mente consciente. Esse inconsciente, dono de uma produção rica de sentidos caracterizava-se, de acordo com o autor, por sua atemporalidade e incoerência, não dimensionável pelos domínios da razão.

Shepherd (1987) expõe em um quadro geral semelhanças entre o método utilizado por Freud, as posições de Morelli e o fenômeno Sherlock Holmes. Morelli, exímio artista, defendia que para se reconhecer a autoria de uma obra de arte sem antes lhe conhecer o artista. Holmes, grandioso personagem da literatura, seguia pequenas pistas, lapsos deixados cometidos pelos criminosos, detalhes da cena do crime para, brilhantemente, descobrir sua autoria.

Desta maneira, defende o autor citado acima, que o método de Freud, assim como na ficção de Conan Doyle e no trabalho de Morelli, procura minúcias, pistas, repetições. Para o autor, Freud seguia como Holmes, pequenos detalhes, questões que escapavam ao sujeito e

pequenas “deixas”, pequenas pistas, minúsculos extratos do inconsciente. Morelli assemelha-se com os esforços freudianos ao dizer que é nos detalhes, nos pontos que passam despercebidos, que cada um de nós imprime sua marca exclusiva.

Seguir dados aparentemente negligenciáveis caminha na direção oposta à proposta positivista que privilegia os acontecimentos mais notáveis de um determinado fenômeno. Em Freud, no entanto, para as investigações do inconsciente, as generalizações seriam sacrificar um elemento individual.

Para Freud (1916), as pequenas pistas, assim como para Holmes e Morelli dizem mais sobre o sujeito do que seu discurso consciente. Compara o analista a um detetive que não tem endereçamento certo de onde vai procurar o autor do crime, assim como o analista não sabe bem qual caminho deve seguir para encontrar autoria do sintoma. É a procura por indícios menores e não tão seguros. A interpretação vem capturar esses indícios que, ao destacá-los do demais pode ou não ser bem sucedidos – são indícios não tão seguros.

Herrmann (2002), também dedicado à arte da interpretação, informa que interpretar é romper um campo. Tal campo é o “tom” que se desenvolve em uma relação humana - “é o inconsciente a modular as relações, que outorga sentido ao discurso social individual, aos atos e pensamentos” (p. 286). O campo é o conjunto de determinações inaparentes que dão sentido a uma relação humana e sustenta de maneira significativa as relações que nele ocorrem (Herrmann, 2001).

Interpretar é imprimir um sentido, coincidente ou não com o sentido impresso pelo interlocutor; o fundamental é que aquele que se arrisca às interpretações deve ter em mente que nunca está seguro, sua segurança está em suas suspeitas, “sua crença está em rodopios” (Herrmann, 2002 p. 287). Herrmann (2001) coloca também que a interpretação é um processo de ruptura de um campo para criação de outros novos, visa apreender as comunicações do

analisando por meio de um desrespeito calculado dos assuntos: é um erro necessário. Saber interpretar é saber utilizar com habilidade os momentos de usar o silêncio e a fala.

Herrmann (2001) afirma ainda que a interpretação é um desencontro produtivo, é uma ruptura a formas mais ou menos uniformes de funcionamento que se dá por acumulação temporal. Não quer dizer necessariamente as palavras do analista, mas uma demora na significação, ou seja, um tempo a mais comparado a conversas cotidianas que podem oferecer a ele pistas (como as freudianas) de onde se localizam os pontos de tensão. Esses pontos, chamados de resistências, de acordo com o autor, são o análogo invertido da interpretação, é onde o analisando, sem ver, pede ajuda para o analista para que este o ajude a significar algo que o confunde, embaraça ou lhe cria um sintoma.

Assim, de acordo com o autor, o psicanalista sempre deve desconfiar do inconsciente, pois a ruptura provocada por ele, a interpretação, não proporciona a verdade absoluta, mas rompe a malha do inconsciente para entrever as regras que a regem. O inconsciente é dissonante e intraduzível, portanto, toda e qualquer tentativa de alcançar-lhe não apreende sua totalidade. Em Fagundes (2005), nas descrições da Análise do Discurso de Pêcheux, vê-se a confirmação de que este autor imprime um caráter sempre incompleto às análises investidas ao discurso – um caráter sempre ambíguo para as interpretações.

Importante ressaltar que a interpretação colocada por Herrmann no percurso de sua produção tem heranças diretas da construção teórico-metodológica de Freud em seus conceitos chaves com atenção flutuante, associação livre, resistência, transferência e interpretação.

Na leitura hermeniana pode-se ter uma noção mais direta entre romper um campo e criar ao analisando novas possibilidades de relações interpessoais. Para ele a “cura” é ativar pontos nos quais as potencialidades individuais distintas se manifestem. Em Freud a cura era

dada no momento em que se tornava o material inconsciente acessível à consciência e, por isso, tal conteúdo agora, poderia ser simbolizável não mais através de um sintoma, mas por meio da linguagem.

Procurando assim, a investigação qualitativa com o uso da Análise do Discurso, pretende sim trazer colocações que possam ser significativas, de significado mesmo e de significação. Que traga sentidos que provoquem reflexões e ações positivas para os diversos lugares que o tema da violência rege seja pelo trabalho, pela gerência ou mesmo pela sua ação danosa. Não a ilusão de que será o receituário ideal para o problema da violência, uma vez que seria contraditório à noção de que o pesquisador está inteiro na investigação em ciências humanas e, por isso, estão presentes suas histórias, pessoal, profissional.

3.4 As significações

Na tentativa de promover a multiplicação de sentidos dos discursos dos participantes, tem-se a noção de que, no trabalho interpretativo, tais sentidos são vistos, mas seus significados nunca o serão. Assim, tem-se a noção apontada por Orlandi (2001) “*o sujeito é a interpretação. Fazendo significar ele significa*” (p. 22); os sujeitos aqui apresentados são sujeitos da interpretação, talvez não sejam os sujeitos em si, mas de seus sentidos, embora incompletos, tenta-se extrair noções mais amplas de como eles enfrentam as cenas de violência com as quais trabalham, bem como tenta-se buscar noções mais profundas do que seja esta violência.

Às expressões dadas pelos participante em torno de suas experiências com a violência, convencionou-se chamar de significações – a “signific-ação”. Assim, tem-se uma primeira *significação*. A noção de que, ao tentar dar sentidos a algo que lhe parece distante, o sujeito cria o próprio objeto e a si mesmo. É um processo ativo, de apresentação e simultânea (re) produção dos objetos. Ao discursar, portanto, o sujeito promove uma ação; não é um trabalho

de mera reprodução ideológica. Ao significar ele cria novos sentidos. E assim o é o trabalho da interpretação.

Têm-se ainda as significações dadas desde o momento em que se propõe as primeiras leituras teóricas até no momento em que se coloca a análise dos discursos dos trabalhadores da área de combate à violência – a significação dada pela pesquisadora. Aqui, lembra-se a noção da impossibilidade da neutralidade (Vaitsman, 1995).

Promovendo uma entrada do sujeito produtor desta pesquisa, como “sujeito-participante” (González-Rey, 2002), entende-se que esse trabalho é mais um entre vários discursos que se têm sobre violência e que terá seu espaço e momento próprios. Entende-se que este trabalho pode ser colocado sob a reflexão foucaultiana: “*Como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?*” (Foucault, 1987). Como apareceu esta preocupação com a violência e seus combatentes e não outra em seu lugar?

Acredita-se, assim que, as formas de violência apresentadas cotidianamente nos meios de comunicação e nas experiências pessoais podem deixar o sujeito sem espaço para a sua sujeição. Sem condições de significação, sem condições de agir subjetivamente, sem condições de simbolizar, de utilizar-se da linguagem para entender o problema da violência o sujeito pode cair em adoecimentos mentais. Um adoecimento possível e visível: a violência, a conduta dita anti-social.

Para o trabalho de análise e discussão que serão apresentados adiante, coloca-se trechos cujos alguns dos temas são regidos pelas perguntas que se colocava ao longo das conversas. Tais temas eram destacados por uma certa regularidade. Isso implica que, de certa estrutura lingüística, necessária para a materialização do discurso, abstrai-se certo “furo da língua” (Pêcheux, 1997), um ponto de vista que vai criar um objeto (Saussure, 2006). Em tais

pontos surge a ambigüidade da língua, lugares estes de interlocução – da interpretação. Esta forma de dialogar será dada então nos campos da interpretação psicanalítica dada por Freud com as contribuições de Herrmann.

Importante ressaltar é que essas regularidades, chamadas por Pêcheux de formações discursivas, têm, de acordo com o autor, fortes determinações ideológicas, o que não se pretende discutir aqui. No entanto, a noção de sujeito, herdada da Psicanálise, pretende colocar que não só as determinações sociais são relevantes para explicar um discurso e outro, mas também as determinações dos desejos que cada indivíduo lhe imprime, determinações estas nem sempre acessível a sua razão – os movimentos do inconsciente.

Assim, no trabalho de busca das significações, serão apresentadas as primeiras manifestações dos participantes para, em seguida, reunir objetos centrais sobre os quais os sujeitos discursaram. Desta forma, as significações tentarão reunir as idéias mais generalistas dadas pelos participantes após as apresentações e discussões de seus textos. Lembra-se ainda que este termo foi lançado aqui e não por trabalhos já realizados pelos analistas do discurso.

3.5 O contato com os discursos

Para o desenvolvimento da coleta de dados foi escolhida a entrevista semi-estruturada como a técnica que pareceu ser mais coerente com a proposta do trabalho, uma vez que o mesmo se propõe a resgatar as significações de sujeitos os quais supunha-se estar sem oportunidade de se “sujeitarem”.

As entrevistas acabaram virando “conversas” na tentativa de fazer o momento de coleta de informações, uma oportunidade de se permitir a verdadeira expressão de suas significações em torno do tema da violência e também pelo ambiente amistoso com que o trabalho fora recebido. Os participantes tiveram algumas questões (anexo 1) para auxiliá-los

na condução da conversa tendo liberdade para transitar entre as perguntas e questões que quisessem acrescentar.

Para o desenvolvimento destas conversas três instituições foram contatadas, porém, somente duas delas concordaram com o desenvolvimento da pesquisa. O trabalho foi realizado em um dos Batalhões da Polícia Militar de uma cidade do Triângulo Mineiro¹¹ e em uma Instituição que organiza atividades para egressos do sistema prisional tanto adolescentes como adultos, da cidade de Uberlândia. Ambas as instituições são coordenadas pelo governo estadual. A instituição que se recusou a participar desta investigação é uma entidade pública municipal de Uberlândia.

O primeiro passo para a execução do estudo foi uma visita às dependências das instituições nas quais seriam encontrados os sujeitos importantes para a proposta aqui apresentada e para a devida autorização dos responsáveis por estes locais. Neste momento, foram colocados os objetivos do trabalho, garantido o anonimato das informações e das identidades dos participantes, os riscos e benefícios da participação dos envolvidos. Concordando coma proposta, um horário era fixado por eles para a entrevista, no qual concordavam ou não com os pontos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os participantes da investigação foram 10 profissionais que trabalham no combate à violência, de ambos os sexos, que se propuseram a participar do estudo após serem devidamente autorizados por suas instituições de origem. Como participantes, tem-se seis policiais militares, três psicólogos e uma promotora de Justiça do Ministério Público também de uma cidade do Triângulo Mineiro.

As conversas foram gravadas e transcritas. Para Queiroz (1992) essa técnica, a da gravação, permite uma riqueza de dados, pois além de alcançar o que se encontra explícito no discurso do entrevistado, pode oferecer recursos para análise do implícito. O uso do gravador,

¹¹ Opta-se aqui por não identificar a cidade uma vez que policiais são considerados público frágil de acordo com a resolução do Comitê de Ética em Pesquisa,

de acordo com a autora, pode garantir boa coleta de informações e, para o estudo, pôde garantir que algumas pistas importantes fossem capturadas mesmo após os momentos das conversas. Um modelo das conversas pode ser acompanhado em anexo (2).

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia o processo das gravações, um diário de campo era construído para que se pudesse verificar como os sujeitos, sem espaço de sujeição, receberiam um estranho que lhes provocavam a falar. Duarte (2002) defende que os diários permitem que sejam explorados os momentos que vão além das verbalizações, como descrições do momento em que os sujeitos são abordados, a forma de como o entrevistador é recebido e ainda contexto no qual a entrevista foi desenvolvida e demais aspectos que são relevantes para serem descritos.

No início das “conversas” era pedido para que o sujeito pensasse no contexto brasileiro da violência na atualidade colocando-se também, não só como um trabalhador que falaria a partir das suas referências da instituição, mas também como cidadão. Além, então, de poder servir-se de algum exemplo do trabalho, cada participante poderia até mesmo recorrer aos noticiários para ajudá-lo no trabalho de significação sobre a violência. Após as transcrições das entrevistas, a análise foi realizada com o recurso metodológico da Análise do Discurso desenvolvida por Pêcheux.

3.5.1 Caracterização dos participantes

Os dez participantes do estudo são trabalhadores envolvidos no trabalho com a violência. Dentre eles tem-se 6 policiais, 3 psicólogos e uma promotora de Justiça todos de cidades do Triângulo Mineiro. São-lhes atribuídos nomes fictícios para a preservação de suas identidades. O quadro abaixo caracteriza os participantes da pesquisa:

Nomes	Cargo	Trabalha há...	Escolaridade	Idade
Camila	Promotora	7 anos	3º grau completo	33 anos
Carolina	Psicóloga	5 anos	3º grau/ pós	32 anos
José	Psicólogo	14 anos	3º grau/ pós	40 anos
Júlia	Psicólogo	3 anos	3º grau completo	27 anos
Joaquim	Policial	16 anos	2º grau	41 anos
Maura	Policial	14 anos	2º grau	37 anos
Marcus	Policial	4 anos	2º grau	27 anos
Nestor	Sub-comandante	16 anos	3º grau /Pós	43 anos
Nilton	Policial	22 anos	2º grau	40 anos
Vitor	Comandante	29 anos	3º grau/ Pós.	47 anos

3.5.2 As instituições

O Centro de Combate à Violência (CCV)*

*nome fictício

O Centro de Combate à Violência foi fundado na cidade de Uberlândia em 2005. É administrado pelo governo de Minas Gerais, pela Secretaria de Defesa Social, com parceria da rede municipal e conta com profissionais de diversas áreas. Alguns dos funcionários são psicólogos, assistentes sociais, “oficineiros” e advogados. A parceria se estende a Universidades na contratação de estagiários, também de diversas áreas.

Após consulta junto a órgãos de pesquisa sobre criminalidade, inclusive utilizando dados da Universidade Federal de Uberlândia, a iniciativa do Centro foi realizar um trabalho de intervenção no bairro Morumbi, descrito como o bairro de maior índice de acidentes. Este local apresenta o maior número de homicídios registrados na cidade, assim, uma vez que a proposta do centro é atuar em áreas de extrema incidência de violência o bairro foi o local eleito.

As atividades do Centro são assistenciais e educativas, como a retirada de alguns documentos para os egressos do sistema prisional e o oferecimento de oficinas profissionalizantes para tais egressos, em sua maioria, adultos e adolescentes do sexo masculino. Alguns projetos ainda estão em desenvolvimento, como a tentativa de redução de pena através da frequência escolar. Tais “Centros” funcionam em todo o Brasil, porém, da forma como funciona na cidade de Uberlândia, existe somente no Estado de Minas Gerais, com vistas à redução da criminalidade nas cidades mineiras.

O cargo de direção é exercido por psicólogos com assessoria de profissionais da área do Direito. Neste local, 3 psicólogos participaram das conversas.

A Polícia Militar

De acordo com as resoluções do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), policiais são considerados um público frágil no desenvolvimento de pesquisa, por isso, neste trabalho não se informa dados como o nome da cidade ou o número de registro do Batalhão de Polícia que fora consultado.

Desta instituição, 6 profissionais participaram do estudo, sendo que cinco deles são do sexo masculino. Todos passaram por treinamentos militares e conviveram no ambiente institucional regido pelo art. 144 da Constituição de Minas Gerais, que propõe ser de incumbência da Polícia Militar a policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

No art. 142 da mesma Constituição, consta que a Polícia é regida por normas estaduais e deve se prestar à ostensiva preservação criminal. Além disso, deve preocupar-se com a segurança do trânsito urbano e rodoviário, das florestas e de mananciais e de atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública, bem como garantir o exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicos.

Assim, Polícia Militar é organizada com base na hierarquia e na disciplina militares. A questão da disciplina na instituição foi constantemente enfatizada nas falas dos entrevistados, principalmente como justificativa para se omitirem nas opiniões sobre sentimentos enfrentados na vivência com a violência.

3.5.3 Os diários de Campo

A proposta dos diários foi a de verificar questões fora do contexto da entrevista. Com o material em mãos pôde-se perceber que as instituições foram extremamente receptivas à proposta da pesquisa, com exceção do órgão público já citado, que justificou sua recusa no tumulto que enfrentava o lugar devido à presença de estagiários em suas atividades rotineiras. Enfrentou-se, antes da recusa da participação da pesquisa, um grande caminho burocrático para acesso a concessão ou não do espaço para a investigação.

Nos locais que se abriram para a investigação a comunicação e as concessões para a realização das entrevistas se desenrolaram com mais facilidade e mais livre de interrupções. Todos os profissionais participantes se propuseram a dedicar um tempo exclusivo para a pesquisa e, muitas vezes demoravam-se em conversações sobre a Psicologia e seu campo de atuação após o término da entrevista ou mesmo nas visitas iniciais.

Algumas impressões ficaram dos contatos. Alguns entrevistados mostraram-se inibidos, alguns diziam “Você é psicóloga, não vai me analisar...”. Tais comentários eram recebidos com um sorriso e logo eram enfatizados os objetivos da presença da pesquisadora no local.

As dificuldades foram inevitáveis como atrasos dos participantes, dificuldade em se encontrar um horário comum e interrupções das entrevistas pelos telefones e por outras pessoas no local da conversa. Apesar dessas interrupções os participantes foram muito receptivos e lamentavam as interrupções com pedidos de desculpas. Muitos deles se

mostraram extremamente interessados nos resultados da investigação querendo uma cópia do trabalho após seu término:

“Algum comentário ou sugestão para o estudo?

Eu gostaria de uma cópia do seu trabalho no final (ri).”

Parece evidente que, além de um grande interesse de saber mais sobre o tema é de que o trabalho é uma oportunidade de participante da violência que combate. A dissertação seria um momento importante de significar a violência, de se ver neste quadro, de se perceber contribuindo com maior clareza e eficácia

Capítulo 4

Dados, achados e perdidos: Análise e Discussão

Neste capítulo serão considerados os relatos dos participantes e a análise advém do pensamento metodológico psicanalítico na perspectiva da pesquisa qualitativa com especial influência das contribuições de Michel Pêcheux.

Importante colocar que, no momento da entrevista, a conversa foi conduzida por algumas perguntas que estão no roteiro já citado, mas não seguiram uma ordem fixa. Tais perguntas guiaram os temas desenvolvidos pelos entrevistados. Suas respostas e colocações caracterizaram dois eixos principais: o objeto em análise, *a violência* (seu conceito, propostas para combate, causas, responsabilização) e a *subjetividade*, momento no qual o sujeito falava sobre seus sentimentos no enfrentamento da violência. Tais eixos estão polarizados, mas com a noção de que, sujeito e objeto se fundem na constituição do conhecimento.

No processo de análise das conversas surgiram temas que complementavam os eixos apresentados. Assim, *a violência*, além dos temas trazidos pelas perguntas (causas, propostas para combate, conceito, responsabilização) apareceram questões relativas ao “*contexto*”, a descrição do cenário brasileiro atual no qual a violência se desenvolve de acordo com cada um deles.

Na temática da *subjetividade*, com as perguntas que interpelavam os participantes sobre seus sentimentos, estes também adicionaram sentimentos vivenciados pela sociedade como um todo enquanto ocupante do papel de cidadão. Aqui neste eixo temático estão incluídas suas *vivências em relação a seus trabalhos*. Além dos sentimentos “alheios”, surgiram questões sobre *relacionamento com a violência* - as posturas que adotam as pessoas, órgãos públicos e privados em relação ao fenômeno, ou seja, como a sociedade enfrenta a violência.

Essa temática não fora desenvolvida somente nas perguntas sobre suas questões pessoais, mas também em momentos no qual os olhares dos participantes voltavam-se para o objeto da investigação - o eu e a violência parecendo estar fundidos.

Alguns trechos são destacados do conjunto transcrito das conversas e, em seguida, discutidos. Tais trechos apresentam um tema. Os temas que se destacam na análise da violência são: Conceito, Causas, Responsabilidades e Propostas para Combate. Na colocação dos sujeitos frente o fenômeno, o que se chama de Violência e Experiência Subjetiva os temas destacados são: Sentimentos (enfrentados na vivência com a violência), como vêm (os participantes) seus trabalhos e posicionamento da sociedade frente à violência.

4.1 Apresentação dos dados (achados e perdidos)

4.1.2 A violência

Após as considerações sobre a formação profissional e o tempo de trabalho de cada participante, a pergunta mais diretamente ligada à pesquisa era feita: “***O que é violência para você?***” Assim, tem-se os trechos e as respectivas considerações.

Violência? Violência é tudo aquilo que ... uma pessoa, ou um grupo de pessoa, ou uma instituição pratica contra... contra seres, contra animais...

desrespeitando o direito dessas pessoas... (Júlia, 27 anos, psicóloga, 3 anos de profissão).”

A palavra de ordem para a violência é desrespeito. Seus protagonistas, vítimas e criminosos são também identificados. Violência parece banalizada, as relações humanas, de acordo com as noções da participante, aparecem marcadas pelo desrespeito

Outro trecho:

“olha o que nós temos percebido é... é uma falta de ... o que ta gerando essa violência... é uma maneira dessas pessoas expressarem... pela falta de oportunidade. Então hoje... (Nestor, 43 anos, policial , 16 anos de profissão)

Suas colocações parecem mesmo refletir falta, dificuldade na própria expressão. Suas reticências parecem procurar um significado de algo que lhe foi possível apreender através das causas que o desencadeia. Outros participantes também conseguiram falar da violência a partir de suas causas, configurando um conceito pragmático para o fenômeno.

Ao falar do conceito, o participante parece perder-se na multiplicidade destes, entendendo o fenômeno como extremamente complexo. Ao final da conversa, no entanto, lança um conceito estatístico: *“violência é dada pelo número de mortos”*. A violência, antes capturada por suas causas agora é apreendida através de suas consequências- a morte.

Trecho:

Na verdade eu também to... entendendo ainda esse conceito (...) então... violência eu acho que é algo... é algo que o sujeito devolve. Sabe... eu acho que... antes de você cometer um ato violento, você sofreu uma violência... né... não assim, não necessariamente uma violência física, né... uma violência simbólica mesmo, moral... talvez é ...até esse mesmo coordenador ele diferencia violência de violação. Que a violação ela é física, mas antes de cometer uma violação, né... por exemplo, roubar, uma pessoa, à mão armada,

é... existiu ali uma violência... né... que é... no sentido de... que conceito essa pessoa que cometeu a violação tem de mulher, por exemplo, né... um... um... estuprador, né, por exemplo, que conceito ele tem de mulher, como é que ele entende a mulher? Por exemplo, se ele entende a mulher como aquela que ele tem para usar e abusar... eu usando os termos bem... né... é... ele vai chegar a cometer essa violação porque na verdade ele é... é... tem essa construção da idéia de mulher... eu to entendendo isso também, na verdade pra mim ainda não está claro, né... Então eu vejo a violência como algo construído, assim, socialmente, e... e... em nível coletivo, sabe... a gente aprende, na verdade, a agir de forma violência a partir de construções que a gente vai fazendo a partir das relações com a família... com.... com as pessoas que a gente convive, então... é mais ou menos por aí... não sei se eu me fiz entender... (Carolina, 32 anos, psicóloga, 5 anos de profissão).

Parece concordar com o conceito que lhe é passado pelos gestores da instituição na qual trabalha, porém, mostra dificuldades em de absorvê-lo; confunde-se na compreensão do mesmo e, na tentativa de resolver sua confusão, devolve-a à sua interlocutora: “*não sei se me fiz entender*”.

Outra questão em torno do fenômeno é seu caráter histórico - a violência não pode ser compreendida no “aqui e agora”, mas no resgate da história pessoal do sujeito, até mesmo, na história das relações familiares. Dependendo das vivências de uma criança com seus pais tem-se dois tipos de criminosos: o social e o louco, ambos movidos por razões diferentes, todas trazidas de experiências particulares.

Há ainda a violência praticada pela instituição que deveria, na verdade, funcionar como mecanismo de proteção – perde-se o limite do uso da ordem e acaba-se por promover novos atos criminosos. A promotora de Justiça cita um conceito de violência pragmático e compartilha a noção de que, instituições mantenedoras da ordem, podem, em muitos casos, provocar a violência e hostilidade por ultrapassar os limites do uso da força na aplicação das leis.

Finalizando...

“o próprio nome já diz... é um ato violento, que agride... que macula... que prejudica, que mata... que ceifa a vida.... a violência... ela tem várias formas de... da... vários tipos de violência né.... a violência doméstica, a violência nossa do dia a dia, a forma de discriminação... tudo isso aí é violência.

Entrevistadora: Então...

Participante: é um conceito bem abrangente... genérico....

Entrevistadora: Abrangente...

Participante: Até assim, tem umas pessoas, com certas características... às vezes um ato que é feito pra mim eu posso entender como violência, as vezes pra você não é...

Entrevistadora: não...

Participante: porque tem tanta violência... (ri) velada... (ênfatisa), às vezes...

As escuras, às vezes oculta.” (Vitor, 53 anos, policial, 29 anos de profissão).

Tem-se aqui um conceito que retoma a opinião de outros policiais. Como ele, estes profissionais entendem a violência é um fenômeno presente em vários locais, de causas diversas e com efeitos nas dimensões física e simbólica. O participante oferece vários conceitos de violência e, então, vários locais, vítimas e protagonistas que se caracterizam pelas ações da violência.

Cita também as violências que não podem ser vistas num primeiro olhar, como as diferenças salariais, os atos discriminatórios, violência presente em vários ambientes públicos e privados - violência inominável, velada, disfarçada que circula em diversos espaços humanos.

Lembra-se, aqui, das contribuições de Moraes (1995) ao reconhecer o conceito de violência brutal e violência sutil. Enfatiza que as segundas são exercidas sob uma aparência de legalidade e pacifismo e por isso, têm tido sucesso, pois passando despercebidas, exatamente por faltar-lhes o impacto da brutalidade.

Em outro momento da conversa, Vitor se admite “muito decepcionado com o ser humano”. Na tentativa de conceituar o fenômeno parece “inundar-se” com tantas possibilidades da violência.

Dos trechos:

Várias foram as tentativas de dar um conceito à violência, algumas delas se afinizam, mas nenhuma se contradiz. Várias dessas tentativas partiram das causas na procura por dimensioná-lo ou de experiências pragmáticas com a violência. Outros reconheciam as inúmeras formas que o fenômeno pode tomar e os inúmeros personagens que protagonizam a violência.

O conceito que parece se destacar é o que tem como violência o “número de mortos”, o registro do diário de campo pode trazer algumas colocações interessantes. Em um dos contatos com o participante, dono desta colocação, ele se atrasa devido ao assassinato de um preso na cidade em que atua. A partir de então, entende-se que a morte é a grande reveladora da violência em seu contexto e muito presente em seu cotidiano, imprimindo um conceito pragmático em suas colocações.

A violência, como a agressão física propriamente ou aquele dita “velada”, em sua aproximação com o eu, parece não permitir que este lhe dê um nome único; o contato com este fenômeno parece causar confusão na tentativa de entendê-lo. Por isso, nas tentativas de conceituá-lo, vê-se que este tem uma conotação polissêmica e disseminada, entendido de forma relativa de acordo com os valores e experiências de cada um.

Pensando-se nas colocações de Marin (2002) sobre o caráter inominável da violência e nas dificuldades dos participantes em dimensioná-la entende-se porque o fenômeno pareceu ter difícil conceituação. Sem início e fim determinados, mobiliza várias dimensões do eu, podendo provocar traumas que são mesmo, da ordem do inominável, do recalcado, dissociado

de outras parcelas deste “eu”. Por isso, a violência, em última instância parece ser inegavelmente afirmada em seu efeito de mais alto grau: a morte.

Para Costa (1986) “as definições dadas para o termo (violência) são provisórias, operacionais e inferidas de casos particulares, estudadas em situações particulares” (p. 10). Assim, entende-se que a violência é compreensível partindo-se de um lugar e de um momento determinado, um fenômeno que não pode ser compreendido no “aqui e agora”, mas no resgate da história daqueles que a reproduzem. Sendo assim, parece mesmo impossível dar-lhe um conceito abrangente, visto que as experiências e histórias de cada um são únicas e intransferíveis.

A proximidade com a violência pode provocar traumas (inominações) e, considerando as colocações do autor citado acima, vê-se que qualquer discurso sobre violência é inevitavelmente provisório e retirado de situações particulares. Os policiais, os psicólogos e a promotora parecem sofrer com essa proximidade.

A disseminação da violência pelos espaços da sociedade, relatada por Souza (2005), Costa (1994) e por Tavares dos Santos (2004), surge nos relatos dos participantes aqui apresentados. Na tentativa de compreender essa disseminação, recorre-se à questão da autoria da violência que, por ser própria do campo do humano, está quase que necessariamente, em todos os lugares de sua ocupação, representadas de diferentes formas.

Essa multiplicação da violência pelos espaços humanos explica-se em algumas considerações de Carolina. Como afirma a participante, se alguém, na proximidade com a violência vitima-se, há grandes chances que a devolva, multiplicando as possibilidades de sua ocorrência. Por ser humana é difícil localizar-lhe uma origem única: a violência recebida ao longo do caminho pode ter origem familiar, econômica, política, social, das confusões de conceitos - “*tudo isso*” (Vitor).

Aurélio (1999) define violência como uso intenso da força, coação. Tal noção pareceu ser o ponto de partida da construção do que seria violência para, aos poucos, ir-se aproximando de uma noção trazida pelos discursos de “violência escamoteada”, representada principalmente pela omissão.

Nas considerações sobre a violência da constituição psíquica somadas às colocações de Carolina, a noção de que há uma violência necessária para a constituição de um sujeito parece enfatizada. Assim, compreende-se que, a violência é legítima quando atua em função de colocar limites nas ações criminosas e ao situar a função adequada da ordem.

No entanto, no abuso dessas proibições, a violência por parte dos “donos da lei” faz com que o criminoso em recuperação, em suas tentativas de se colocar no papel de cidadão, se vê *dilacerado* (Tavares dos Santos, 2004). Essa dilaceração se dá na proibição de que este criminoso saia do seu lugar de delinqüente e tome o direito de se reconstruir, ou constituir a importância da ordem em si mesmo ficando, por isso, impotente para vivenciar uma nova história. É a violência da contradição da ordem, o uso intenso da força, da força da lei.

Marin (2002) trabalha com o conceito de *violência branca* reconhecida num trabalho com jovens de uma instituição- abrigo. Nesta ocasião, verificou que a instituição, ao mesmo tempo em que tenta deve proteger seus atendidos, parece impor uma ordem de funcionamento a este público e isso gera conflitos que ela mesma não permite solucionar. Assim, um estabelecimento, mesmo de cuidado e proteção, acaba por expor seus participantes a situações violentas.

Por isso, entende-se certo apontamento nas falas dos participantes deste tipo de violência. Ela parece inevitavelmente presente nas relações humanas, e em centros urbanos, onde estas relações se concentram, dizer que sua presença é inevitável não é o mesmo que afirmar que seu combate não é possível.

Desta forma, apesar das dificuldades e relatividades na conceituação do fenômeno, violência apareceu como desrespeito, ultrapassagem limites, falta, devolução, física e simbólica, número de mortos.

Após as discussões sobre o conceito de violência, os participantes eram convidados a desenvolver as seguintes questões: *Como você poderia explicar a violência?* De suas experiências no trabalho e mesmo com as informações sobre violência, você vê algum momento em que a violência tenha ficado mais evidente? Caso sim, como você explicaria esta diferença? Caso não, o que você acha que ajuda a manter o número de ocorrências estável? Essas questões levaram a descrições do cenário brasileiro atual; contexto. Assim tem-se:

(...) “é... um momento especial, um momento histórico especial que a gente tá vivendo, né... e que já tem um surgido resultados muito interessantes nas áreas de Belo Horizonte, por exemplo, onde é... o... os programas já estão em pleno funcionamento. (...)já há dados para serem apresentados relativos a redução da criminalidade que giram de 35 até 53% de redução de criminalidade nessas áreas específicas. Isso é muito, muito significativo, né... então não é a toa que os investimentos tem vindo para esse setor por causa dos resultados que ele já tem apresentado, né...” (José, 40 anos, psicólogo, 14 anos de profissão).

O participante tem uma visão otimista, de um contexto promissor. O sucesso do trabalho no Centro de Combate à Violência, espalhados pelo Estado de Minas Gerais, em suas palavras, tem estimulado cada vez maiores investimentos na área.

José coloca que o sucesso do combate promove cada vez mais investimentos, porém pensa-se aqui em seu oposto: quanto mais a violência parece em controle, menor será a necessidade de que governos se mobilizem em relação a este problema. Investe-se (monetariamente) na violência para que se haja desinvestimento (freudiano) por parte dos indivíduos em descargas agressivas. Dessa maneira, após a aparente anarquia da ordem, o Estado parece querer retomar antigas propriedades que abandonara, parece tentar ser

novamente o “dono” da violência. Para essa retomada, investe-se financeiramente na violência, para que os sujeitos desinvistam suas energias pulsionais na violência.

Outro trecho:

Eu acho que quanto o mundo vai evoluindo, mais as pessoas vão perdendo essa habilidade. Porque hoje você não vê as pessoas comunicando entre si... né... você vê hoje com o advento da internet, as pessoas vão ficando mais afastadas... umas com as outras... o ar condicionado do carro, andam com o carro com o vidro fechado... tão hoje você não vê essa interação entre as pessoas. E quando não se pratica, não se... não se tem essa habilidade... e você vive numa sociedade consumista que se coloca que você é o que você tem. E as pessoas não sabem lidar com a frustração de não ter e quando não tem e ela não sabe se comunicar com a outra, ela age de uma forma agressiva pra obter aquilo que ela quer. Então eu acho que isso também advém das pessoas, a cada tempo que passa... você não vê mais as pessoas se comunicando uma com a outra... treinando essa habilidade de.. de... de se envolver, de...

Entrevistadora: Você me disse que o mundo parece evoluir, mas algumas coisas, parecem então, regredir...

Participante: (...)a gente vai cair na barbárie, eu acho que a gente vai estar na barbárie daqui alguns anos... porque você não vê mais uma mãe ensinando um filho... porque ela não tem mais essa disponibilidade... você vê que a educação ta muito deixada de lado... pra cargo da escola... e a escola não dá conta disso... (exalta-se), de todo mundo, a educação de casa, mesmo, as pessoas, as crianças são deixadas mais para que o mundo as eduque. Que a educação seja olho por olho, dente por dente. (Júlia, 27 anos, psicóloga, 3 anos de profissão).

Júlia destaca a falta de comunicação e o consumo extremado como os mecanismos predominantes da formação subjetiva na atualidade. Parece ainda que as contradições da vida moderna são a grande marca de suas colocações.

Aponta ainda que as pessoas, além de ocupadas com o consumo, não assumem a vida em sociedade: parecem fugir de envolvimento interpessoais num mundo em que se apregoa as vantagens da globalização, dos acordos internacionais, do aprendizado de novas línguas. A

comunicação, apesar de desenvolvida, baseia-se no aparato tecnológico que não depende do contato direto com outras pessoas.

As relações parecem ficar cada vez mais virtuais; os homens começam a falar através das máquinas: comunica-se, mas, ao mesmo tempo, isola-se; as salas de bate-papo são, assim, salas de monólogos. Refletindo essas questões com as considerações de Pêcheux (1997) entende-se que a linguagem é modificada pelas vivências históricas, que, por sua vez, pode modificar a História (e a Psicanálise!). Pensando-se nessa contribuição, parece que o momento histórico está sendo fortemente marcado por comunicações à distancia que parecem afastar os indivíduos fazendo com que estes percam oportunidades de envolvimento diretos. O “ser” no mundo implica em se ter um computador.

Além desses aspectos, considera ainda a educação das crianças como mais um fator que perpassa a questão da violência, mas não consegue encontrar os responsáveis por tal educação: *“os pais jogam pra escola e a escola não é capaz de responder a essa demanda: as crianças são deixadas mais para que o mundo as eduque”*. Suas colocações são compartilhadas pela maioria dos participantes.

Júlia parece entrever ainda a existência de crianças “filhas de ninguém”, numa “terra de ninguém”. Suas colocações lembram a terra do “salve-se quem puder” de Costa (1994). O salve-se quem puder passa ser a única forma de sobrevivência dos “filhos sem pais”, numa “terra sem dono”.

A barbárie que, contraditoriamente, ocupa o cenário da civilização, parece provocar grandes confusões. Assim, mesmo após a aquisição tecnológica, o homem contemporâneo ainda se coloca no mundo da forma como a um “primitivo”. Parece ainda regido pela Lei de Talião, do “olho por olho, dente por dente”, por um meio que, ao lhe imprimir contradição parece entregá-lo às demandas do instinto.

E finalizando:

“A violência tende só a aumentar. Eu acho que a tendência é sempre aumentar. Estatisticamente, se nós formos analisar, existem mais casos de violência, de crimes violentos nas classes mais... nas classes menos favorecidas, nas classes mais baixas (...) mas temos um exemplo importante aqui em X, de um jovem de família estruturada que acabou cometendo latrocínio, que é o roubo seguido de morte (...). O último homicídio que a gente tem envolvendo isso (ganguês) é de novembro de 2005... tem um ano e meio já. E... e... e se o cidadão for parar pra pensar ele vai ver isso, que não se vê mais falar nisso.” (Camila, 33 anos, promotora de Justiça, 7 anos de atuação).

Vítimas e criminosos existem em qualquer classe social, mas o registro é predominantemente maior para aqueles de posição econômica desfavorável. A participante reconhece ainda que a violência tem forte tendência a ser cada vez mais evidente, embora reconheça que grandes ganhos já foram alcançados no combate ao fenômeno.

Interessante sua colocação: *“se formos parar pra pensar”*. Fica-se com a impressão de que as pessoas, atualmente, não param e não pensam. Se o pensar exige tempo e é a condição para que a violência seja substituída pela ordem simbólica, a vida contemporânea, tão marcada pela urgência do tempo, parece fomentar, cotidianamente, atos de violência. A resposta humana às relações interpessoais parece ficar marcada por respostas instintuais, automáticas e instantâneas.

Consideradas as colocações de Júlia sobre o crescente empobrecimento da comunicação e sobre a ausência da educação parental e pensando-se na aceleração das relações humanas de Camila, parece inevitável a constatação de que a violência tende mesmo a aumentar. Neste sentido, o investimento financeiro, como colocado por José parece não ser suficiente, mas sim o investimento freudiano das energias vitais de pais, mães e educadores na

tarefa de constituição de indivíduos para que estes últimos saibam negociar seus desejos e necessidades.

Dos trechos:

Tem-se a noção de que as determinações econômicas são relevantes no atual contexto brasileiro, descrito pelos participantes. Porém, os protagonistas da violência começam a se mostrar também nas classes mais economicamente favorecidas, o que já desabilita o monopólio da violência pela pobreza. No entanto, é esta última, a protagonista solitária nos registros da violência: o acesso à Justiça e demais estruturas para o acesso à segurança é privilégio de alguns, mas sua responsabilização é maior entre os pobres.

A diferença destes registros parece se explicar por duas noções: a primeira, citada por Camila, é que as classes mais ricas escamoteiam sua violência ou, como aponta Vitor, utilizam-se de recursos privativos para resolverem seus conflitos. Os pobres, vulneráveis economicamente, acabam sendo vítimas mais frágeis da violência, inclusive vítimas das próprias instituições que deveriam lhes garantir segurança.

Tal segurança passa a ser, nos tempos atuais, produto de consumo e, por isso, parece ser quase inacessível aos pobres. Concorde-se com Marin (2002) sobre a crescente publicização do espaço privado, porém, essa publicidade parece se dar somente nos espaços da intimidade dos pobres. Por não serem capazes de atender às demandas de consumo da segurança, que lhes garantiriam até mesmo o sigilo de seus problemas, acabam tendo suas vidas íntimas constantemente violadas o que os fazem os grandes depositários de degradantes paradoxos da contemporaneidade.

Apesar de alguns participantes conseguirem entrever bons resultados no trabalho de amenização da violência, a cultura do isolamento e do consumo a qualquer preço parece duelar com tais resultados. Assim, as promessas capitalistas que estimulam o individualismo acabam por retardar o sucesso de se garantir o bem-comum. Somado ao

cenário da discriminação econômica presente, inclusive, nos registros da violência e no acesso à segurança, tem-se um funcionamento ineficaz dos órgãos públicos e da educação.

Nas considerações de Júlia, a sobrevivência parece ainda justificar a violência. O desconforto que isso gera é o contraste da barbárie dessa luta pela preservação frente a um cenário chamado de moderno e civilizado. Nas leituras feitas do relatório da OMS em 2000 e de Moraes (1990) verifica-se que a fome é um dos fatores que ainda faz parte do contexto brasileiro. É ainda “motivo de guerra” podendo, aqui, contar com os conflitos pelas disputas de terra e de habitação.

Reconhecendo ainda a fala de Júlia, na qual a exigência consumista está cada vez mais evidente, apesar de não se ter provimentos à altura dessas exigências, vê-se que o cidadão, ocupante desde espaço, fica cada vez mais próximo a uma situação de vulnerabilidade econômica (e social). Retomando Costa (1994), a “terra do salve-se quem puder” parece descrever bem o contexto da “guerra brasileira” atual.

Nas palavras de Barembliitt (1996) a língua, as relações de parentesco, a religião e a divisão do trabalho são fundamentais para a instituição da sociedade humana, mas nas palavras de Júlia, tais dispositivos parecem cada vez mais afastados do contexto brasileiro na atualidade: há cada vez menor interesse na vida social e a linguagem é baseada na virtualidade, promovendo o constante distanciamento das relações humanas.

Como nem todos têm acesso à atualização da língua, feita pela internet e nem mesmo ao contato social que ela proporciona resta, então, o isolamento. Este isolamento, no entanto, não permite o desenvolvimento de formas cada vez mais elaboradas de trocas e negociação social permitindo que a violência tome cada vez mais espaços nas relações humanas. Sem o recurso simbólico, a violência, aparece, então, como a mais viável forma de resolução de conflitos. A língua passa por uma determinação histórica (Pêcheux, 1997) marcada, na atualidade, pela vivência virtual.

A divisão do trabalho, fundadora da organização humana, de acordo com Baremblytt (1996), na perspectiva dos participantes, é injusta e discriminativa, pois exige que o consumo seja cada vez maior embora não ofereça oportunidades consonantes com tais exigências. Considerando os aspectos da língua e do trabalho, pode-se verificar que, estes dois campos, constituídos na atualidade nas bases do isolamento, da exploração e do consumo a qualquer preço parecem apontar que a humanidade está menos humana – “esquecendo” do contrato civilizatório da renúncia do gozo em nome do bem-estar comum.

Ainda no que se refere às descrições de Julia sobre a noção do “vale-tudo” no momento do consumo, Birman (2003), enfatiza que a preocupação contemporânea gira em torno da obtenção do prazer a qualquer custo. Para Marin (2002), a solução é o resgate dos laços de solidariedade, porém, o que se vê é que, a liberdade dada ao indivíduo para a escolha de suas paixões promove posturas que lembram a *cultura do narcisismo* de Debord (2000).

As considerações de Júlia lembram ainda o *regime do atentado*, descrito por Herrmann (1997). A ação como ato puro - o atentado - mostra-se como uma tentativa de contrapor à autoridade onipotente do outro. Nas palavras de Júlia, a barbárie, forma não negociada de resolver conflitos, dita o regime da vida contemporânea marcada pela confusão que vive o indivíduo entre a possibilidade de ser alguém e sua real impotência por viver à margem das promessas da sociedade capitalista atual.

Através dos discursos dos participantes, pôde-se apreender que as necessidades geradas pelo capitalismo, acabam se tornando artigos de sobrevivência, servindo de justificativas para atitudes de competição e predação do outro. Lembrando as contribuições de Costa (2006) sobre a desorientação cultural, nota-se que a experiência subjetiva, na atualidade, parece mesmo bem implicada na história da violência. A desorientação é tão

presente que o sujeito contemporâneo parece nem mesmo saber o que lhe é necessário ou supérfluo, incorporando qualquer demanda que o capital possa lhe imprimir.

Das noções sobre violência expressa pelos participantes parecem bem resumidas pelas colocações de Amoretti (1992). Para ele, a violência, ao mesmo tempo em que é um fenômeno exclusivamente humano, parece negar algo próprio deste humano. Violência, para o autor, aparece como ponto alto da exclusão do diálogo e da linguagem. Para os participantes, o ambiente das relações humanas, na atualidade, parece mesmo marcado por ações não- humanas.

Assim, o **contexto** atual é marcado por ser multiplicador de contradições, de falta de comunicação; é impresso pela urgência do tempo, pelo registro da violência exclusivamente para os pobres, pela falta de comunicação e pela fuga constante de contato humano – um contexto subumano.

Nas questões ***Se você pudesse responsabilizar um órgão ou uma pessoa, quem você acha que mais trabalha para combater a violência ou que tem trabalhado para combater a violência? O que você acha que poderia ser feito para combater a violência? Como você poderia explicar a violência?***

Vê-se que tais questões retomavam considerações sobre as **Causas**. Os devidos recortes foram feitos e seguem-se abaixo. Trecho:

“Eu acho que isso aí vem desde o início, com a educação, a boa formação da família” e “Tudo bem que as vezes as pessoas comentam: “ Ah.. mas o meio também influencia” Nem tanto, eu acho que o meio não o meio não influencia. não existe aquele negócio que as vezes fala assim “Ah... eu moro lá favela, então eu vou ter que me tornar um traficante.”Tem tanta pessoa aí, por exemplo, Brasil que saiu da onde? Da favela, né, do morro. E são atrizes, atores, né, grandes cantores que nos temos que saíram de lá. (Maura, 37 anos, policial, 14 anos de atuação).

O discurso da participante é marcado pela dicotomia do dentro x fora. Maura parece que, ao falar do conceito, leva a violência à história do indivíduo criminoso, mas ao pensar em causas, prevalece a noção da responsabilidade individual, de fatores internos ao sujeito que o conduzem à prática da violência.

Mais trechos:

Sabe... eu acho que... antes de você cometer um ato violento, você sofreu uma violência... né... não assim, não necessariamente uma violência física, né... uma violência simbólica mesmo, moral...aquele que ... e eu penso que é a maioria daqueles que nós atendemos aqui... que são aqueles que sofreram violências, violências atrás de violências... e na verdade encontraram esse caminho da violação, vamos dizer assim, para poderem se colocar no mundo (...) na verdade, o ato violento, foi uma forma que ele conseguiu encontrar pra... pra... extravasar a violência. (Carolina, 32 anos, psicóloga, 5 anos de profissão).

Do conceito ainda confuso para ela, compreende que violência está diretamente ligada com a história do sujeito, as experiências de cada um: ela não é um produto instantâneo.

A participante enumera uma série de fatores que podem levar à violência, entre eles, droga, desigualdade social, necessidades diversas. Tais necessidades parecem sem objeto definido e são nomeadas de acordo com cada sujeito: o desejo. Na tentativa de atender a tais desejos, o sujeito pode encontrar obstáculos e, ao acumular vetos à obtenção do prazer, parece inevitavelmente conduzido à violência. É a violência por satisfação de desejos vazios, desejos sem sujeitos

Assim, o indivíduo passa a agir de forma violenta a todos as barreiras postas às suas satisfações e a repetição sintomática é a traumática repetição da violência. Para a participante, a violência é a maneira mais freqüentemente utilizada, o sintoma dos dias atuais como forma de se extravasar, de adoecer. Assim a frase foulcautiana: *por que apareceu esse discurso e*

não outro em seu lugar? Parece remeter à reflexão: a violência pode ser apontada como a loucura contemporânea?

Para finalizar:

“é... como é difícil explicar uma causa... é uma questão muito ruim e ela é muito complicada... é uma falta de... o que ta gerando essa violência... é uma maneira dessas pessoas expressarem... pela falta de oportunidade... hoje... você nota que antigamente você tinha as pessoas no... campo e... essas pessoas tinham muito meio de lazer e elas tinham mais contato pessoal no meio familiar... então a diversão da pessoa era ela andar... era falar, era ela praticar... praticar alguns, alguns... atos teatrais que era... que era você cantar... aprender a tocar instrumentos musicais...isso... com a evolução do século, com a evolução do tempo isso veio se perdendo...” (Nestor, 43 anos, policial, 16 anos de profissão)

O participante admite a complexidade que surge na busca por explicações para a violência, principalmente, porque entrevê a questão cultural subjacente ao fenômeno. Tal cultura é por descrita por ele como extremamente marcada pela importância ao lucro e acaba por fazer com que as pessoas se afastem da convivência familiar, diminuindo as situações nas quais as crianças aprendem suas referências (de valores e comportamentos) com os pais. Essa alteração na rotina familiar é significativamente importante para demais alterações no campo social.

A cultura, além de fomentadora da violência pode funcionar como mecanismo repressor. As referências culturais, de acordo com o participante, podem gerar *vergonha* naqueles que cometem crimes, uma vez que sua própria família pode ser expectadora de seus atos. Pois isso, na atuação violenta, o sujeito elege cidades distantes dos locais de referência social evitando assim, a repreensão de origem cultural.

Além das relações parentais, a cultura violenta parece fomentada ainda pelo empobrecimento de demais relacionamentos afetivos: *“É a falta de amizade, é a falta de coleguismo e... a... são pessoas é... em torno disso que vivem... elas não trabalham... vivem desse tipo de... de ambiente”*.

Tem-se ainda a noção de que os preceitos religiosos sejam importantes para a contenção da violência, mas que estão comprometidos pelas ausentes relações familiares: *“outra coisa... por não ter referência com os pais... com a família, com os avós... verdadeiros amigos... as pessoas passam a... e até mesmo não ter o fator religioso, porque hoje as pessoas... não tem tempo nem pra dedicar a religião... de certa forma, é... perde aquela questão do ‘não matar’”*.

Nestor cita ainda que, mesmo jovens ricos, herdeiros da ausência da ordem, acabam por ficar a mercê de leis que eles mesmos vão criando e testando ao longo de suas experiências na sociedade. O fator econômico, incorporado pela instituição familiar, parece reproduzir a necessidade de se acompanhar e manter os padrões de consumo estabelecidos pela economia capitalista: *“de repente, você cair na classe social, é muito frustrante, então é onde que essas pessoas acabam... partindo pra violência, partindo pra buscar... aquilo que ela acha que é dela...”*

Na atualidade, além do desencanto com as relações afetivas, o sujeito, de acordo com Nestor, parece ter desinvestido energias de várias atividades antes adotadas: *“perdeu-se o... perdeu-se o encantamento pelos... esportes, perdeu-se o encantamento pela cultura... pelas artes... então a família começa se isolar e começa a se fragmentar”*. O prazer parece ser dado, unicamente, nas vantagens econômicas.

O participante, após tais considerações, resume: *“... agora o problema é justamente esse... é uma questão cultural, é uma questão social e é uma questão até... de saúde (ênfatisa*

trecho)”. Pensando serem relevante tais colocações, recorre-se à Constituição de 1988¹² que, ao condicionar a existência da saúde a dimensões externas ao indivíduo (meio físico, sócio-econômico e cultural), parece reforçar que a violência seja mesmo uma questão de saúde.

Em consequência, para se ter saúde é necessário que haja ações em vários setores e de forma integralizada. A Constituição legitima ainda o direito de todos sem qualquer discriminação às ações de saúde em todos os níveis. Assim, fatores ligados à violência, portanto, estão relacionados a fatores da saúde. Se existe violência, algo se denuncia sobre a saúde e vice-versa.

Dos trechos

Vários foram os motivos que apontam um caminho de um ato violento; não há uma causa única, porque, vê-se que, nos fenômenos humanos a complexidade e a policausalidade denunciam ser condições bem próprias dessa humanidade.

Assim, as causas da violência são apontadas também na adoção generalizada da competitividade capitalista pela sociedade. Esta adoção multiplica inúmeras desigualdades e acaba por fomentar a violência. Na colocação de Nestor, “*essas pessoas... eu não diria que elas são propriamente criminosos, elas são fruto de uma sociedade perversa*”, parece deslocar a responsabilização do indivíduo para seu grupo social.

Lembra-se, aqui, das contribuições de Foucault (1994) que, ao descrever o grande espetáculo das punições no século XIX, informa que tais punições, feitas em praça pública, foram extintas devido a demandas do novo sistema econômico. No adestramento dos corpos, a microfísica do poder passa a ser funcional nos vários espaços sociais: o controle, a ordem e as punições não são mais feitas somente no cárcere, mas sim, em vários locais da ocupação humana.

¹² Angher, A. J. (org). *Vade Mecum Acadêmico de Direito*. Coleção de Leis Rideel. São Paulo: Editora Rideel, pp. 43-109.

Nas colocações de Nestor, a ordem não é nem mesmo presente nas instituições que a legitimavam como a família, a escola, o Estado e a religião. Retiradas até fisicamente dos lugares costumeiramente ocupados, suas funções de controle e aplicações das punições (as punições da “alma”) parecem não ser mais possíveis. Em alguns casos, entrevê-se que o uso do aparato tecnológico como as câmeras de vídeo são utilizados para substituir a vigilância ininterrupta de tempos atrás. Tal vigilância, antes feita no campo humano, é agora substituída pela tecnologização nas relações humanas.¹³ Onde antes não falhava a vigilância atenta (Foucault, 1994), agora são ocupados pela violência.

Desta maneira, compreende-se a presença da “microfísica da violência”, apontada por Tavares dos Santos (2004), espaços e as relações que passam a ser dominados pelas relações de poder e da agressão, nos quais os papéis nas interações humanas são basicamente, os de vítima e agressor (Sofsky, 2002). As relações sociais dos ambientes da atualidade passam a ser modulados pelo medo dos golpes violentos que o outro pode ser capaz de deferir. Dessa forma, na combinação da ausência das normas e da proteção do “pai maior” (Barros, 2005) - o Estado – no atendimento aos seus desejos, o indivíduo parece inevitavelmente conduzido ao crime.

A ausência do Estado e a saída da família dos locais de atenção e da construção de valores normativos podem ser entendidas não só pelas demandas econômicas, como citadas pelos participantes, mas também por mudanças políticas, citadas por Adorno (2002) e Costa (1994). Na alteração das manobras políticas, o Brasil passa de um país com meios altamente repressores a um local de extrema anarquia¹⁴.

Essa anarquia, presente agora nas diversas relações sociais, autoriza a “cultura da sobrevivência” apontada por Costa (1994). Se o sistema é “cada um por si”, é compreensível

¹³ No estudo de Vargas (2002) tem-se descrita a relação de enfermeiros com seu trabalho denominado por ela como “ciborguização da enfermeira”.

¹⁴ Anarquia posta aqui como uma noção do senso comum, de ausência de ordem ou leis; não no sentido político-ideológico que se refere a um sistema no qual qualquer ordem hierárquica é abolida, inclusive o Estado.

a licença que se dá à predação feita ao outro tendo em vistas a satisfação de uma necessidade. Somada à demandas cada vez mais exigentes do capital, essas posturas predatórias se justificam e se multiplicam no cenário brasileiro.

Acredita-se ainda que os fatores institucionais sejam fortemente influenciados por heranças políticas do regime ditatorial: no caso do Brasil, após anos de repressão severa, o sistema e postura de controle ditatorial foram substituídos por uma anarquia desmedida em várias das instituições humanas modulando as experiências humanas com a violência da imposição da vontade (solitária) de um indivíduo sobre o outro. Parece que, no tão desejado regime democrático, a ordem e a liberdade não são devidamente administrados, revezam-se em momentos de extremismos.

Nas reflexões sobre as colocações de Carolina, tem-se a noção de que a loucura contemporânea possa ser a violência. Nas considerações de Bleger (1992), vê-se a homogenia do capital na vida contemporânea, o discurso da economia capitalista como regente da vida atual. Assim, a “loucura” contemporânea parece ser a busca obstinada pela aquisição de bens materiais, do “ter” em predominância do “ser”; as exigências cada vez mais cruéis de que só se é ou se tem um lugar reconhecido no espaço contemporâneo à medida que se tem.

Recorrendo-se a Birman (2003) vê-se que a contemporaneidade é marcada pela exterioridade, a relação com o outro não é mais baseada na troca, mas no gozo a todo custo, do corpo deste outro. A cultura fica marcada pelo narcisismo e pela estetização do eu dá pouco espaço para valores como amor, amizade e afeto. Assim, a violência passa a ser uma ferramenta para atender às demandas estéticas do consumo.

Nas considerações de Marin (2002), a violência fundamental, fundadora do psiquismo, é necessária para que a violência nos demais espaços sociais não extrapole seu limite, por isso, é fundamental que a mesma seja assumida. Nas colocações dos participantes, a família

ausente, conduz o indivíduo a um empobrecimento de seu repertório de trocas afetivas e sociais, levando-o a um papel de predador do outro.

Jovens e crianças, nas desocupações de espaços, parecem ficar sozinhos e a mercê do que lhes estão mais próximos - a presença de “falsos” protetores. A raiz cultural (baseada na importância do respeito ao outro), importante para que os crimes sejam não só evitados como também reprimidos, deixa então de se formar por diversos motivos: tanto pela ausência dos pais, como pela ausência de atividades que pudessem transpor os atos criminosos em vitórias no esporte e atividades culturais refinadas.

Carolina acredita que, o indivíduo, ao reagir com violência, está somente respondendo a inúmeras violências que recebe ao longo de sua vida. Porém, a violência da constituição psíquica pareceu importante para a instituição da ordem num primeiro momento. Sem que se institua a ordem, qualquer mecanismo repressor, exterior ao indivíduo, parece inútil.

Verificou-se também que, apesar da superação científica das dicotomias dentro e fora, o indivíduo coloca-se fora de seu grupo quando lhe convém, principalmente, em nome do atendimento às necessidades pessoais. Assim, não se sente ator da situação caótica da violência postura reforçada pela exoneração de seus deveres feita pelo próprio Estado e pela família. Sinaliza-se, aqui, as contribuições de Costa (2006) sobre a presença de uma “desorientação cultural” e da “perda do sentido de coletividade”.

Nessa dicotomização vê-se que, na busca de uma origem para a violência, origem esta, marcada no fator individual, permite com que a policial possa enfrentar “um bandido” violento: enfrentar uma doença a ser “banida”.

A extrema importância com o próprio prazer e a renúncia ao bem-estar comum, incorporados de maneira difusa e crescente por todos os ocupantes da sociedade, faz com que, no contexto atual os “bandidos” sejam menos bandidos e as “vítimas” sejam, de certa maneira, cada vez mais criminosas. Criminosos por seu consumo predatório.

Retomando as considerações de Baremblytt (1996), lembra-se da presença das instituições religiosas na organização humana como co-responsáveis pela divulgação e reprodução do controle social. Recorrendo-se ao Dicionário de Etimologias (1979) verifica-se que a palavra religião é uma herança do latim, *religare*, retomando a idéia de que religião tem a função mesma de ligar cada um ao que se acredita ser sua origem, Deus, o mundo, o grupo.

A ausência da aprendizagem do mandamento “*não matarás*” citada por Nestor, juntamente com as contribuições de Costa (2006) sobre a perda do sentimento de pertencer a um grupo, dá um espaço inevitável à cultura da violência, modulando as interações humanas com violência e desigualdade - o “*não matarás*” e substituído por seu ordenamento reverso: “*Matarás!*”.

Assim, as **causas** da violência são enfaticamente complexas e enraizadas, em grande parte, pelas demandas do capital. Pensando-se nas dicotomias postas pelos participantes, tem-se como causas, no campo das histórias individuais, a falta de tolerância à frustração (frustração em não poder consumir) e preocupação com o ganho econômico. No campo social, uma cultura na qual predomina a busca desenfreada por dinheiro, pelo empobrecimento das relações afetivas e, principalmente, o empobrecimento das relações familiares. Tudo isso faz com que a violência se torne o grande sintoma da contemporaneidade.

Outras questões eram colocadas aos participantes: “*Se você pudesse colocar alguém ou um grupo de pessoas mais diretamente ligado as ocorrências de violência, quem seria? Quem você acha (pode ser uma pessoa ou um grupo de pessoas) que estão mais diretamente ligados à ocorrência de violência atualmente?*”

Demais perguntas como: *Para você, o que é violência? Como você poderia explicar a violência? Quem você acha que menos trabalha no combate à violência? O que você acha que poderia ser feito para combater a violência?* também levaram a se desenvolver temas ligados

à **Responsabilidade** pela violência. Os trechos destacados e suas respectivas discussões encontram-se abaixo. Trecho:

Entrevistadora: “Então... você consegue ver nenhuma instituição específica que por omissão ou por atuação possa estar mais relacionada a violência?”

Participante: Na ocorrência não, na consolidação (ênfatisa), de repente por omissão, sim. Como eu disse, muito... por muito tempo, a polícia foi omissa. A militar a civil, o Ministério Público, que é a instituição que eu represento, o próprio judiciário, porque deixou a coisa ficar descontrolada. Mas não no sentido de causar, mas no sentido de... deixar continuar acontecendo. Então, as instituições públicas é... não vejo nelas causa da violência, a não ser quando existem ações ilegítimas dessas instituições como é o caso dos abusos por parte de policiais que são uma realidade. Quando os policiais reprimem e atuam não da forma correta que eles deveriam atuar sendo agente da lei e passam a... a... abusadores da lei... nisso há um fomento, né... há um... incremento da violência nesse sentido... porque o indivíduo era pra estar sendo reprimido pela violência praticada e está sendo reprimido com mais violência? Né... isso então... vai incrementando, isso... a gente ainda tem muita notícia que ocorre”. (Camila, 33 anos, promotora de Justiça, 7 anos de atuação).

A participante reconhece o Estado, representado pelas instituições públicas, como o grande fomentador da violência. Esse fomento ou se dá pelas omissões aos trabalhos que deveria desempenhar, ou pelos abusos na aplicação das leis: o Estado como reprodutor da violência pelas ações contraditórias à sua função.

Aparecem ainda as figuras dos “abusadores da lei” que, ao lidarem com a repressão da violência com mais violência, fazem com a coerção desmedida seja como um importante fator que reproduz o fenômeno em várias locais da presença humana, talvez por dar uma “licença simbólica” legitimando novos atos criminosos. Aqui, parece que o papel de defensores se perde no papel de ofensores.

Outro trecho

“(...)eu acho que de diversas (ênfatisa) formas nós somos responsáveis por ela, né... seja na... educação que nós damos para os nossos filhos... seja nas relações que a gente estabelece de... de... desigualdade mesmo, né... de que ‘eu sou melhor... você é pior...’.” (Carolina, 32 anos, psicóloga, 5 anos de profissão).

O papel da instituição familiar é fortemente marcado. As demais relações interpessoais aparecem regidas pela competição. Acaba-se por manter o papel do “perdedor” e o papel do “vencedor”, reproduzindo uma relação desigual de poder.

Em outros momentos da conversa com Carolina, citados em trechos anteriores, vê-se que vários grupos de pessoas contribuem para enrijecer o lugar do criminoso. Conectando aqui à postura de competição e poder, o criminoso mantém seu lugar preservado uma vez que a ordem do capital, em sua plenitude, sempre mantém à margem de seu processo, pessoas que, por não conseguirem acompanhar seu ritmo de consumo e acabam mesmo por tornarem-se “marginais”, criminosos.

Dos trechos:

Alguns participantes enfatizam a ausência do Estado, das instituições públicas, outros, colocam a importância dos valores interpessoais, nos quais predominam posturas competitivas que ignoram o outro nas relações. Adota-se a noção de que, na complexidade do fenômeno humano, há alguns fatores que, combinados, são desencadeantes da reprodução da criminalidade.

Assim, a associação entre a omissão estatal aliada a uma postura de competição e desprezo pelo outro, bem como a renúncia ao desempenhar papéis familiares parece contribuir para que o resultado dessa alquimia seja a violência. Todos, assim, se tornam responsáveis pela violência, uma vez que não estão separados dos grupos humanos, portanto neles se atua e

se constitui. Parece que todos são, ao mesmo tempo, vítimas e criminosos no quadro geral da constituição da violência.

O que parece se ter hoje, nas palavras dos participantes, são descompromissos em várias instâncias da vida humana, renúncias múltiplas dos papéis de portadores de uma violência que lhes seriam legítimas. Neste sentido, pais, professores, políticos, policiais etc., desfazendo-se da responsabilidade de impor a lei e a ordem, abrem espaços para que os limites do eu e do outro sejam testados: prevalece, portanto, a lei do mais forte.

Na perspectiva colocada por Neves (2004), sobre *violência permanente* e *violência conjuntural* a autora discute que esta última remete a um processo de vitimização breve de uma pessoa por outra, quando um dos membros da interação obtém algum tipo de vantagem em relação ao outro – a *desigualdade temporária*. Compreendendo as dimensões do conceito trabalhado por Neves, considera-se que, mesmo em se tratando de violência conjuntural ocorre, um processo subjacente de permanente desigualdade, processo este que perpetua uma manutenção hostil de cada um em seu papel, seja de vítima ou criminoso.

Todos, responsáveis pela difusão do controle normativo, são igualmente responsáveis ao negligenciar este papel e permitir que outras violências apareçam em seu lugar. Essas ausências acabam por estimular a desigualdade, a lei do mais forte, a noção da imposição do eu (“eu sou melhor , você é pior”). Por isso, todos acabam difundindo valores como desinteresse no bem-estar coletivo e desigualdade, ao mesmo tempo em que são legalmente iguais na posse de direitos e deveres¹⁵. Igualmente, por isso, responsáveis pelas produções positivas ou deletérias no grupo social.

Pensando-se nessa difusão de responsabilidades, lembra-se do panoptismo de Foucault (1994), no qual todos se prestavam ao serviço da vigília e as punições. Porém, de acordo com a visão dos participantes, não há mais lugar de vigilância e controle, uma vez que, mesmo os

¹⁵ Angher, A. J. (org). *Vade Mecum Acadêmico de Direito*. Coleção de Leis Rideel. São Paulo: Editora Rideel, pp. 43-109.

pais e mestres renunciam à impressão da ordem - parâmetros para a convivência social - promovendo, por consequência, situações de vulnerabilidade à violência.

A justiça, neste contexto, começa a ser relativizada: esta hora é ausente, hora parece exigir medidas extremas de controle (os “abusadores da lei” ou mesmo a mãe que acorrenta filho para que ele não entre em contato com as drogas¹⁶). Mais uma vez ordem e liberdade parecem ainda confusas para a vida na atualidade.

Reconhecendo-se, na comparação dos escritos de Moraes (1990) com os relatórios da OMS (2000), que fatores ligados à violência perduram por tempos na história da sociedade brasileira, pensa-se que, apesar de identificados os fatores desencadeantes deste fenômeno, pouco foi feito para amenizá-lo. Assim, parece que, apesar de muitas questões em torno da violência já terem sido identificadas, a assunção da responsabilidade parece não ter sido feita ou compreendida por todos os envolvidos.

De acordo com Herrmann (2002), vive-se a era da morte da substância psíquica que acaba gerando uma realidade sem sujeito reconhecível, sem ninguém que assuma alguma responsabilidade por alguma coisa.

Além disso, as figuras do poder público, ao renunciar suas tarefas de atuação, nas suas escolhas “político-institucionais” (Zalaur e col., 1994) podem promover conflitos sanguinários na defesa de espaços e demais necessidades. Considerada essa contradição existente no sistema político e a razão cínica de Costa (1994) fica-se com a impressão de que o discurso democrático é utilizado, na verdade, para encobrir ações voltadas para a satisfação do desejo de poucos em detrimento do bem-estar comum: é a “ditadura do desejo” que aponta a incoerência da razão democrática e sugere uma descrença disfarçada em suas propostas.

¹⁶Fadel, E. (2007). Mãe acorrenta filho de 19 anos viciado em crack no Paraná. *O Estado de S. Paulo*, 18 de dez. 2007. Acessado em 27 de dez, 2007. In: http://www.estadao.com.br/geral/not_ger98027htm.

Tem-se ainda a impressão de que o país, após enfrentar as repressões odiosas da ditadura e ter conquistado a democracia, ainda não incorporou tal sistema em todas as bases da atuação humana, nem mesmo aqueles que a representam diretamente. A democracia enfim alcançada, ou não é compreendida ou é utilizada também em nome de demandas distantes do objetivo primordial de conferir poder ao povo e não exercer poder sobre esse povo em nome do benefício de alguns.

Desta forma, vê-se que a **responsabilidade** pela violência é de todos, mas não se encontra aqueles que a assumam.

Em determinado momento das conversas pergunta-se: ***O que você acha que poderia ser feito para combater a violência?*** As respostas à questão retomam as **soluções** para a violência, lembrando, no entanto que, em demais momentos pode-se extrair trechos que também se assemelham à sugestões para o combate à violência.

Trecho:

“Eu acho que, eu penso que começaria na conscientização. (pequena pausa). É... apesar que... a gente já faz um trabalho, trabalho preventivo, conscientização, é... deveria ter um curso pra...como se fosse um pré-natal, quando a mãe engravida... deveria ter um curso pra... eles ensinar a educar também além do pai e da mãe ser muito jovem ele não tem aquela estrutura pra educar aquela criança, não tem como (exalta-se). Obrigiar esse pai, essa mãe... “Ah...é... daqui nove meses você vai ser pai? Então você tem que saber como educar...!”E uma fiscalização severa. Uma fiscalização em cima da família, pra ver o que esse pai e essa mãe dessa criança tão fazendo? Será que realmente eles estão trabalhando? Será?” (Joaquim, 41 anos, policial, 13 anos de profissão).

Na fala do participante, duas propostas chamam mais atenção: a *conscientização sobre os direitos e fiscalização severa da família*. Assim, apesar da responsabilidade e o combate iniciar-se em torno da família, as iniciativas em controlá-la e conscientizá-la das noções de

seus direitos recai sobre o Estado. Parece que pais e mães jovens são, para o participante, um dos grandes responsáveis pelo volume de crimes praticados por menores; esses pais e mães tão jovens parecem ser os elementos doentes a serem tratados.

A conscientização sobre os direitos parece ser uma solução para que as pessoas não precisem de saídas violentas para resolução de suas necessidades. Após essa conscientização, o primeiro posicionamento a se adotar, para o participante, é exigir: *“Exigir da escola, exigir dos pais, exigir do governo... não só as crianças, como os pais também, muitos pais não sabem dos direitos. Então, é onde eu te falo, uma conscientização, sabe um ensinamento do básico”*. Parece claro que o sujeito parece perceber uma falta de sintonia entre Estado e família, entre povo e Estado.

Mais trechos, outras propostas:

“é até difícil... assim... planejar uma proposta... mas assim é... teria que ter uma cidadão de muito bem pra ser o... o... ditador... eu sou assim... penso que tem que ter a boa ditadura que não permita que um juiz receba 24 000 e um trabalhador que trabalha quatro vezes a jornada de trabalho dele receba... receba... (ri) 350, 380 reais... Isso é uma vergonha... isso é a prática da... violência. Isso é uma violência (exalta-se), isso é uma violência que o governo está...proporcionando, patrocinando... eu sou indignado com essa... com essa... grande diferença (...) A educação... eu vejo... se os impostos... se tivesse honestidade na distribuição... olha o tanto que o governo arrecada... se ele investisse na... na... saúde, na educação... certamente... e dando um bom exemplo, ihhh... já ia resolver tudo... não precisava de... se tudo tivesse justiça... né... pra fazer valer os direitos e se pra justiça triunfar... ela teria que ser pra todos e não como aqui, né... um país onde ocorre tantos privilégios... um juiz, promotor... fórum especial... os deputados, senadores.... quem detém o poder aqui é analisado de forma diferente...é igual no início lá... no Império Romano... os nobres tinham a câmara, a... a Câmara dos Nobres... e a Câmara dos Comuns.... é só promover a igualdade... (Vitor, 53 anos, policial, 29 anos de profissão).

Apesar de todas as sugestões dadas para o combate como Educação, investimentos na área social e da saúde e a devida distribuição de renda, o participante finaliza a conversa com: “*o comentário que eu tenho é que... só Deus mesmo pra... interceder (ênfatiza) junto às pessoas, pra melhorar o coração das pessoas... pra... iluminar a cabeça do ser humano*”.

Desta forma, parece que Vitor, na verdade, não acredita em suas sugestões e a solução verdadeira para a violência parece estar em uma dimensão completamente exterior ao agrupamento humano.

Ainda em algumas de suas considerações, no Brasil, deveria haver uma “boa ditadura”; o governo deveria retomar suas responsabilidades e ser ativo na distribuição da arrecadação de impostos e no planejamento de melhores salários para professores. Nas reflexões de Fagundes (2003), tem-se uma idéia similar à de Vitor ao dizer que, por mais odioso que um regime ditatorial possa ser, ele consegue aglutinar forças para o enfrentamento de inimigos externos da população.

Em suas colocações: “... se tivesse educação não precisava de tantas leis... eu vejo que lei não muda e o povo nosso...” a presença da partícula “se” parece denunciar que o Estado sempre deveria fazer algo que não faz e se o fizesse muito seria possível para a amenização da violência.

Em alguns trechos, o participante coloca que o homem é possuidor de uma natureza tanto boa quanto ruim e que é sua face boa que deve ser estimulada. O combate também pode ser feito pela iniciativa pessoal como trabalho de reflexão e mudança interior, sempre com o propósito de transmissão de bons exemplos e valorização à dignidade e lealdade, reforçando que cada um deve fazer a sua parte

As considerações de Vitor lembram a situação vivida pelo protagonista do filme *No country for an old man*. Tal protagonista é policial, que, como Vitor, está prestes a se

aposentar. Em um dos trechos, este personagem relata que *“Se já não se ouve ‘senhor e senhora’ imagina o que se pode esperar de todo o resto”*. O personagem parece acreditar que uma educação para as relações interpessoais, perdida no mundo contemporâneo, seria um dos fatores que evitariam conflitos violentos modulando as relações humanas na atualidade. Apontamentos similares são feitos por Vitor, que parece descrente ao visualizar os valores cultivados na contemporaneidade.

E ainda:

“A ocupação dos espaços pelos ditos sociedade de bem com atividades de lazer e esportes: a forma de combater isso, ou a tentativa de tentar combater isso é tentar, pelo menos tentar organizar a sociedade novamente em comunidade. A fórmula pra essa solução se chama comunidade (ênfatiza)”. (Nestor, 43 anos, policial, 16 anos de profissão).

O participante coloca certa dificuldade em entender também o combate à violência, afirmando que *não se tem um remédio*, o ataque (como numa guerra mesmo) deve ser feito em vários pontos. Apesar dessa ausência de uma solução única, consegue citar a educação como fator relevante para o combate, porém, coloca que esta educação não deve ser circunscrita ao ambiente escolar, mas também ao ambiente comunitário, para que capacitasse para a convivência em sociedade: a “comum- unidade”, distinta do “individual- ismo”, em favor da vida humana, da vida do grupo.

Para finalizar:

“Se lhe fosse oferecido um projeto para que você colocasse em prática uma sugestão para melhoria do combate à violência, como seria ele?”

Participante: “Eu aumentaria o efetivo... mais viaturas, entendeu, mais, mais é... treinamento pros policiais, mais equipamento, entendeu, incentivo a tropa, porque a tropa ta muito é... desmotivada, pelo fato de você prender e, e não ter respaldo na, na lei né, então ta faltando é isso aí mais é, é... mudá um pouco a

lei, motivar mais a tropa, que a tropa ta muito desmotivada entendeu, aumentar umas viaturas, porque... tem dia que num tem viatura pra trabalhar tem viatura estragada, baixada... então o que ce ta podendo ali da um auxilio pra comunidade, só que precisa é disso aí, pessoa desmotivada(enfatiza) porque não é fácil trabalhar na rua enfrentando bandido aí, desmotivado. Então se eu fosse ali mudar (exalta-se), eu mudava a companhia inteira... aumentava as tropa, viatura nova, equipamento novo, então, incentivo, entendeu... apoio do comandante... entendeu, ta sempre em reunião com a gente dando uns incentivo como “vamo fazer isso, vamo aquilo”... então é isso aí, o que a gente sente falta é disso aí (enfatiza)...mais a gente... é apoio do comando mesmo!”(Marcus, 27 anos, policial, 4 anos de profissão).

Apesar da ênfase dada pelo participante aos recursos materiais como soluções para o combate à violência, ao final de suas colocações enfatiza que há ausência, na verdade, de um poder aglutinador das energias dos policiais que poderia promover motivação e a crença de que o combate à violência merece seus esforços. Entrevê-se que o participante não parece motivado ao trabalho principalmente por se sentir sozinho em seus esforços.

Dos trechos:

Ao falarem de combate, os participantes não deixaram de falar sobre as causas, as responsabilidades e os conceitos que envolvem o fenômeno. Das análises, a Educação, tanto a escolar como a parental, se destaca como solução, apesar de parecer abandona nas várias esferas da vida humana. Um dos participantes sugere, até mesmo, cursos para ser pai e mãe.

Considerando-se as contribuições aqui apresentadas, compreende-se que a presença da norma é importante para manter, não só o sistema de controle da sociedade, mas também o de coesão. Oliveira Junior (2007) comenta que por mais ambígua que a presença da ordem possa ser, ela é necessária para manter o projeto de civilização no qual nos encontramos.

O participante Marcus sente-se isolado no combate, falta-lhe a figura de seu comandante que promova incentivo à união dos ideais da tropa. Esta função retoma, da

mesma forma, a figura de um educador que promove os verdadeiros sentidos do combate à violência, que aprimore um sentimento de grupo, de uma unidade que identifique valores importantes. A tarefa educadora, que parece ausente na instituição policial, parece solicitada por vários dos sujeitos enunciadore dos discursos aqui apresentados.

Birman (2003) coloca que a atualidade distancia-se da importância de certos rituais sociais que reforcem a reciprocidade nas relações humanas. O participante parece entender o contexto em que vive com contornos semelhantes, parece acreditar que tais valores são mesmo relevantes para se transmitir ao grupo um sentimento de pertença e a noção de que a relação com o outro pode ser uma via de trocas.

Assim, parece que o ser humano, na atualidade, não é capaz de lidar com suas próprias produções somada à ausência de “diques” para a contensão da violência, a experiência humana atual parece fomentar constantes explosões de instintividade. Recuperando a noção da etimologia da religião, o *religare* pode-se perceber que, o aquecimento das relações interpessoais seriam importantes para o participante. Assim, a experiência religiosa, além de ser um dos canais de sublimação, pode colocar também o sentimento de pertença ao grupo.

Voltar à convivência em grupos que parecem abandonados pelo homem moderno como a família, a Igreja poderia aglutinar indivíduos e ideais. Tavares dos Santos (2004) consegue entrever também que tais grupos sofreram uma ruptura nos laços sociais que os constituíam sendo estes dominados, agora, por uma cultura marcada pelo individualismo.

Vitor também enfatiza a importância da educação. Para ele, o professor deveria estar mais articulado com sua tarefa, porém enfrenta severas dificuldades em uma profissão que exige cada vez mais de seu tempo a um retorno salarial muito baixo. Parece que para Vitor, as relações trabalhistas da instituição policial bem como seus objetivos devem ser repensadas de modo a considerar maior justiça salarial e um caráter educador e preventivo da PM.

Considerando-se as contribuições freudianas sobre o parricídio fundador da sociedade, no qual se renunciou a presença do pai visando o bem-estar comum, outros pontos podem também ser levantados. Um deles é o fato de que, na atualidade, ninguém se interessa em renunciar ao prazer em vista do bem-estar comum, nem mesmo, aqueles que têm, por ofício, representar os direitos do povo.

Tem-se ainda a questão da administração do poder - do uso do monopólio da violência da ordem nas palavras de Freud (1929). Ricupero (2006) enfatiza que a falta de articulação administrativa deixa os grandes aglomerados urbanos, “gigantes pela própria natureza”, à mercê das formas paralelas de gestão, que nem sempre garantem o bem comum.

Desta forma, parece claro que, em momentos de renúncia da posse da violência da ordem, o indivíduo nutre um sentimento de desamparo que o impede de ter uma atuação satisfatória nos grupos sociais freqüentados por ele. Assim, a violência se torna uma resposta bastante viável para um sujeito com uma história que não lhe proveio crenças positivas em relação à convivência em grupo nem de lhe mostrar respostas alternativas às frustrações senão pela imposição de seu “eu” sobre o “outro”.

Marin (2002), com o apoio das colocações freudianas, informa que o ideal é que as vivências traumáticas do indivíduo fossem direcionadas para representações e ações culturais - a sublimação - para que, assim, as relações com os outros não fossem tão hostis. Nestor aponta para o lazer, os esportes e as artes contribuindo como meios para as devidas descargas pulsionais, “desinvestindo-as” da violência.

O **combate**, descrito pelos participantes, parece girar em torno da proposta de aglutinar as energias humanas em grupos, através da arte, esportes, educação e pela liderança no trabalho policial. Para tal, deve-se pensar nas energias dos trabalhadores, mestres e pais para que se sintam diretamente responsáveis tanto pela correta direção das forças humanas, como para difundir a importância de se estar e viver em nome do grupo. Reservar a estas pessoas

bons salários, reconhecimento pelos seus esforços etc., parece ser fundamental para estes propósitos.

4.1.2 A Subjetividade

Apesar da noção de que não se pode separar sujeito e seu objeto de análise, entende-se que em determinados momentos, os participantes colocavam-se mais presentes nas respostas. Assim a pergunta: ***“Que sentimentos você experimenta quando ocorre algum acontecimento de violência no seu trabalho ou mesmo quando você vê uma notícia envolvendo violência?”*** retomou mais especificamente questões de como cada participante se sentia em relação à violência. Desta forma, alguns trechos foram selecionados e apresentados a seguir:

“ah... eu fico assim...quando eu vejo essas notícias ruins... e que não são combatidas, e assim... a gente não consegue vislumbrar uma... uma situação pra resolver... dá uma...uma sensação de impotência, de fragilidade diante das coisas...diante da... nossa pequenez mesmo diante do mundo. Porque eu não consigo resolver...mesmo eu to resolvendo uma parte daquele problema, mesmo que eu tenha ajudado uma pessoa... (Vitor, 53 anos, policial, 29 anos de profissão).

Vitor coloca, sem restrições, suas angústias, desânimo, desmotivação, pessimismo, sensação de impotência, de fragilidade, decepção sentindo-se pequeno ao tentar executar seu trabalho. Diz que tenta fazer a sua parte, mas, ao ver que seus esforços são solitários, sente-se pequeno e desanimado. Também descreve seus colegas de trabalho e a sociedade como desanimados e descrentes na possibilidade de que algo de bom possa funcionar.

Coloca ainda que *“começa a não acreditar nas coisas”*. Aqui, vale lembrar que este policial, após 29 anos de atividades na Segurança Pública está prestes a se aposentar. De suas experiências parece restar esses sentimentos: profundo descrédito no ser humano, pessimismo

e até mesmo uma vergonha de dizer que é um brasileiro honesto. O tom mais positivo de sua fala está sustentado por suas crenças religiosas, no sobrenatural, em um mundo mais evoluído que ele gostaria de participar e na utopia de que os seres humanos serão contaminados com o bem.

Em *No country for an old man* tem-se o xerife da cidade que parece ter experiências que lembrar o momento pelo qual passa Vitor. Na eminência de sua aposentadoria, tal personagem, parece melancólico frente às ocorrências dos crimes de sua atual condição. Em vários momentos de sua aparição o personagem parece demonstrar essa melancolia por meio de suspiros longos e bafejando fortemente. Triste e decepcionado com o modo de vida atual, o xerife retoma sempre questões do passado para tentar entender o momento em que vive.

Nestor, ao ser questionado *“Que sentimentos você experimenta quando você enfrenta uma situação de violência no seu trabalho ou mesmo quando ouve uma notícias de violência?”*, oferece a seguinte resposta.

“Olha... é uma questão muito ruim e ela é muito complicada... você estava me perguntando antes como combater isso... a forma de combater isso, ou a tentativa de tentar combater isso é tentar, pelo menos tentar organizar a sociedade novamente em comunidade”. (Nestor, 43 anos, policial, 16 anos de atuação).

A impressão é que Nestor não tinha nem mesmo uma linguagem pronta ou um raciocínio habitual voltados para pensar em seus sentimentos. Após a pergunta, demora-se novamente em tentar explicar a violência, mas não desenvolve questões sobre suas impressões no trabalho. Assim, questionou-se: *E os sentimentos?* -*Olha é um sentimento de revolta... todo mundo é... é... uma questão até problemática que nós enfrentamos muito grande é... é essa questão. O sentimento de revolta (ênfatiza) da sociedade, ele é muito grande, só que ninguém quer se comprometer (ênfatiza)”*.

Ao falar então, dos próprios sentimentos, não coloca a expressão “*eu me sinto*”, mas “*a sociedade se sente*”, “*sentimento de revolta da sociedade*”. Tais sentimentos parecem amordaçados, anestesiados pela impotência de sua função combatente. Não conseguia mesmo falar de sentimentos tomando a si mesmo como referência.

Em demais conversas com policiais, notava-se que estes se recusaram a falar de sentimentos dizendo que tal tema é uma questão com a qual eles não podem lidar visto que, ser passional na situação de conflito podem lhes confundir na execução de seus trabalhos. Portanto, parece que a forma possível destes combatentes lidarem com seus sentimentos é ignorando-os.

Os Psicólogos...

“Eu sinto medo, né... da violência. Engraçado que eu não sinto medo das pessoas que freqüentam o núcleo, eu não sinto medo dos egressos com os quais eu convivo... é engraçado que minha relação com eles é uma relação... diferente, né... as pessoas me perguntam: ‘mas você não sente medo?’ ‘Não, porque eu tenho que sentir medo?’ é uma pessoa... que cometeu um crime, mas ali comigo é uma relação diferente que se estabelece, é claro... Eu tenho medo que aconteça comigo, né... eu tenho medo que aconteça com alguém da minha família, né... isso me assusta, porque na verdade pode acontecer com qualquer pessoa. Novamente me vem a questão da impotência, da frustração, sabe... quer dizer se eu to trabalhando na prevenção à criminalidade, eu não vou resolver a violência, sabe... sozinha... então...” (Carolina, 32 anos, psicóloga, 5 anos de profissão).

Seus sentimentos mais comuns são: medo, insegurança, frustração, impotência, sente-se mal. Tais sensações representam a da maioria de seus colegas, tanto psicólogos como policiais. Relata que este medo ocorre no espaço público, quando está desprotegida de suas funções de trabalho. O ambiente de trabalho, de acordo com Carolina, lhe traz uma relação já definida entre ela e o ex-presidiário, diferente do que ocorreria numa situação imprevisível da

rua. Tal medo parece presente na possibilidade de que a violência se aproxime de seu ambiente familiar, de seu espaço privado.

A frustração surge ao ver as pessoas que atendera reincidem no crime e voltam para o ambiente carcerário. Somada à esta frustração aparece a impotência também ligada, para ela, à reincidência ao crime por parte dos egressos por ela atendido. Pode-se também entrever que a participante sente sozinha no trabalho de combate, apesar de admitir que todos são responsáveis pela violência.

Outra questão que lhe desperta sentimentos negativos é a violência cometida por policiais que na verdade, deveriam estar a serviço da redução dos atos criminosos. Tais policiais, de acordo com ela, parecem ultrapassar os limites da aplicação da força e da repressão e não deixam de causar um impacto simbólico nas vivências dos egressos no período pós-encarceramento. Eles acabam por engatilhar novas violências aconteçam e, por isso, essa situação não contribui para que eles tenham uma perspectiva em relação à vida sem o crime. Não há uma flexibilidade no modelo da ordem receba de volta quem o denegriu. Aqui se tem a noção descrita por Camila sobre os “abusadores da lei”

A hostilidade da relação humana não pode ser abolida, uma vez que a expressão do desejo em muitas ocasiões é incompatível no contato com o grupo social. No entanto, dentre vários sentimentos negativos, um trecho de José representa certo otimismo:

“Então isso tem deixado a gente muito animado, deixa a gente esperançoso de que esse caminho novo que está sendo experimentado realmente seja o caminho melhor possível, o caminho acertado. (...)Tem essa sensação principalmente de... de temor... temor de que haja um agravamento ou de que isso possa atingir diretamente a nós mesmos ou pessoas próximas da gente.”

José, apesar de temer alguns avanços que a violência ainda pode apresentar, sente-se animado e esperançoso com as possibilidades que o combate à violência. Acredita que este fenômeno tem sim, suas soluções. É solitário em suas opiniões.

Dos trechos:

Seja no momento em que falam da sociedade, das pessoas ou de si mesmo, o tom dos sentimentos predominantemente são de desânimo, frustração, desmotivação e medo. Além disso, parecem sentir que muitos de seus valores pessoais são incoerentes com os valores cultivados na atualidade, por isso, sofrem embaraços no enfrentamento da violência.

O medo, sentimento bastante citado nos discursos, de acordo com Dejours (1992), está presente em todas as profissões, e parece ser coerente para os trabalhadores do combate à violência, visto que estes lidam, cotidianamente com a imprevisibilidade do humano, que parece estar cada vez mais em busca da predação ao outro.

Assim lembra-se das contribuições de Teixeira & Porto (1998) ao colocarem que a insegurança, no mundo moderno, está cada vez mais ligada à ascensão da violência e promove, por isso, o fortalecimento do que chama de imaginário do medo. Sujeitos de história (Pêcheux, 1997, González-Rey, 2002) vê-se que cada sujeito participante carrega em si as vivências com a violência e parecem não se sentir seguros em relação a eficácia de seus esforços.

No discurso dos participantes é comum a sensação de ineficácia de suas atuações. Em muitos casos, ao saberem de uma ocorrência de violência ao seu redor ou mesmo nos noticiários, questionam sobre o alcance de suas atuações e sobre a efetividade de seus esforços. Parece que a luta cotidiana no combate à violência, mas a constante exposição à mesma seja por experiências profissionais, pessoais ou nas informações noticiadas, não permite uma avaliação positiva do alcance de seus trabalhos. Estes vivem em exposição direta com a violência ou com a possibilidade de que um dia tornarem-se vítimas.

Interessante confrontar a fala de dois policiais: um em início de carreira, Marcus e outro, prestes a se aposentar, Vitor. Ambos demonstram fortes sentimentos de desânimo e desmotivação, os dois parecem nutrir uma descrença na efetividade de suas atuações. Vitor

deixa a instituição, acreditando que só Deus seria capaz de combater os problemas da sociedade. Seus 29 anos de trabalho lhe fizeram questionar até mesmo sua honestidade frente às relações com o outro e a efetividade de sua presença. Marcus, com somente 4 anos de atuação, parece igualmente se sentir sozinho nas boas intenções na luta contra a violência. Essa solidão vem também do abandono pelos próprios colegas: cita faltar o “sentimento de corporação”.

Marcus, apesar de ser ainda um jovem homem, relata que seu lazer é estar em casa com a família e que prefere não sair porque “*não sabe quem vai encontrar na rua*”, sentimentos que parecem dos “velhos homens” e dos “homens velhos” que se entrevistou neste estudo. Esses trabalhadores parece sentirem-se protegidos em seus ambientes de trabalho, mas fora dele, estão à mercê da violência, em muitos casos, mais vulneráveis que outros cidadãos. A rua torna-se um campo de batalha aberto, os riscos do presídio estendem-se para qualquer espaço humano.

Novamente, pensando-se na alusão ao filme *No country for an old man*, considera-se importante citar um sonho do protagonista xerife da cidade. Neste sonho, vê seu pai, mais jovem que ele, montado a cavalo, tentando carregar uma fagulha de fogo, atravessando a neve, o frio e a escuridão. A noção que se retira deste sonho é que o cavaleiro é ele mesmo, solitário na sua luta contra a violência. Parece ter percebido, que suas tentativas em combater a violência se parecem com uma chama insignificante, ameaçada pelas tempestades do cenário atual e sem uma solução final que traga a completa solução para o fenômeno.

As considerações de Vitor parecem ainda retomar as contribuições de Costa (1994) ao citar os *burocratas obedientes* e os *delinqüentes arrogantes*. Parece que o participante se reconhecer como um “burocrata servil” que combate a violência e com ela se esforça, mas na realidade obtém outros resultados e não acredita que seus esforços sejam eficazes. Além disso, acredita mesmo que só Deus tem a solução para os problemas humanos.

Muitos participantes, em sua maioria, policiais, revelam ainda dificuldades em falar em sentimentos. Para eles, a Polícia Militar os treinou e os colocou num ponto em que a experiência afetiva é desautorizada. Falar dos sentimentos pareceu tarefa difícil, alguns conseguiam citar notícias da violência em cidades distantes, mas não retomando experiências pessoais de combate ao crime.

Assim, por mais que as instituições formadoras dos combatentes queiram amenizar as descargas emocionais destes, sabe-se que o humano e suas diversas dimensões não podem ser seccionados. No trabalho da violência, principalmente, com a possível ineficácia de seu combate somada a possível vingança que seus combatentes possam sofrer após suas atuações coercitivas, a presença do medo, por exemplo, é inevitável.

Oliveira Júnior (2007), discute o caráter da periculosidade do trabalho da PM. De acordo com seus estudos, o trabalho da polícia envolve tanto risco como um trabalhador de uma siderúrgica, de dublês ou mesmo de pilotos de prova. Porém, o que marca a questão da insegurança na realização de seu trabalho é o caráter da imprevisibilidade a qual está exposto. Mais uma vez a sensação de insegurança parece ter mais um fomentador: a natureza imprevisível do trabalho.

Como no trabalho de Anchieta & Galinkin (2005) vê-se que os policiais aqui apresentados também se vêem tolhidos pela crítica da sociedade e sentem-se constrangidos pelas normas internas da instituição policial, pelos limites legais impostos ao seu desempenho profissional.

As discussões sobre as *experiências no trabalho* são melhor detalhadas nos trechos que se seguem:

Os policiais:

“É, meio que acostumou, caiu na rotina, já que... A gente num tem muita esperança, mais sabe, agente... todos os, eu, eu entro no serviço eu entro pra trabalhá, pra resolvê mesmo... mas a gente, geralmente ta desmotivado,

porque num diante, ce prende, aí amanhã o cara ta solto, ce vê o cara na rua fica é rindo na sua cara(enfatiza)” (Marcus, 27 anos, policial, 4 anos de profissão).

E:

“Quando eu entrei na polícia, o objetivo maior era contribuir de uma certa forma... a...ajudar mais as pessoas e tratar todo mundo com igualdade. (...) Os nossos profissionais, eu acho que ainda precisa, na minha área, no meu trabalho, eu acho que ainda precisa melhorá. Eu acho que o cara, a pessoa precisa dedicar realmente, assim dar o sangue, entre aspas, dar o sangue, não é, trabalhar com vontade realmente, eu acho que é isso que ta faltando na nossa área.(...) no nosso trabalho aqui também, sabe, a gente, às vezes tem que.. sabe desdobrar...”(Joaquim, 41 anos, policial, 16 anos de atuação).

Fica clara a dedicação ininterrupta no trabalho da PM, que estende suas responsabilidades até mesmo para os horários de sua folga. No entanto, reconhece as dificuldades de seu ofício e percebe que muitos de seus colegas não se dedicam com tanto empenho, apesar das *“excelentes preparações”* que recebem. Afirma, portanto, que o trabalho, na área da PM tem que melhorar. Nas contribuições de Zaluar (2004) os policiais, como Joaquim, condenam a violência e a arbitrariedade cometida por seus pares.

Em sua colocação inicial parece que o trabalho da PM, agora, é de promoção (ou pelo menos de manutenção) das diferenças, das desigualdades. De um momento em que a PM era promotora de bem-estar passa a ser uma combatente de questões cada vez mais complexas em relação à violência que acaba *“virando uma bola de neve”*. Parece que aqui, o policial tem dificuldades de compreensão do futuro deste combate, de seu trabalho e do fenômeno da violência *“aonde a gente vai parar?”*.

Outra colocação interessante é sobre *“dar o sangue”* no trabalho. Enfatiza que este *“dar o sangue”* está *“entre aspas”*, contemplando a idéia que, para que o policial desempenhe bem

seu trabalho não precisa, necessariamente, morrer. Mas esse “sangue” vitaliza o trabalho de combate e dá força à vida subjetiva.

Ocorre, no entanto que os policiais têm dado, literalmente, o sangue no trabalho de combate à violência. O “dar o sangue” entre aspas em muitas cidades brasileiras, fica sem a proteção “das aspas” e a vida do combatente se perde em nome do trabalho que deveria promover a vida.

Mais:

“Força de vontade? (Ri) eu acho que é nós (policiais)... (ri) Não, mas não é não... eu acho que tem várias operações...com... várias até mesmo em questões sociais (...) porque tem ocorrências... que não dependem (ênfatisa) nem da polícia... que são esses casos assim de violência... doméstica, né... Isso... porque quando você é um civil, seu mundo de cidadão civil, né... as vezes você ta lá e quer até tirar uma casquinha da pessoa...Então juntando tudo isso: todo mundo na sua, cada um por si, né? (ênfatisa). (...) Mesmo como profissional, mas eu também faço parte dessa sociedade”. (Maura, 37 anos, policial, 14 anos de atuação).

Fica clara, em suas colocações, a questão da indiferença das pessoas frente aos problemas alheios. Cita a paralisia, hostilidade no envolvimento com a Justiça, comodismo, desconfiança, fazer justiça com as próprias mãos, ao falar da sociedade (que de acordo com o que se acredita aqui, pode estar falando de si mesma).

O “eu” parece um pouco perdido entre o papel profissional e o papel enquanto cidadão e participante da sociedade. As responsabilidades e os sentimentos, difusos nestes papéis que desempenha parecem confundir a participante sobre que sentimentos a adotar diante de cada situação de seu cotidiano e qual a participação que desempenha no combate à violência: se é de força de vontade ou de indiferença.

Para finalizar...

“E tudo isso a policia só trabalha com a prevenção ostensiva. Ah... não pode investigar... se ela fizesse esse trabalho aí... talvez poderia até melhorar, poderia na minha opinião, na minha visão. E ainda credito que a sociedade... segundo... acho que Rousseau que disse: “Ela conspira contra quem a defende” e é verdade. Se você está no alto de um edifício e vê lá três PMs fazendo, algemando um indivíduo ela já julga ali ó “Olha lá que covardia! Três pra segurar um... olha deu um tapa naquele indivíduo ali... ” (...) o nosso Poder Judiciário que mantém privilégios desde que o Brasil era império.... você vê que... porque que naquela ocasião os juízes, que viam de Portugal, tinham até dois meses de férias? Porque demoravam até... 70 dias para vir de navio... e vir pra cá pro Brasil.”(Vitor, 53 anos, policial, 29 anos de profissão).

Aqui o policial parece acreditar nos manuais, cursos e nas propostas atuais da Polícia que são até “exportada para outros Estados”. No entanto, em seu discurso, parece prevalecer que o trabalho da polícia é um “*enxuga-gelo*”: recolhe o “*lixo humano*”, mas não tem respaldo de seu trabalho.

O seu trabalho de “*enxuga-gelo*” parece remeter a um incômodo por não acompanhar a punição em todo o seu processo, ou seja, prende um criminoso, mas este é quase que imediatamente solto e, ao voltar para as ruas, reproduz situações idênticas às que deram motivo à sua prisão. Tomando um trecho de Joaquim, seu colega de profissão, ao dizer que o “trabalho da PM vira uma bola de neve”, tem-se a impressão de que, a dimensão preventiva e a desconexão dos policiais com os demais processos de punição contribuem para a sensação de que seus trabalhos são ineficazes.

Vitor fala ainda do “*lixo humano*” que ele recolhe diariamente. É interessante que Joaquim, em alguns trechos de sua conversa (que não foram mencionados neste trabalho) coloca que “... a responsabilidade é de cada um... desde mim que sou pai, que começa a

educar meu filho lá dentro da minha casa, até do meu... lixeiro que passa lá.” Parece assim, que a polícia, faz também o trabalho do lixeiro, e, portanto, tem sua responsabilidade, da mesma forma que este último tem responsabilidade em relação à violência.

No entanto, o “humano” tido como lixo é uma dimensão que retoma uma contradição difícil de ser admitida, se colocada como coerente. Se o humano é colocado na condição de lixo não parece mesmo poder responder pelos seus atos, não é de se admirar que esteja na condição também de “gelo”: sem sentimentos ou escrúpulos, o gelo e o lixo, podem fazer qualquer coisa sem que precise se guiar pela razão, sem que a dimensão afetiva, sua mesma ou de sua vítima seja considerada. Novamente, a dimensão preventiva e educativa, retirada da função policial, faz com que o trabalho da PM seja ter contato com o “lixo” e com o “gelo” e isso, esse contato diário, essa repetição (esse sintoma) vire uma “bola de neve”.

Vitor cita ainda a sociedade como grande apoiadora dos ditos criminosos assumindo uma postura de hostilidade em relação ao policial e que na PM, o “material humano” deixa a desejar. Além dos criminosos estarem então, deixando a desejar como “humanos” a polícia também parece estar.

Unindo-se a essa idéia descreve o funcionamento de demais instituições de controle e regulação da ordem na sociedade como o poder judiciário, que ainda mantém privilégios desde os tempos do Brasil Império. Ao lidar com as punições para pessoas envolvidas na política, o sistema judiciário, de acordo com o participante, assegura um tratamento especial para os já privilegiados social e economicamente. Afirma ainda que esta instituição poderia envolver mais justiça em seus trâmites.

Nos já citados relatórios de Moraes (1990) e da OMS (2000) tem-se a debilidade policial e falha em órgãos públicos como fatores diretamente relacionados à violência. Considerado o discurso de Vitor, marcado por certa descrença na efetividade de seu trabalho,

descrença esta provocada em grande parte pelos descasos de colegas e demais órgãos do poder regulatório, pode-se dizer que concorda com esses fatores.

Dos trechos:

Os policiais parecem concordar em alguns pontos. O que parece mais evidente é a desmotivação provocada pela postura indiferente de seus colegas e a hostilidade da sociedade com o trabalho do policial. A polícia parece que, de responsável pela segurança social, passa a ser como mais uma “facção” do crime organizado ou como um batalhão adversário.

Têm-se falas de policiais que sugerem como melhoria para a instituição policial o incremento de seus recursos materiais, porém, a maioria retoma questões de recursos humanos como um ponto fraco desta instituição. Outro ponto é a insatisfação salarial. Reclamam que, há diferenças salariais marcantes entre policiais de um Estado para outro e que, pela natureza de seus trabalhos, a recompensa deveria ser, ao menos, proporcional ao risco e ao desgaste que sofrem, não importando o lugar de sua atuação.

Relatam ainda suas dedicações incessantes não são recompensada e nem mesmo reconhecidas. Nas citações de Goffman, Oliveira Junior (2007) comenta que o trabalho do policial não é do tipo que se “despe” assim que deixa seu turno de trabalho. A vigilância ao atendimento da ordem é constante e deve ser observado. Em Souza (2001) tem-se a noção de que a dedicação dos policiais, 24 horas por dia, dá-lhes a conotação de que são meros objetos.

Impunidade é outro fator que revolta alguns dos policiais uma vez que desabilita a autoridade que lhes é dada e ridiculariza seu papel diante da sociedade. Juntamente a indiferença dos colegas, dos demais órgãos de coerção e da sociedade, a impunidade contribui para que a motivação desses profissionais sofra novos abatimentos.

Concorrendo com esses fatos, Vitor cita que alguns órgãos públicos mantêm inúmeros privilégios, fazendo com que ele se sinta desvalorizado, não só pela sociedade ou pelos criminosos, mas também por demais órgãos públicos que ao conferir privilégios certos

servidores acabam por reservar sacrilégios a outros. Órgãos tais que lhe deveria servir de parceiros no trabalho de combate à violência.

Retomando a contribuição de Soares (2003), vê-se que a polícia ficou esquecida na transição democrática. Para Adorno (2002), demais órgãos de acesso a Justiça também ficaram esquecidos e, ao combinarem em suas tarefas à corrupção, garantem Justiça somente para certa parcela da população bem como graves violações dos direitos humanos. Novamente, fica claro as “escolhas político-institucionais” (p. 215) comentadas por Zalaure e col. (1994).

Nas contribuições de Oliveira Junior (2007), a questão da ambivalência da ordem é personalizada na figura do policial; esse policial é a representação da ordem mais próxima aos cidadãos em situações de conflito. Porém, dessa ambivalência, esses trabalhadores parecem representar somente a hostilidade desta ordem, imprimindo certo sofrimento psíquico à suas vivências subjetivas ao não serem reconhecidos como importantes portadores da lei pela sociedade.

Durante as conversas, alguns dos policiais admitiam não gostar do trabalho das ruas, dos patrulhamentos. Por isso, se organizavam e se qualificavam para atividades administrativas da corporação. Parece que, os policiais utilizavam-se das funções administrativas como forma de se esquivarem dos trabalhos da rua, do “recolhimento do lixo”, como se esse fosse um lugar onde encontravam proteção contra os “ossos” de seus ofícios.

Interessante notar que nos trabalhos de Anchieta & Galinkin (2005) os policiais também têm consciência da imagem negativa que a população e afirmam que seu trabalho se limita a limpar o “lixo da sociedade”. Assim, parece que, com um treinamento voltado para lidar com o lixo, a aplicação da ordem, na sociedade, parece cada vez mais fadada a ser recebida com hostilidade e agressão.

Para amenizar os impactos das concepções populares em relação à figura do policial, Beato (2002), junto a sua equipe de pesquisadores, investigaram a efetividade do programa Polícia Comunitária. Tal proposta pareceu ser possível para a aproximação da população com o trabalho da PM. Porém, nas avaliações que desenvolveram, o projeto fora recebido com críticas, tanto por parte dos policiais como por parte da própria população. Visto que de forma contraditória, o policiamento comunitário em si não demonstrou, até o momento, ser capaz de, pelo menos, manter baixos os níveis de medo ou violência subjetiva em meio à população.

Para Oliveira Júnior (2007), definir a interatividade como estratégia da organização policial despertou crítica da população e dos próprios policiais, com a preocupação de que se perderia ao abandonar a ênfase no trabalho repressivo. De acordo com os policiais deste estudo a interação da polícia com a sociedade, feita através de intervenções nas escolas, foram bem sucedidas, pois era feita com crianças¹⁷, que, de acordo com eles, são receptivas aos investimentos de seus esforços. Talvez esse programa seja uma maneira de darem “solução” à necessidade da tarefa educadora da PM.

Para os participantes, o policial, assim como o professor, deve ser um dos profissionais mais bem remunerados no país, uma vez que deve sentir que seu trabalho, em que muitas vezes, dá o sangue, literalmente, é recompensado à altura dos esforços. Esforços estes oferecidos 24 horas por dia, com risco que corre mesmo sem a imagem que representa sua farda, com a convivência da hostilidade das pessoas e das duras penas psicológicas da vivência dessa imprevisibilidade.

Nas palavras de Beato (1997) apesar de se ter uma interação positiva entre sociedade e polícia, ainda se vê multiplicar as figuras dos “vingadores” e “justiceiros” que constroem sistema de justiça privado onde a polícia não opera o que gera um fator adicional de desordem.

¹⁷ O PROERD - iniciado em Los Angeles, EUA, em 1993 e copiado por vários países.

Nas colocações do policial Marcus, sua desmotivação provocada pela ausência de seu superior para aglutinar o grupo ajudando assim, na motivação geral de sua corporação. Esta noção é trabalhada por Oliveira Junior (2007) ao afirmar que o espírito de corporação constitui expectativas de soldados formados contra o crime, algo que Marcus deseja encontrar em seu trabalho.

Lembra-se ainda da afirmação de Bleger (1992): “as instituições costumam padecer do mal que combatem” (p. 62). No entanto, conformar-se com as violências recebidas e multiplicadas pelas instituições de combate à violência parece ser desastroso num contexto em que a violência toma grandes proporções. O cuidado a essa parcela de combatentes parece ser fundamental.

Os Psicólogos

“ é... é... eu ainda to engatinhando na efetivação disso, sabe... até porque isso também está engatinhando (ênfatisa) como metodologia do programa, ta tudo iniciando, sabe...quer dizer... que eu to fazendo? Como está sendo? Será que ta fazendo algum efeito?isso vai me... me... assim eu vou refletindo sobre isso, assim, existem coisas positivas, né... é claro... a gente sabe que pra algumas pessoas a gente contribui sim. porque ajuda a trabalhar no nosso dia a dia, porque a gente tem muita teoria, mas assim... na prática, no dia a dia, faz falta, porque eu acho assim, que a gente tem que discutir. (Carolina, 32 anos, psicóloga, 5 anos de profissão).”

Desde o início da conversa, a participante descreve em detalhes seu trabalho, enfatizando que tanto a postura metodológica como teórica da Psicologia, inserida no programa social do qual faz parte, ainda estão em construção, assim como a sua compreensão sobre o que seja o fenômeno da violência. O “Centro de Combate à Violência” conta somente com um ano e meio de implementação. Compreende-se que iniciativas como estas, talvez tardias e de intervenção emergencial, estejam ainda caminhando e se construindo à medida de

que sua implantação se amadurece. O lugar deste trabalho, o que faz e seus objetivos parecem ainda confusos para a participante.

Apesar da Psicologia, já há décadas passadas iniciar um movimento institucional e comunitário¹⁸, nas instituições visitadas, tal trabalho ainda é pouco estimulado. Somente agora, em medidas que nos parecem emergenciais, a figura do psicólogo é privilegiada, tanto em contextos de saúde, como em programas sociais.

Da mesma maneira, e o que parece inevitável, a Psicologia, igualmente ganha este lugar da construção e amadurecimento nesta área de atuação. A participante diz ter aprendido “na marra” atuar em grupo e afirma ainda lhe faltar “um norte”, porque na verdade, ainda caminha em várias direções, caminhos que parecem experimentais. A psicologia parece ainda sem lugar no auxílio à superação da miséria: *“O que que eu, enquanto psicóloga, posso fazer por uma pessoa que está passando fome?”*. O que lhe resta é oferecer um espaço de escuta: *“diante disso, porque o que a gente pode oferecer na verdade é a escuta... é a escuta... então...”*

Em alguns trechos reafirma sua impotência diante do combate à violência, uma vez que depende da estrutura oferecida pelo Estado e da própria participação dos egressos que muitas vezes se revoltam com o tratamento recebido por policiais e com a falta de estrutura.

Afirma ainda o caráter contraditório de seu trabalho:

“a gente acaba tendo também, né... por mais que a gente trabalhe... e a gente... é... então é complicado, é meio contraditório (...) ‘Ah esse tem perspectiva, esse tem objetivo...’ então... é muito... sei lá... dialético...”

Visto que, apesar do fenômeno da violência estar presente em toda a história da organização humana, as proporções e características que tem tomado nos dias atuais, no Brasil, são únicas e intransferíveis a outras formas de organizações.

¹⁸ In: Vasconcelos, E. M.(1987). *O que é Psicologia Comunitária?* São Paulo: Brasiliense.

Do trecho:

No campo da Psicologia, muito há a se definir nas palavras de Carolina. Mas entendemos que, segundo palavras de José (em trechos citados em discussões anteriores neste trabalho), que a inserção deste profissional nestes contextos de combate é real e está sendo privilegiada. No entanto, pelas falas de Carolina, esta inserção caminha em passos paradoxais. Isso implica no fato de que hora a intervenção parece ser bem sucedida, ora parece ser fracassada.

Bastos (2003) enfatiza que o indivíduo, descrito por Freud, com seus jogos pulsionais, seus amores e ódios, não podem ser separados da malha da rede social. Assim, ter a Psicologia na participação de programas que vão de encontro às demandas sociais parece oferecer uma oportunidade para esta disciplina de conhecer e descobrir mais sobre os sujeitos (objeto de suas investigações) de seu tempo.

Fagundes (2003) ainda contribui com a noção de que a Psicanálise proporciona uma ‘continência sócio-afetiva’, permitindo a simbolização e agindo preventivamente. Carolina, em suas preocupações com o atendimento ao egresso (faminto) diz que só pode oferecer o espaço de escuta. Considerando o espaço de expressão na atualidade como um espaço roubado, ter uma oportunidade de alguém que oferece a escuta parece um artigo privilegiado.

Reclama também de sua formação profissional, que em propostas curriculares privilegiavam a formação clínica para sua atuação. Parece que as noções clínicas, incontestavelmente importantes devam ser revisitadas para que possam contemplar também o atendimento dos sofrimentos das comunidades.

Demonstra ainda necessidades de discussão, talvez mesmo para ter um respaldo dos próprios colegas em relação ao alcance de seu trabalho, que, da mesma maneira que Camila, outra psicóloga, coloca constantemente a efetividade de suas atividades em xeque. Um dos problemas de seu trabalho que Carolina enfatiza é a falta de articulação também com outros

órgãos que lhe deveria prestar assessoria, e que muitas vezes, exerce forças contraditórias para desempenhar o papel de manutenção da ordem. E articulação com outras áreas da Psicologia também parece ser o caminho eficaz para essa demanda.

Acero (2007), em discussões sobre o sucesso de seu programa de intervenção comunitária contra a violência que reduzira a criminalidade em até 80 % nos últimos 10 anos na Colômbia, comenta que o sucesso se deve a articulação séria entre a polícia com demais órgãos públicos como as promotorias de Justiça, o Ministério Público. Ele critica a falta de coordenação das polícias do Brasil e diz que é preciso que as polícias Federal, Estadual, Civil e Municipal trabalhem em conjunto e com a colaboração do sistema judiciário e das instituições de controle.

O autor acima citado defende ainda que é preciso combater não só o tráfico internacional, mas também o consumo interno de drogas; enfrentar a corrupção; ter uma Justiça ágil; melhorias em saúde, educação, saneamento e transporte; entre outras medidas. Tendo em vista as a desarticulação dos órgãos de manutenção da ordem denunciada por Carolina a as colocações do autor, o isolamento institucional parece mesmo a forma de funcionamento das instituições no Brasil, que, em muitos casos, fomentam a violência.

Amoretti (1992) enfatiza que as fantasias predominantes por trás do ato de violência são de medo - a violência seria um sintoma pelas ameaças reais ou imaginárias de perigo e perda, agiria em nome do revide e da vingança. Carolina, ao declarar que muitos dos egressos atendidos, já na expectativa da hostilidade que receberão tanto da sociedade quanto de instituições de ordem, antecipam a violência uma vez que recebê-la, para eles, é algo inevitável.

Para Souza (2005), o espaço psíquico e o social perdem suas fronteiras, a intimidade se confunde com a cena pública, a diferença entre fantasia e atos fica apagada o que ocasiona a dificuldade de negociação, de intermediação simbólica: “se não é possível combatê-la eu a

assimilo e transformo-me nela” (p. 14). As pessoas, então, ao mesmo tempo em que se isolam, perdem as fronteiras entre si mesmas e o outro, confundem intimidade com cena pública. Aqui parece identificável uma postura que é comum entre os órgãos de coerção: ou se omitem, ou abusam da força.

De qualquer forma, mesmo com as dúvidas e confusões que surgem no caminho do trabalho da Psicologia no combate à violência, sua presença em tal combate deve ser levada adiante. Esta inserção é uma forma dos profissionais *psi* se colocarem a disposição de serem os pensadores da cultura, como afirmaram Tunon e Abudara (1988).

O sucesso da intenção deste trabalho não pode ser medido, no entanto, nas palavras mesmas de uma participante, o próprio momento da entrevista lhe fora significativo:

“Tem alguma coisa que eu não perguntei que você gostaria de comentar?”

(Ri) Não... só que eu gostei muito de dar essa entrevista... Olha eu acho que esse tema, um tema como esse, tem que ser divulgado, quando ficar pronto, né... inclusive eu gostaria de ter uma cópia quando você terminasse, porque ajuda a trabalhar no nosso dia a dia, porque a gente tem muita teoria, mas assim... na prática, no dia a dia, faz falta, porque eu acho assim, que a gente tem que discutir, eu acho que...a ciência tem que ter seu tempo né... porque a gente acaba sentindo falta de coisas que fazem sentido pra gente, sabe... igual aqui a gente grupo de estudos mas ninguém veio perguntar o que eu sinto, então eu gostei muito”. (Carolina, 32 anos, psicóloga, 5 anos de profissão).

Tal comentário parece afirmar uma crença inicial do trabalho e as Marin (2002) sobre os silêncios que rondavam as experiências com a violência. Escutar, então, os trabalhadores pode ser uma forma de recompensá-los pelos seus esforços: oferecer-lhes um artigo de luxo da atualidade tentando escutá-los em suas considerações sobre um fenômeno que sempre é silenciado.

O que há de comum entre psicólogos e policiais?

O que um psicólogo pode ter em comum com um policial mesmo inserido em jogos institucionais totalmente diferentes? A vivência profissional no mesmo tempo e país, o que remete ao entendimento de que algo do contexto mineiro-brasileiro, estes trabalhadores compartilham.

Assim, percebe-se que, como a psicóloga reclama da falta de articulação, os policiais reclamam de falta de idéia de corporação e da indiferença de demais órgãos públicos. Da mesma forma que os policiais não têm certeza da efetividade de seus trabalhos, as psicólogas entrevistadas colocam a eficácia de suas intervenções em xeque. Psicólogos e policiais têm medo e sentem-se frustrados com a violência na atualidade.

Além disso, a Psicologia, nestas novas demandas de trabalho social, está revendo suas teorias e práticas, a Polícia testa formas de diálogo com a comunidade, mas sem perder o caráter coercitivo. Ambos os grupos parecem ainda com dificuldades de se expressarem frente à violência, perdem-se nas explicações e não possuem formas mais ou menos uniformes de compreender o fenômeno, mesmo fazendo parte das mesmas instituições.

Para complementar este quadro, pensa-se ser importante ressaltar que, para todos os grupos de profissionais aqui envolvidos, a indiferença da sociedade com o trabalho de intervenção coercitiva e a manutenção da ordem concorre com a efetividade de seus trabalhos. Para enfatizar esta questão pensa-se ser importante citar a contribuição abaixo:

“ (...) é... muito complicado porque a própria sociedade, ela restringe... (...) porque hoje a gente fica preocupado com a violência porque mexe com o nosso patrimônio, mas a gente tá esquecendo do nosso bem maior que é a vida. (...) Porque quem tem recurso entra com advogado e não é condenado”.
(Nestor, 43 anos, policial, 16 anos de atuação).

O participante enfatiza as posturas atuais como o isolamento, desocupação do espaço público, descompromisso com o grupo, esquiva em envolver-se em questões judiciais,

inclusive na possibilidade de testemunhar em favor ou contra alguém. Além disso, cita também o boicote da sociedade ao trabalho de fiscalização e penalização dos policiais, principalmente em contravenções no trânsito; as experiências sociais são marcadas pelo “cada um por si”.

Além da relativização da violência pela conveniência a Justiça aparece também relativizada pelo dinheiro. Quem tem dinheiro, acaba por ter um acesso à uma justiça mais célere e conivente. Adorno (2002), ao comentar sobre a desigualdade no acesso à Justiça considera que a impunidade é uma característica marcante dos processos penais no Brasil e a punição é distribuída para os pobres. Vitor, outro policial entrevistado coloca ao longo de nossas conversas que o sistema carcerário ainda abriga somente negros, pobres e prostitutas (o velho estigma dos três “Ps”).

Barros (2005) coloca que o primeiro fundamento de todas as ordens é: “deverás obedecer...”. Concordando com seu ponto de vista, vê-se que entender a importância da obediência à ordem é fundamental para que os sujeitos saibam os limites de sua atuação. A lei, a obediência pode vir tanto pela instituição familiar como com as demais instituições detentoras das normas em nossa sociedade.

O que há de incomum?

Na exposição dos discursos, alguns pontos parecerem bastante singulares. Vitor, um policial, coloca que só Deus para dar conta das demandas produzidas pelo grupo humano. Apesar de todo o conhecimento que apresentou à pesquisadora, no final assume uma postura de total descrença com as próprias sugestões apresentadas, buscando uma solução extra-humana. Nestor também recorre à aprendizagem de um preceito religioso (“Não matarás”) para conseguir compreender a violência: um ponto que parece relevante nestas declarações parece ser a decepção dos policiais com o projeto civilizatório.

As estatísticas da violência parece ser outra questão de embaraço entre os profissionais. A promotora Camila parece descrever nesses dados, enquanto Nestor, outro policial, coloca que a violência é o “número de mortos”. Ainda para Júlia, psicóloga, violência é “tudo”, para Nestor violência é morte.

Policiais parecem dar mais atenção ao núcleo familiar e à formação afetiva do indivíduo que os psicólogos que descrevem o grupo social secundário para tentar dimensionar a violência. Nestor é o único participante que retoma a história coletiva do grupo social para entender a violência da atualidade. Os demais recorrem à história do indivíduo no grupo familiar, no caso dos policiais e no caso dos psicólogos, à história do indivíduo no grupo social.

Policiais citam falhas nas instituições de manutenção da ordem e, alguns deles, em raros momentos, admitem falhas na própria instituição policial. Psicólogos e a promotora de Justiça já infantizam abusos cometidos na aplicação da lei por parte de policiais.

Alguns, para falar de soluções para a violência sugerem melhorias em suas próprias instituições, outros, colocam melhorias amplas, como a presença estatal e até mesmo a retomada de valores da maternidade e da paternidade para que a violência tenha contornos mais amenos. Assim, pela natureza das respostas, a solução parece ser reestruturação de vários segmentos institucionais.

Algumas expressões que surgiram durante as entrevistas merecem relevante atenção. São elas: “dar o sangue”, “lidamos com o lixo da sociedade”, “cada um por si”, “enxugar gelo”, violência virando uma “bola de neve”. Tais expressões refletem as opiniões dos policiais em relação a seus trabalhos e a forma como enfrentam suas tarefas laborais. O “dar o sangue” citado por Joaquim faz lembrar que sua vinculação com o trabalho policial é quase que sacrificial e sua expressão parece ilustrar ainda a postura de vários de seus colegas que

preferem não dar este sangue, mas colocarem-se em funções administrativas esquivando-se do contato direto com algo que lhes parece lixo - o humano violento.

Por essas e algumas questões, os trabalhadores envolvidos no que se chama de combate à violência revelam se sentir sozinhos nos esforços e sem muita certeza da eficácia de suas atuações. Em alguns momentos, os trabalhadores combatentes parecem não sentir muita vinculação com o grupo social, como é o caso de policiais que assumem que, o que rege as relações humanas das quais participam cotidianamente é a postura do “cada um por si”.

Tropa de Elite merece seu comentário

Tropa de Elite, filme idealizado e dirigido por José Padilha, apesar de arte (e a arte imita ou não a vida?), muitas questões apresentadas parecem ser bastante concretas. Situações que, apesar de artísticas, não incorpora a poesia, mas a concretude de situações que provocam o emudecimento.

Foram inúmeras as questões abordadas pelo cineasta José Padilha. Muitas delas difíceis de serem “digeridas”, muitas ainda tão contraditórias que ao mesmo tempo provocaram grandes elogios, concretizados com o prêmio “Urso de Ouro” em Berlim, suscitaram críticas severas. Talvez aí resida seu mérito: a capacidade de deixar-se interpretar.

No filme, pode-se entrever ausências das instituições formais de controle da ordem, bem como o ausente acesso à saúde e educação da população residente na favela. Tais instituições são substituídas naquele contexto pela presença do narcotráfico. Tal organização arrebanhava adolescente, crianças e jovens para situações de risco em nome da proteção do narcotraficante, porém, essas figuras, mais presente na vida deste público, lhes atendiam, de certa maneira, as necessidades mais urgentes.

Os grupos antagônicos identificados, a polícia e os traficantes viviam constantemente com a possibilidade da morte. Os dois grupos pareciam abatidos e massacrados pelo sistema no qual ocupam um papel. Tanto traficantes, como policiais poderia ser abatidos ou prejudicados por agentes de suas próprias organizações, não se sentindo plenamente confortável nos ambientes que ocupavam. Muitos desses participantes, de ambos os grupos pareciam se manter ligados à eles somente pelo laço econômico. Ambos tinham suas dores.

Em uma das cenas apresentadas o personagem-narrador – o capitão Nascimento- se via em pânico por ter que cumprir determinada missão. De acordo com que acreditava, tal missão envolvia riscos muitos grandes em plena época em que vivenciaria a experiência da paternidade. A morte, tão possível nestas situações, lhe impediria de viver algo tão desejado – ser pai. Parecia sentir-se massacrado por um resultado indireto da violência – a violência de seu ofício, seu trabalho voltando-se contra ele mesmo.

Em meio à narrativa podemos notar que policiais se sentem traídos por usuários de drogas, principalmente aqueles de classes mais abastadas. Parece que os policiais pareciam entender que, a burguesia não entendia as implicações do uso da droga, e nem mesmo, da intervenção benemerita na ONG onde atuavam. Não sabiam que, para frequentar um “campo de guerra” algumas renúncias deveriam ser feitas, algumas posturas deveriam ser assumidas que é difícil, em algumas ocasiões, estar nos “dois lados”.

Interessante também notar os treinamentos da equipe do BOPE. Os policiais passavam por situações de extrema hostilidade como se tivessem que reproduzir justamente a situação de guerra, como se tivessem que vivenciar os mesmos momentos vivenciados na favela – situações de massacre, terror e abandono. As táticas de guerra aparecem claras como táticas ideais para a vida neste contexto, ideais para desempenhar o trabalho do BOPE.

Parece ainda que o termo Tropa de Elite remete, não só à uma proteção elitizada, acessível somente para situações extremas, como também o indivíduo, para tomar parte desta

“elite” deve se submeter a situações atipicamente aterrorizantes. Sua tolerância, em sua preparação deve ser levada ao extremo para que sinta-se parte de uma batalha que a muitos parecem não interessar.

Cap. Nascimento, na tentativa de buscar um substituto, utiliza-se do ódio de um policial ao ter seu amigo morto para elevá-lo à categoria de líder. Aliados aos treinamentos, esse impulso dado pelo ódio parece a tônica que domina a tropa sofregamente elitizada. Em meio a tanta dor, de ambos os antagonistas, pensamos: que condições poderiam manter a vida, mesmo após tanta vivência terrorista, tanto massacre?

Para os participantes do tráfico, a condição de tranquilidade era dada pelo poder de fogo que, de tempos em tempos, era perdida e lhes transformavam em presas fáceis e facilmente substituíveis. Para o Cap. Nascimento entende-se que o desejo da paternidade recuperava-lhe a vida em contraste às suas vivências com o pânico (o medo da morte eminente) era a possibilidade de exercer sua função da paternidade.

No filme citado ao longo do texto, *No country for an old man*, a leveza do filme, aquilo que parecia dar ao expectador alívio e descanso das cenas de violência e tensão eram os sonhos do xerife da cidade. A energia da vida assim, mesmo em situações extremas, tenta escapar das amarras das condições hostis do meio.

Resguardando as devidas proporções, parece que algo de compartilhado pode ter entre os personagens apresentados no filme e os policiais aqui apresentados. Alguns deles também sentiram dificuldades em seus relatos para enfrentar o cumprimento da ordem, parecendo sentirem-se também “os soldados da linha de frente”, serem facilmente abatíveis - os primeiros a receber violência. Parecem por isso, protegerem-se em atividades administrativas e na esperança no trabalho comunitário que desenvolvem, além da proteção de suas famílias.

Reconhecem ainda a história do sujeito e certas desigualdades por quais este passa até chegar à possibilidade do crime e, por isso, parecem, em muitos casos, desacreditar em suas

tarefas e que elas valem a pena. A possibilidade de que os criminosos sofrem com descasos e abusos, parecem fazer os policiais recuarem na aplicação de julgamentos mais “duros” em relação ao bandido, reconhecendo que este é vítima de muitas situações que a sociedade, indiferente e avessa à ordem pode lhe imprimir, conferindo à este “criminoso” um local extremamente hostil: parecem reconhecer que todos têm seus sofrimentos.

Entende-se que a experiência humana pode se dar em um extenso leque de complexidade, no entanto, sabe-se que muitas dessas experiências podem ser compartilhadas. A principal delas, consideradas a proporção da arte, entre os policiais mineiros e a tropa de elite carioca é a situação de tensão e massacre social que sofrem por serem representantes da ordem.

Capítulo 5

Conclusões: os sentidos e sentimentos

As significações

Após a apresentação e discussão das significações dos participantes, tenta-se reunir aqui, algumas idéias que parecem se assemelhar. Assim, apesar dessa reunião, sustentada pela proposição de que o sujeito é constituído pelo momento histórico que vive, tem-se a noção de que cada um desses sujeitos vivem a história de maneira peculiar e por isso, cada significação tem sua particularidade.

Admite-se ainda que, ao falar violência o indivíduo pode, em muitos casos, falar de si mesmo, de sua atuação, de seus sentimentos, de sua história e da história de seu povo. Por isso, mesmo que os cotejamentos realizados acabaram por separar sujeito e objeto de análise, eles existem, pois tem-se a noção de que em determinados momentos, alguns trechos das conversas pareciam pedir certas nomeações. Eram trechos que pareciam dialogar com outros, com algumas noções teóricas, e que, mesmo por sua aparição atípica pareciam merecer uma consideração. Pareciam ser significações que eram da ordem de outras significações.

Para iniciar a apresentação das idéias que se aglutinaram no caminho deste trabalho, lembrar-se-à das questões lançadas no início dessa investigação:

- 1- O que têm a dizer alguns dos sujeitos que vivem em torno do fenômeno da violência tão presente no Brasil?

2- Pode o psiquismo ter sofrido algum “assalto” diante das vivências com a violência?

3- Para a proteção dos bens, de suas casas, têm-se cada vez mais recursos tecnológicos para a defesa e preservação destes. E para a vida subjetiva?

4- É possível se dizer algo de singular dos sujeitos ligados ao combate à violência?

Tais questionamentos guiaram-se por duas noções:

- As formas de violência, apresentadas cotidianamente nos meios de comunicação e nas experiências pessoais, podem refletir a condição de ausência de sujeição, ou seja, a estruturação das subjetividades está marcada por uma desconsideração de natureza humana e simbólica das relações.
- A Psicologia, com a lente Psicanalítica, pode aproximar-se cada vez mais da análise do contexto atual, oferecendo um instrumento fundamental para a produção e multiplicação de outros sentidos: a interpretação.

Apresentadas as dúvidas iniciais, lembra-se que, os sujeitos participantes da pesquisa, atores ativos do combate à violência, falaram sobre o fenômeno neste trabalho, porém através das vozes que aqui coexistem (a polifonia, de Pêcheux). Uma dessas vozes, a Psicanálise. Assim, esta disciplina aproximou-se da demanda que as experiências atuais com a violência provocam. Foi instrumento para que se pudesse “pensar na cultura”, cultura esta, atravessada pela violência.

Ao reconhecer que cada sujeito constitui e se constitui na história, a Psicanálise, mostrou-se importante para resgatar algumas histórias do sujeito, histórias estas que o constituem; entende-se que este campo do saber pode contribuir para que indivíduos e

instituições construam suas “Arca de Noé” - um arquivo que guarda exemplos e histórias subjetivas, recuperadas de tempo em tempos. È a Psicanálise ajudando a recuperar as relações humanas tão implicadas com a violência.

Em seus diálogos com a História, a Arte, a Língua e com as Ciências Sociais a Psicanálise pôde auxiliar nas várias dimensões em que a violência se faz presente; ajudou ainda a entender as contradições circulantes nos diversos espaços humanos. Enfatiza-se que este campo da ciência pode, constantemente, ser um instrumento para amenizar as incoerências nos discursos da sociedade contemporânea que tanto fomentam a violência.

Em relação à apresentação das significações, viu-se que foi necessário destacar alguns pontos ativos de impressão de sentidos; é a apresentação mesma da interpretação que pôde dialogar com certos pontos das falas o que acabou gerando outras significações importantes.

Das significações dos discursos dos participantes, tem-se alguns pontos que foram mais emergentes: o **eu** (eles mesmos), a **violência**, a **sociedade** (quando falavam das posturas adotadas pelas pessoas atualmente), as **instituições** (que fazem parte do controle da violência) e o **contexto** brasileiro. Lembra-se que, visto que as histórias se entrecruzam e se determinam, em certos pontos, uma significação é bastante presente nas demais.

Eles, os trabalhadores da área da violência, são reticentes em suas explicações sobre a violência e parecem denunciar a falta de oportunidades de dar sentido às vivências cotidianas com o fenômeno. Parecem ainda fugir dos embates diretos com a violência, protegendo-se, na medida do possível, em funções administrativas.

Nos sentidos produzidos pelo trabalho parecem mesmo à mercê de sua própria sorte na elaboração de suas vivências com a violência, sem grandes oportunizações de elaborar a violência simbolicamente. Essa falta de escuta, em suas próprias instituições de origem, os movem ou no sentido de omitirem-se, denominando-se para tarefas administrativas, ou no sentido de reproduzirem a violência, exagerando na aplicação da violência da ordem.

Sentem-se hostilizados pela sociedade em muitas situações de seus trabalhos. Desanimados e em dúvida sobre o sucesso de suas atuações, sentem falta de dispositivos (como a liderança) que os aglutinem. Esse desejo dá a impressão de que seus esforços no combate à violência são solitários. São também participantes diretos da violência e parecem também sofrer com seus paradoxos. A urgência do tempo fica marcada como modulara das relações de trabalho nas instituições.

As dicotomias dentro x fora parecem embaraçar os participantes. Assim, ora se colocam totalmente fora do grupo, da sociedade e do mundo, ora se reconhecem como parte dos mesmos. Ao se colocarem fora do grupo, são combatentes ostensivos, mas ao se verem participantes dele, são omissos e amedrontados. Perdidos entre o papel de profissional e o papel social ora são vítimas da presença da violência, ora são criminosos por suas omissões. Essa separação de papéis parece lhes trazer confusões sobre o que devem fazer no combate à violência e acabam por provocar situações nas quais se identificam com o bandido.

Além de parecerem sozinhos no combate, são também no cultivo de valores que antes eram considerados nobres; parece sentirem-se envergonhados por representarem a ordem num contexto no qual ela é ridicularizada. O seguimento e a defesa das leis lhes causam embaraços. Aplicar a ordem parece ser uma questão controversa.

Sentem-se à mercê da violência uma vez que, por representarem a ordem, não mais reconhecida pela sociedade, não conseguem visualizar proteção eficaz para si mesmos e acabam virando alvos frágeis. A instituição que acolhe (parcamente) suas necessidades financeiras, os massacram ao lhe exporem a situações de hostilidade frente ao grupo social.

Carolina, após a exposição de suas vivências afetivas no trabalho, agradece a oportunidade relatando que não lhe perguntam com frequência sobre seus sentimentos que são numerosos e contraditórios. Suas colocações reafirmam as noções iniciais deste trabalho: aqueles que vivenciam o cenário de violência e seu combate não têm um espaço de escuta

legitimado, apesar de terem que oferecê-lo constantemente. Esse enfrentamento se faz, no caso da psicóloga, no oferecimento da escuta (que ela mesma não tem) ou oferecendo-se a própria vida em sacrifício, no caso dos policiais. Oferta-se o que não se tem: escuta, coragem, educação, confiança.

A **violência** é um fenômeno reconhecidamente presente no cenário brasileiro, mas é de difícil e de confusa conceituação. Em alguns casos se mostra como o único instrumento para a solução onde o diálogo, o atendimento estatal e a solução democrática não são bem sucedidos. A violência parece ser mesmo do plano do inominável. Na tentativa de encontra-lhe um conceito, este é dificilmente apreendido nos locais por onde circula.

A violência, assim, define-se somente pós-fato, ou seja, é nomeada de acordo com suas vítimas, seus criminosos, seus efeitos ou pelo ambiente que se deu o fenômeno. A apreensão da violência inicia-se pelo seu sentido mais concreto, como o de uso intenso da força para depois ser assimilada em conceitos que contemplam a noção de infração de limites subjetivos (desrespeito a direitos, por exemplo) até chegar-se a uma noção de uma violência “velada”. A omissão aparece, aqui, como parte dessa violência que não se vê.

Não existem mais atores fixos para sua prática, se faz um instrumento disponível para todas as classes sociais e vários podem ser seus motivadores. A loucura ou a personalidade sem regras, o uso insustentável da droga, a falta de trabalho, o desejo pelo consumo. Inúmeras podem ser suas justificativas, as necessidades que podem desencadeá-la. Porém, a “democracia da violência” não se faz no momento da distribuição das penalidades, a encargos da violência recaem, predominantemente, sobre os mais pobres. Aqui, a universalidade dos direitos e deveres parece se relativizar.

Um dos motivadores da violência, o desejo ininterrupto pelo consumo, parece motivar uma postura predatória frente ao outro quando este se apresenta como obstáculo à qualquer satisfação. Tal predação parece marcar sobremaneira as relações interpessoais na atualidade.

Para que se entenda a ocorrência dos episódios de violência, os participantes recorrem à história de cada sujeito, para, a partir de então, darem um nome, um julgamento de valor e para que possam julgar que punições são devidas ao ato cometido. Apesar, então, deste fenômeno ter sua ocorrência instantânea, destrutiva e repentina - a violência conjuntural- é necessário, para compreendê-la, que se busque no tempo longo, na história do “delinqüente”, as suas raízes.

As contribuições dos participantes em torno do conceito de violência não desconstruíram as noções já existentes que se tinha sobre o fenômeno, mas complementaram algumas delas.

A solução para o fenômeno é humana e, por isso, complexa sendo complexas também as estratégias de combate. Devem envolver vários grupos de pessoas e vários campos de atuação profissional. Inclui-se aqui, o questionamento a valores humanos contemporâneos como o culto ao isolamento, ao ideal do consumo e a rigidez com que funcionam algumas instituições no Brasil.

A confusão que pode gerar seu conceito e a omissão na responsabilização do fenômeno em todas as partes da sociedade pode inviabilizar a tomada de decisões firmes e claras em seu combate. Uma minoria acredita que as tentativas para amenizá-la são bem sucedidas - um participante acredita que somente Deus (algo totalmente exterior à dimensão humana) poderá auxiliar a humanidade no contorno de sua violência.

As **instituições** como a Igreja, o Estado e a família parecem enfrentar novas configurações. Além dessas, os participantes denunciam que a Linguagem contemporânea também enfrenta novas configurações, uma vez que a mesma parece estar altamente dependente da comunicação virtual. O problema é que esta comunicação não é acessível para todos.

As instituições do serviço público parecem não promover a prevenção educativa à violência que, de acordo com participantes, seria a solução mais viável para amenizá-la. De acordo com os policiais, principalmente, o não reconhecimento da sociedade de suas funções educativas, retiram-lhe o entusiasmo e a crença de que seu trabalho seja efetivo.

A atuação de tais instituições caracteriza-se por medidas extremas e paliativas por suas ausências e omissões o que leva à impressão de que ainda permanecem heranças do regime ditatorial. São vistas também como mantenedoras de privilégios que fazem acirrar as desigualdades sociais.

Associado a essas marcas políticas, tem-se a impressão de que a democracia ainda é uma proposta pouco assumida em vários locais de atuação do poder público e da experiência humana. Apesar de este discurso político ser altamente reproduzido, vê-se que, em toda parte parece que os sujeitos escamoteiam várias ações em proveito próprio – as instituições atuais como reprodutoras ativas da lógica da razão cínica.

Os trabalhadores reconhecem ainda que algumas instituições parecem transferir ao outras, responsabilidades que lhes são próprias. Nas palavras dos sujeitos, o Estado, por exemplo, transfere grande parte da responsabilidade pela violência para a família. A família, na tentativa de atender às demandas econômicas, acaba transferindo suas responsabilidades educativas para a escola.

Assim, atualmente, a escola tem sido responsabilizada pelo ensinamento não só das Ciências (que já é um campo vastíssimo) como também de posturas e habilidades sociais. As funções que lhe são típicas e numerosas parecem não permitir que esta instituição atenda a outros encargos que lhe são transferidos, visto que vivem aos embargos com as tarefas que já lhes são próprias. Nos apontamentos dos participantes, parece que esta educação, com a devida atenção, poderia também incluir a dimensão política, uma vez que, se a violência pode ser um desrespeito a direitos, a ignorância dos mesmos, fatalmente a provoca.

Tem-se ainda instituições públicas como distribuidoras de privilégios para os já privilegiados economicamente, utilizando-se de critérios como o status social para oferecer um atendimento diferenciado e de mais alta qualidade. Ao adotar essa posição, as instituições acabam desrespeitando o princípio da universalidade do atendimento e mantêm fixos os lugares para os cidadãos que já ocupavam “locais” de discriminação: o privilégio econômico acaba se transformando em privilégio social.

Das instituições nomeadas para a manutenção da ordem, aquela que atua como linha de frente, a mais próxima às ocorrências da violência – a polícia - tem profissionais desanimados e mal pagos que sofrem extremas discriminações da sociedade que tentam defender. Representam a ordem em desordem.

Como ocorre com as instituições escolares, os policiais se colocam como alvos do estigma “da solução para os problemas do mundo”. Sentem-se com uma carga de exigência muito alta em contraste com os baixos salários e várias horas de trabalho ininterruptas. Mal remunerados e cansados, os policiais comparam-se aos professores que, hoje também recebem a incumbência de formar cidadãos, além de conformados com a lei, afetuosos.

Pensando-se nas contribuições de Baremblytt (1996) sobre as propostas da Utopia Ativa de auto gestão e auto análise, mesmo que sugeridas há mais de dez anos, não parecem possíveis aos órgãos públicos brasileiros. Tais procedimentos exigiriam uma incorporação completa dos objetivos institucionais que no Brasil parecem ser constantemente enfraquecidos pelas contravenções cometidas por órgãos e agentes públicos.

O **contexto** atual parece marcado por fugas do espaço público e as constantes invasões dos espaços privados. Os espaços públicos esvaziam-se em determinados horários, como se houvesse um toque de recolher silencioso.

Os participantes parecem entender que a violência, na atualidade, ultrapassa o velho estigma da agressão vinculada à sobrevivência. Para eles, a violência diária é provocada pela

corrida pelo supérfluo que acaba por motivar as “guerras” da vida moderna, as desocupações dos espaços comuns e a captura do “inimigo” que invade os espaços privados.

As cidades já seccionadas em bairros ricos e pobres ganham também o que se chama de ocupação territorial armada, espaços dominados pelo crime organizado e milícias de ex-policiais. A noção é de que a violência, apesar dos esforços bem sucedidos em seu combate, tem se avolumado e chegar a qualquer espaço por mais tecnologicamente protegido que seja.

Para os participantes, **a sociedade** tem papéis flexíveis: é culpada ao se omitir e é vítima ao conviver com os efeitos da violência. As relações são marcadas por medo, frustração, fuga, isolamento e descompromisso com a proposta democrática, inclusive na Justiça. A anarquia da ordem, no sentido trabalhado na página 98, passa a dominar as relações sociais, seja ela no campo da religiosidade, das relações familiares ou do ambiente público. Apesar do poder dado ao povo no regime democrático, este povo parece não assumi-lo e assim o fazendo, acaba por fomentar a violência no país – aqui fica marcado o papel de culpado de cada um que se omite nestes trâmites.

O criminoso, no entanto, no processo de reabilitação, acaba por sofrer inúmeras discriminações que lhe imprime um papel fixo de bandido, um lugar rígido de malfeitor da sociedade. Deste lugar, ninguém pode tirá-lo, nem os agentes da lei, nem a população. Nesta situação torna-se vítima, mas este papel não lhe é reconhecido. Tem-se ainda, os grupos criminosos que parecem cada vez mais estruturados e equipados - parece que é a própria desordem em ordem.

A ausência do aprendizado da ordem pode levar a predação ao corpo do outro sem nem mesmo ter a noção de culpa. O “mal-estar” que sofre a civilização na contemporaneidade parece ser os obstáculos ao consumo - parece que o “obstáculo aos instintos” perdem seu status pela permanente impressão capitalista do desejo, o próprio instinto parece perder sua autonomia. O sujeito parece perder autoria de seus próprios desejos.

Os sujeitos, de acordo com os participantes, parecem ser livres de normas, menosprezam e ridicularizam a presença da ordem em suas diversas representações. Por sua vez, alguns responsáveis pela manutenção dessa ordem, boicotam suas funções deixando livre o lugar da ocupação coercitiva. Sujeitos livres, porém amedrontados pela presença do outro uma vez que, ao não sabem os limites de sua própria presença, pode não saber os limites da presença do outro. Parece que ora extrapolam completamente a barreira entre o “eu” e o “Outro” ora ignoram-lhe completamente a presença. A própria impunidade acaba por agir de acordo com a razão cínica e por multiplica a sensação de que defender a ordem não vale à pena.

Assim, a violência parece onipresente e incorporada de diferentes formas, em diferentes locais da ocupação humana. Parece também ser moduladora da experiência humana na atualidade, experiência esta que poderia se dar por uma vastidão de possibilidade, mas que hoje se mostra presa a condições fomentadoras de violência. Assim, este fenômeno parece uma transposição ao limite (físico ou subjetivo) entre o eu e o outro.

Capítulo 6

Considerações finais



Pietà, de Michelangelo.



*Luciano Andrade*¹⁹

¹⁹ In: Dimenstein, G. (2002). *Cidadão de Papel*. São Paulo: Ática.

Tentando responder às noções iniciais deste estudo e dimensionar um fenômeno que cotidianamente escapa ao controle, vê-se que muitas são as questões que os sujeitos têm a dizer sobre a violência da atualidade. Na verdade, ao se tentar contar aqui a história da violência, várias foram as histórias que se entrelaçaram.

Algumas impressões da história subjetiva da atualidade, marcada pela violência, que se desenharam ao longo deste estudo, parecem também ser retratadas pela arte. Assim, das vivências contemporâneas, a arte parece apreender a condição de abandono e desamparo, particularmente nos conglomerados urbanos. Têm-se produções, como a foto de Luciano Andrade, vista no início deste capítulo, que parece retratar a configuração de um contexto no qual nem mesmo a piedade - a maternidade acolhedora - é retratada. Sua imagem evoca *Pietà*, de Michelangelo, no entanto, capta uma realidade marcada pela frieza a embalar os “filhos de ninguém”. Assim, retrata as vivências de abandono, omissão e isolamento da vida na atualidade.

Sobre os supostos “assaltos” sofridos pelo psiquismo, a proteção que o sujeito da atualidade lança mão, parece girar ou em torno ou da agressividade extrema ou do isolamento absoluto. O pensamento em ato e atentado sugeridos por Herrmann (1999) parece ser modulador da experiência humana contemporânea. Desta forma, os encontros humanos, mais raros na atualidade, quando ocorrem, parecem ser marcados pela indiferença, pela agressão e pela urgência do tempo.

Essa urgência atravessa diversas instituições no contexto atual. Assim, a família parece esquivar-se de conviver e educar seus filhos justificando-se pelas urgentes demandas laborais; a cultura parece norteadada pelo imediatismo do atendimento às vontades; a negociação simbólica que a língua oferece para a resolução de conflitos parece muito lenta e a violência lhe garante a instantaneidade na solução; os carros vivem acelerados, provocando inúmeros

acidentes e a Linguagem incorpora várias abreviações para atender à velocidade da virtualidade.

Até mesmo as psicoterapias passam a se denominar “breves” atendendo às demandas dessa aceleração da vida. Pensando-se nas reflexões de Herrmann (2001) sobre a interpretação feita por acumulação temporal, ou seja, uma demora no preenchimento da significação, um tempo maior que as conversas cotidianas, considera-se que essa aceleração retira a possibilidade de elaboração do material simbólico, precipita as intervenções e acaba por empobrecer este encontro humano. Além da dimensão clínica, no espaço coletivo esta urgência do tempo também se faz presente e abole a dimensão simbólica das relações humanas, e fomentando a violência em diversas instâncias.

Talvez se possa até mesmo pensar a ficção do domínio da robótica – o humano acelerado, num encantamento autista com a tecnologia, em muitas situações, substitui o contato das relações humanas pelo aparato tecnológico: essa fascinação somada à “normalização/banalização” da violência e da aceleração do tempo acaba deixando o sujeito da atualidade cada vez mais vazio de experiências afetivas. O homem virando máquina, a estátua virando mãe.

O que se chama de “humano” parece tão afastado da dimensão de sua produção a tal ponto de ser necessário montar um código exclusivamente dedicado a se garantir os chamados “Direitos Humanos”. O humano, então, afastado de sua subjetividade, parece precisar de um manual que lhe lembre como é agir de acordo com a proposta humanitária.

E por que, apesar das possibilidades de racionalização, de tentativas de reformas institucionais, do avanço tecnológico e das propostas democráticas, o sujeito contemporâneo ainda tem na violência a única forma de se colocar frente ao grupo social?

Atualmente, até para dar à luz as mulheres têm de esperar vagas em hospitais²⁰; pais ainda têm que dormir em filas para conseguir vagas para seus filhos em escolas. Parece que, apesar de se entender que a Educação e a cultura são peças fundamentais para a amenização da violência, a organização dos serviços públicos parecem falhar a tal ponto de mostrar que educação, cultura, maternagem parecem, na verdade, serem irrelevantes e inconvenientes. Assim, como querer aderência à ordem se o progresso aparece somente como um horizonte sem fim de isolamento e descasos ou como um horizonte finito na des-humanização?

Parece que as promessas da civilização, da tecnologia e do capitalismo acabam por imprimir no sujeito contemporâneo seus ritmos desenfreados e contraditórios e, sem nem mesmo dar-se conta dessas demandas e dessas contradições, tais sujeitos procuram atendê-las, mesmo que sejam cruelmente infinitas. É a fábrica capitalista dos desejos sem sujeitos.

Nesta busca incessante e irrefletida, o sujeito contemporâneo, parece renunciar à educação, à ordem, ao contato com o outro e aos direitos e deveres da vida em sociedade. A incorporação automática do discurso da desordem, da razão cínica e da urgência do tempo acaba por fazer com que as organizações sociais multipliquem inúmeras desigualdades. Ao organizar o mundo entre ricos e pobres, essa organização social, na verdade, acabam promovendo a desorganização.

Neste contexto, o sujeito contemporâneo parece sentir-se menos parte de um grupo, menos interessados em renunciar ao gozo e cada vez mais autocrata, parece desmotivado com o projeto humano civilizado. Perdido na complexidade da vida contemporânea, o sujeito parece embaraçado na compreensão de suas ações e de suas omissões. Por tudo isso, alguns acabam tendo a esperança em se ter a sociedade novamente organizada em comunidade.

²⁰ Grávidas são dispensadas de hospitais na BA. (2008) *Rede de saúde de Salvador sofre com ausência de vagas para recém-nascidos em UTIs*. Acessada em 11/01/2008 De: <http://br.truveo.com/Gr%C3%A1vidas-s%C3%A3o-dispensadas-de-hospitais-na-BA/id/3280440785>.

As contradições vividas no seio das instituições foram muito enfatizadas pelos participantes. Tais instituições, pelo que se vê, também são regidas pela urgência do tempo, pelo isolamento e pela agressão. No entanto, tais contradições recaem quase que exclusivamente sobre aqueles que dependem fundamentalmente de seus serviços - pessoas ocupantes das classes mais pobres. a omissão com suas responsabilidades aparece como rotina incorporada ao funcionamento institucional e, por isso, tais instituições acabam sendo obrigadas a impor seus desígnios com o uso intenso da força, provocando constantes hostilidades nas camadas populares.

A arte também foi uma das saídas sugeridas pelos participantes para o combate à violência na atualidade, acreditando-se que ela possa oferecer uma oportunidade para que o homem sublime seus impulsos. Entende-se aqui que, a arte seja uma ponte que permite o homem, além de trabalhar com seus recursos simbólicos para se expressar, acaba por ser a brincadeira do adulto, onde ele pode expor seus sonhos. Os esportes, também enfatizados, são também citados como outra opção importante neste sentido.

Pensando-se assim, assumir a Educação das crianças, além de ser altamente importante para elas é também fundamental para o adulto. Tais crianças ao convidar o adulto a brincar, proporcionam um momento no qual tal adulto pode expressar suas fantasias, dos sonhos e da “verdade”, retirando o homem da obediência exclusiva às demandas de urgência à produtividade do capital - a criança amparando o adulto nas expressões de sua energia criativa.

Arendt (1988) em seus comentários sobre a educação coloca brilhantemente que, *“qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibí-la de tomar parte em sua educação (p.243)”*. Assim, a responsabilidade pela Educação, bem como pela violência, parece pertencer a qualquer um que inevitavelmente conviva em um grupo humano.

Os idosos também, ao oferecem inúmeros momentos para que o adulto ouça histórias, histórias de sua própria história, parecem poder proporcionar o resgate de origens culturais que parecem pulverizadas pela convivência com a violência e descartadas pelo consumo. Preservar, no contexto contemporâneo, um lugar para o “*old man*” assim como para as crianças, parece ser, antes mesmo de uma questão moral e política, uma questão de “sobrevivência subjetiva” num momento tão marcado pela concretude da violência.

Em episódio recente²¹ ocorrido dia 08 de novembro no município de Palmeira, Santa Catarina, uma criança, coincidentemente, vestida de homem-aranha, enfrenta um incêndio e salva um bebê de 1 ano. A mãe do bebê justifica sua omissão dizendo-se amedrontada pelas chamas. O menino, no entanto, nos seus 5 anos de idade, acreditou ter forças capazes de realizar o salvamento. Com sucesso, retira o bebê da casa consumida em 80% pelo fogo e recebe homenagem da equipe do Corpo de Bombeiros.

Esta cena que parece um clichê da figura do herói parece útil para retomar alguns sentimentos captados nas conversas de alguns dos participantes: o temor de representar a ordem na sociedade. Para incorporar esse personagem é necessário que se assumam valores como honestidade, senso de justiça e desprendimento, valores estes que parecem descartados na atualidade. O herói contemporâneo é implicado em lidar com o perigo e à uma situação vexatória: fazer o papel de detentor da ordem é um sacrifício não autenticado pelos valores da cultura contemporânea, fazendo do herói da atualidade violenta, um ingênuo abobalhado.

Diante de tantas desesperanças com o projeto humano, isolar-se parece ser umas das saídas possíveis. O policial, por exemplo, sente-se duplamente isolado: ao representar a ordem em desordem e por pretender, quando inevitável, colocar a desordem em ordem. Esse isolamento é a própria violência, que acaba por fabricar um policial violento. À maneira do idoso que é impedido de ter dignidade em sua velhice, o policial também é isolado de sua

²¹ *Menino vestido de homem-aranha salva bebê*. (2007). Acessado em 01 de dezembro de 2007. In: www.oglobo.globo.com/pais/mat/2007/11/09/.

cultura, é achincalhado por sua memória e acaba sendo violento por ter sido massacrado em sua humana finitude.

Dessa forma, tem-se a impressão que a pulsão para a destruição está muito presente na vida brasileira contemporânea. No entanto, também em produções da arte, ao mesmo tempo em que se nota a retração da frieza no contato humano, percebe-se que ela reserva também um espaço para a expressão da energia da vida.

Assim, a noção percebe-se que, apesar das estranhezas que pode haver nas relações interpessoais, a experiência humana tem seus pontos de encontro e de semelhança. Lembrando-se das palavras de Freud (1921), vê-se que a identificação se faz importante para remontar os laços emocionais e o sentimento de pertença – ao perceber que o outro não é sempre um estrangeiro, as hostilidades parecem ser amortecidas.

Assim, como um romancista que, ao ouvir as badaladas fúnebres dos sinos da Igreja questionou-se “*Por quem os sinos dobram?*”²², pensa-se, após as significações encontradas e perdidas neste trabalho, que os “sinos” choram por todos, vítimas e criminosos da guerra contemporânea, atores ativos e omissos na história da violência. É por isto que ela é vista até mesmo como uma questão de saúde, por difundir-se e se multiplicar de tal maneira a não excluir ninguém de suas causas e efeitos.

A arte, como sugestão para a violência, possuidora de licença permanente para a significação, será utilizada para finalizar este trabalho, com a pretensão de dar certa leveza a possíveis incômodos que a violência tenha gerado. Assim, é nas palavras de um “maluco-beleza”, tão próximas às significações aqui apresentadas, que se finaliza esse discurso sobre a violência – ela fica aqui margeada para novas e extensas caminhadas em seu campo, o vasto campo humano.

²² Romance de Ernest Hemingway, que alude suas experiências como voluntário na guerra civil espanhola.

Por Quem Os Sinos Dobram?

Raul Seixas

Nunca se vence uma guerra lutando sozinho
Cê sabe que a gente precisa entrar em contato
Com toda essa força contida e que vive guardada
O eco de suas palavras não repercutem em nada

É sempre mais fácil achar que a culpa é do outro
Evita o aperto de mão de um possível aliado, é...
Convence as paredes do quarto, e dorme tranquilo
Sabendo no fundo do peito que não era nada daquilo

Coragem, coragem, se o que você quer é aquilo que pensa e faz
Coragem... eu sei que você pode mais

É sempre mais fácil achar que a culpa é do outro
Evita o aperto de mão de um possível aliado
Convence as paredes do quarto, e dorme tranquilo
Sabendo no fundo do peito que não era nada daquilo

Coragem, coragem, se o que você quer é aquilo que pensa e faz
Coragem... eu sei que você pode mais

VII- Referências Bibliográficas:

- Abrasco/ ENSP (2000). *Documento de análise do Relatório OMS 2000*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de pós-graduação em Saúde Coletiva/ Escola Nacional de Saúde Pública.
- Acero, H. (2007). Bairão, M. (diretor). (2007, outubro 29). *Hugo Acero fala de violência urbana*. [Roda – Viva]. São Paulo: TV Cultura.
- Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. [Versão eletrônica] *Sociologias*, 8, pp. 84-135.
- Adorno, S. (2002b). Crise no sistema de Justiça Criminal. *Ciência e Cultura*. São Paulo, 54. pp. 23-25.
- Adorno, S. (1995). Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos, CEBRAP*. São Paulo, 43.
- Amoretti, R. (1992). Bases para a leitura da violência. In: *Psicanálise e Violência*. Petrópolis: Vozes.
- Anchieta, V.C.C. & Galinkin, A.L. (2005). Policiais Civis: Representando a Violência. *Psicologia & Sociedade*. Brasília: Universidade de Brasília, 17, pp. 17-28.
- Angher, A. J. (org). *Vade Mecum Acadêmico de Direito*. Coleção de Leis Rideel. São Paulo: Editora Rideel, pp. 43-109.
- Arendt, H. (1988). *Entre o passado e o futuro*. (2ª ed.). Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. [São Paulo: Perspectiva](#).
- Baremblytt, G. (1996) *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes – teoria e prática*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Barros, F. O. (2005). *Do direito ao pai*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Bastos, L.A.M. (2003). Armagedon: a violência no mundo contemporâneo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, 37, pp. 259-270.
- Beato, C. (2002). *Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário*. Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança. Acessado em 06/09/2007. Pública. Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. De www.crisp.ufmg.br/reinventando.html.
- Beato, C.C & Paixão, A.L. (1997). Crimes, Vítimas e Policiais. *Revista de Sociologia da USP*, Belo Horizonte: Depto de Sociologia e Antropologia UFMG, 9.
- Birman, J. (2003). *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bleger, J. (1992) Psico-Higiene e Psicologia Institucional. Porto Alegre: Artes Médicas.

Boldori, R. & Silveira F. L. G. (2003). *Diagnóstico do consumo de fumo e álcool pelos policiais militares do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar de Santa Catarina*. De: www.eps.ufsc.br/ergon/revista/artigos/policia. Acessado em 21/09/2008.

Calligaris, C. (1999). *A psicanálise e o sujeito colonial*. In: Souza, E. L. A. *Psicanálise e colonização*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Carneiro, M. & Pereira, C. (2006, 24 de maio) Terror em São Paulo. *Veja*, 20, pp. 42-48.

Costa, J.F. (1986). *Violência e Psicanálise* (2ª ed). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Costa, J. F. (1994). *Ética e o espelho da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.

Costa, J.F. (2006, 21 de maio). Três Caminhos para entender o caos em São Paulo. *O Estado de São Paulo*. Acessado em Junho, 15, 2006. De <http://txt.estado.com.br/editorias/2006/05/21/ali123891.xml>.

Debord, G (2000). A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto. In: Birman, J. (2003). *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Dejours. C. (1992). *A loucura no trabalho*. São Paulo: Oboré.

Duarte, R. (2002). Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, 115, pp. 139-157.

Fadel, E. (2007). Mãe acorrenta filho de 19 anos viciado em crack no Paraná. *O Estado de S. Paulo*, 18 de dez. 2007. Acessado em 27 de dez, 2007. In: <http://www.estadao.com.br/geral/notger98027htm>.

Fagundes, J.O. (2003). A psicanálise diante da violência. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, 37, pp. 721-736.

Fernandes, C. A. (2007). *Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias*. São Carlos: Clara Luz.

Ferreira, A. B. H. (1999) *Aurélio século XXI: O dicionário da Língua Portuguesa* (3ª ed.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Figueiredo, L. C. (2003) *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.

Foucault, M. (1987.). *A Arqueologia do Saber*. Trad. de Luiz Felipe Beata Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1969).

Foucault, M. (1994). *Vigiar e Punir*. Trad. Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes.

Freud, S. (1933). “Por que a Guerra?” In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXII, pp. 237-259). Rio de Janeiro: Imago. (Publicado em 1976).

Freud, S. (1929). Mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXI, pp. 81-174). Rio de Janeiro: Imago. (Publicado em 1969).

Freud, S. (1923). Dois Verbetes de Enciclopédia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XVIII, pp. 81-174). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 18, pp. 91-169). Rio de Janeiro: Imago. (Publicado em 1976).

Freud, S. (1916). Conferências introdutórias à psicanálise. In: *Coleção Standard das Obras completas de Sigmund Freud*. (vol. XV). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1913). Totem e Tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 13, pp. 19-193). Rio de Janeiro: Imago. (Publicado em 1969).

Freud, S. (1904). O método psicanalítico de Freud. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago.

Gadet F., Halk T. (1993). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2ed. Campinas: Pontes.

González-Rey, L. F. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia - Caminhos e Desafios*, São Paulo: Thompson Learning.

Grávidas são dispensadas de hospitais na BA. (2008) *Rede de saúde de Salvador sofre com ausência de vagas para recém-nascidos em UTIs*. Acessada em 11/01/2008 De: <http://br.truveo.com/Gr%C3%A1vidas-s%C3%A3o-dispensadas-de-hospitais-na-BA/id/3280440785>.

Grigoletto, M. *A concepção de texto e de leitura do aluno de 1º e 2º graus e o desenvolvimento da consciência crítica*. In: Coracinni, M. J. (Org.). *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*. (2ª ed.). Campinas, SP: Pontes, 2002. pp. 85-91.

[Guerios, R. F. Mansur](#) (1999). *Dicionário de etimologias da língua portuguesa*. (27ª ed.) [São Paulo: Companhia Editora Nacional](#).

Guirado, M. (1995). *Psicanálise e Análise do Discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo: Summus.

Hermann, F. (1997). *Psicanálise do Quotidiano*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Hermann, F. (2002). Como Conclusão: Daqui P'ra frente. In: Leda Maria Codeço Barone; Andrea Giovannetti; Leda Herrmann; Marilsa Taffarel; Rúbia Mara do Nascimento Zecchin. (Org.). *O Psicanalista: hoje e amanhã O II Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos por escrito*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 281-291.

Hermann, F. (2001). *Andaimos do Real: O Método da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Holanda, A. B. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. [Rio de Janeiro: Nova Fronteira](#).

Kodato, S. (2006). *Das representações aos sentidos de violência nas instituições públicas*. Trabalho apresentado para a obtenção do grau de livre-docência. Ribeirão Preto: FAPESP.

Lemgruber, Julita. (junho de 2004). Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia. *Trabalho apresentado no encontro anual dos acadêmicos da academia brasileira de Ciências*. São Paulo, Cesec.

Lowenkron, A. M. (2003). Psicanálise, violência individual, violência social. *Revista Brasileira de Psicanálise*, Rio de Janeiro, 37, pp. 737-757.

Machado, M.N.M. (2005). Uma metodologia para a pesquisa do domínio social histórico. *Memorandum*, 9, 57-64. Acessado em 10 /10 /07 De: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a09/machado01.htm>.

Marin, I. S. K. (2002). *Violências*. São Paulo: Escuta/ Fapesp.

Martins, A. C. S. (2004). *Unimontes Científica*. Montes Claros: Unimontes, 6, pp. 1-10.

Menino vestido de homem-aranha salva bebê. (2007). Acessado em 01 de dezembro de 2007. In: www.oglobo.globo.com/pais/mat/2007/11/09.

Moraes, R. (1990). *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense.

Moraes, R. (1995). *Violência e Educação*. Campinas: Papirus.

Neves, A. (2004) *A violência física de pais e mães contra filhos: Cenário, História e Subjetividade*. Tese de Doutorado em Psicologia. Departamento de Psicologia e Educação- Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/ SP.

Oliveira Junior, A. (2007). *Cultura de polícia: Cultura e atitude ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 212 pp.

Orlandi, E. P. (2001). *Discurso e texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes.

- Orlandi, E. P. (1996) *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- OMS/ OPAS (2005). *Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde*. Acessado em 16 de Junho de 2006. De <http://www.opas.org.br/coletiva/UploadArq/violencia.ppt>.
- Pêcheux, M. (1983). Análise do Discurso: Três Épocas. In: Fernandes, C. A. (2007). *Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias*. São Carlos: Clara Luz.
- Pêcheux, M. (1997). *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* Campinas, SP: Pontes.
- Queiroz, M. I. P. (1992). *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Raggio, V. (1992). Concepção Materialista da História, Psicanálise e Violência. In: *Psicanálise e Violência*. Petrópolis: Vozes.
- Ricupero, R. (2006, 26 de novembro). Complexidade e Caos. *Folha de São Paulo*. B 2.
- Romera, M. L. C. (2002). Postura interrogante-interpretante: por quem os sinos dobram???. In: Leda Maria Codeço Barone; Andrea Giovannetti; Leda Herrmann; Marilsa Taffarel; Rúbia Mara do Nascimento Zecchin. (Org.). *O Psicanalista: hoje e amanhã O II Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos por escrito*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 47-57.
- Santos, B. S. (2004) *Um discurso sobre as Ciências*. (2ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Saussure, F. de. (2006). *Curso de Lingüística Geral*. (27a ed.). [Bally C., S. A. & R. A. Trad. Antônio Chelini. São Paulo: Cultrix.](#)
- Shepherd, M. (1987). *Sherlock Holmes e o caso do Dr. Freud*. Trad. Solange Glock Bellegard. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, D. A. (2003). Estresse policial no 3º BPM da Cidade de Cuiabá- MT. Monografia apresentada como requisito a obtenção do grau de Especialista em Segurança Pública. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso.
- Silveira, J. L. G. & Boldori, R. (2000). *Hábitos de saúde e estilo de vida dos policiais militares do quarto batalhão de polícia militar da cidade de Florianópolis - SC*. In: XIX Simpósio Nacional de Educação Física, 2000, Pelotas: Editora Universitária UFPel, 1.
- Soares, L.E. (2003). Novas políticas de segurança pública. *Estudos Avançados*. São Paulo, 17.
- Sofsky, W. (2002). Violência, terror y persecución. [Versão eletrônica] IPA Newsletter. 8.
- Souza E. R. e tal. (2007). Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23.
- Souza, M. L. R. S. (2005). *Violência*. Coleção Psicanalítica São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, R. R. (2001). *Os processos de construção de identidade no trabalho do policial militar na atividade de policiamento ostensivo em Belo Horizonte*. In: Oliveira Junior, A. (2007).

- Cultura de polícia: Cultura e atitude ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 212 pp.
- Tavares dos Santos, J.V. (2004). Violências e Dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 18 pp. 3-12.
- Teixeira, M. (2005). *Análise de Discurso e Psicanálise: Elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Teixeira, M. C. & Porto, M.R. S. (1998) Violência, insegurança e imaginário. *Caderno CEDES*, São Paulo, 19 pp. 51-66.
- Tunon, J. F. & Abudara, C. (1988). *Da instituição do possível à possibilidade de uma instituição*. In: *Psicanálise de Sintomas Sociais*. Rodrigues, S. A. & Berlinck M. T. (orgs.). São Paulo: Escuta.
- Vaitsman, J. (1995). Subjetividade e paradigma de conhecimento. *Boletim Técnico do Senac*, 21, pp. 235-265.
- Vargas, M. A. de O. (2002). *Corpus ex machina: a ciborguização da enfermeira no contexto da terapia intensiva*. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 163 pp.
- Vasconcelos, E. M.(1987). *O que é Psicologia Comunitária?* São Paulo: Brasiliense.
- Zaluar, A.; Noronha, J.C.; Albuquerque, C. (1994). Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional? *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10 pp. 213-217.
- Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV
- Zunzler, F. L. (2005). Barbárie, terrorismo e psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, 39, pp. 83-86.

Anexo 1:

Perguntas Norteadoras

1. Qual sua função neste cargo?
2. Qual a sua formação profissional?
3. Quanto tempo está neste trabalho?
4. Para você, o que é violência?
5. Como você poderia explicar a violência?
6. Você tem notado alguma diferença no número de acontecimentos violentos da atualidade? É maior ou menor?
7. Caso sim, como você explicaria esta diferença? Caso não, o que você acha que ajuda a manter o número de ocorrências estável?
8. Se você pudesse responsabilizar um órgão ou uma pessoa, quem você acha que mais trabalha para combater a violência ou que tem trabalhado para combater a violência?
9. Quem você acha que menos trabalha no combate à violência?
10. Que sentimentos você experimenta diante de uma notícia ou diante de uma vivência que você considera violenta?
11. O que você acha que poderia ser feito para combater a violência?
12. Comentários ou sugestões?

Anexo 2:

Modelo de Entrevista

Policial Joaquim.

12 de Dezembro de 2007.

(...) Pausa, com repetição da última sílaba pronunciada.

(exalta-se): Entrevistado marca mais as palavras falando mais alto e mais devagar, enfatizando o trecho da resposta que dá.

(ênfatisa): marca mais o trecho falando mais devagar.

Entrevistadora: Então, conversando sobre violência, eu queria saber a quanto tempo você trabalha na área, qual a sua formação...

Participante: Bem, é... eu entrei na Polícia Militar de Minas Gerais em 1991, e de lá pra cá eu terminei meus estudos, completei o Segundo Grau, depois fiz curso técnico na segurança do trabalho, depois fiz curso superior em Ciências com habilitação em Matemática. E dentre esses 15, 16 anos eu sempre trabalhei na rua, só arrumei as ruas... porque....dentro da polícia, eu não sei se você sabe...mas tem a área administrativa que é feita pelos militares também e tem a área operacional. E eu sempre, a minha vida inteira foi na área operacional. Sempre trabalhei na área operacional, trabalhando em viaturas, atendimento de ocorrências, e assim por diante.

Entrevistadora: e para você que já trabalha este tempo na área, o que é violência? O que você considera violência?

Participante: Bom, quando eu entrei na polícia, o objetivo maior era contribuir de uma certa forma...a...ajudar mais as pessoas e tratar todo mundo com igualdade. Para mim, particularmente a violência é tudo aquilo que afeta a moral, o psicológico e o físico, né? Principalmente o físico. É aquele negócio: afetou... pra mim já é violência. Às vezes pra mim é... (tosse) desde uma mãe que ta grávida e ta fumando ela já ta cometendo violência contra a criança. Até um pai que agride um filho, às vezes, com objetivo de educar e até esses homicídios, esses homicídios bárbaros que a gente vê por aqui... isso pra mim já enquadra em violência.

Entrevistadora: você conseguiria me colocar algumas causas, assim... pra explicar a violência?

Participante: pra mim a causa principal da violência.... Às vezes é estrutura familiar. A gente que...já atendeu milhares de ocorrências, principalmente menores, a primeira causa é a ...é a... é a família que não tem estrutura. Por que muitas vezes, esses menores no caminho, antes da gente fazer a apreensão deles, no caminho pra delegacia a gente vinha conversando e eu posso de dizer que esses menores, eu posso assim te dizer com tranquilidade, a maioria, uns 98% era filhos de pais separados, eram pessoas que não tiveram chance... eram pessoas que não tiveram chance de acertar, aquela chance (fala mais alto)... de acertar na vida. E aí vai.... desestrutura... falta igreja...as vezes a parte financeira também influencia bastante, claro que tem as exceções...é claro que a gente encontra também gente da classe alta, da classe média cometendo violência, mas não tanto quanto a classe baixa filho daquela desestrutura, filhos daquela falta de...de...de...união...aí já vem a falta de Deus também...mas a principal causa pra mim é a base e a base é a família.

Entrevistadora: A estrutura familiar...

Participante: isso...

Entrevistadora: Desse período que você trabalha, esse período todo que você me falou, tem algum momento em que a violência ficou mais grave? Mais evidente?

Participante: Eu não...eu não sei porque...a gente tá passando por uma fase que a gente observa mais...no começo eu não observava tanto, mas eu acho que a violência nunca teve tão aguçada, em tão alto nível igual, em todos os sentidos que você puder imaginar igual ta agora. Agora, eu não sei se é porque... por exemplo... antes da constituição de 88 é...primeiro, com a Ditadura...as pessoas tinham muito medo...depois parece que as pessoas vão também buscando seus direitos também... mas as vezes, entendendo isso de uma forma diferente, né. Então, ela começa, assim a...é... parece que elas vão ficando mais tranqüila, fica mais cômoda e os...os próprios bandidos começam assim a...entender a ser mais assessorados em relação a lei e como...no Brasil, assim eu vejo que a... a impunidade, eu...eu entendo que a impunidade ainda é grande, a desigualdade também é grande aí...a tendência é a violência aumentar. Com a entrada da televisão nas famílias também... (fala com mais ênfase, mais alto, parece exaltar-se) eu acho que é o meio de comunicação que mais... é claro (Exalta-se) que aquelas... famílias que tem uma renda melhor vão ter condição de atingir canais de televisão melhor, mas essa do dia a dia, eu acho que a televisão é uma grande influencia pra contribuir pra violência.

Entrevistadora: programas, você pode me citar alguns programas?

Participante: os desenhos animados (exalta-se)... o desenho animado , o jogo de vídeo-game, o desenho animado, são raros o que a gente não vê um matando o outro, um batendo no outro... é claro que é só um desenzim, mas aquilo...eu entendo que aquilo...a criança absorvendo aquilo. Jogo de vídeo-game, desenho animado, um absurdo (exalta-se)... as propagandas, principalmente aquelas que incentivam a criança a beber e a fumar. Até filmes...a censura hoje...a gente vê que a censura tá...assim pra mim, na televisão não existe censura, desde o desenho animado até o Jornal Nacional...que só mostra isso...pra mim já... já ta incentivando e já ta ensinando as pessoas a agirem com violência.

Entrevistadora: se você pudesse me colocar a responsabilidade pela violência para um grupo de pessoas ou para uma pessoa, ou para uma classe de pessoas... você conseguiria?

Participante: não porque a responsabilidade é de cada um. A responsabilidade, desde mim que sou pai, que começa a educar meu filho lá dentro da minha casa, até do meu... lixeiro que passa lá. Às vezes, é... as vezes age com violência...as vezes saco de lixo engarrancha e ele arranca minha lixeira... ele é responsável também... e... (interrompem- um colega de trabalho do entrevistado pede ao mesmo algumas informações e sai, interrompe por menos de um minuto).

Entrevistadora: Bom a gente falava sobre a responsabilidade...

Participante: responsabilidade... é eu acho que, eu penso que se cada um é responsável. Porque se cada um (cada um com muita ênfase) fizesse a sua parte, um pouquinho, um pedacinho... com certeza a violência diminuiria. Desde os órgãos que são responsáveis... a Policia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, o Judiciário... os políticos... (ênfatisa). Se cada um trabalhasse direitim, fizesse o seu papel... ou... ou procurasse atingir sabe... o máximo... eu acho que a violência cairia. E... volto a falar...lá na raiz... se o pai, se a mãe evitasse de deixar a criancinha dele na rua aprendendo coisa que não é preciso... se o pai e a mãe acompanhasse lá na escola, a sua criança, como é que ta, vendo com a professora, as notas, se a mãe controlasse a televisãozinha ali...a babá eletrônica... eu nem sei se eu posso falar isso, porque tem família aí que tem condições, né de tipo assim... de pagar uma empregada pra você ir trabalhar, mas se cada um fizesse a sua parte com certeza (ênfatisa) com certeza a violência diminuiria, com certeza.

Entrevistadora: como você acha que a gente deveria começar para combater a violência?

Participante: eu acho que, eu penso que começaria na conscientização. (pequena pausa). É... apesar que a gente já faz um trabalho, trabalho preventivo, conscientização, é... deveria ter um curso pra...como se fosse um pré-natal, quando a mãe engravida... deveria ter um curso pra...

eles ensinar a educar também. Porque muitas vezes as criança nascem em lares que além, de ... além do pai e da mãe ser muito jovem ele não tem aquela estrutura pra educar aquela criança, não tem como (exalta-se). Através de projetos, a gente... eu particularmente participo de um projeto que chama PROERD²³-Programa Educacional de Resistência as drogas e a violência- aí lá a gente ensina...é... a gente trabalha desde a educação... a auto-estima até as drogas propriamente dita, a gente ensina as crianças a ficarem longe das drogas, porque? Porque droga gera violência, o usuário de droga, as vezes, ele fica viciado , as vezes nem por culpa dele, cresceu na rua, começou com... lá com o tinner, com o cigarro, com a bebida. Não tem condição de comprar, que ele vai fazer? Começa a roubar, começa a matar...já... a droga está diretamente ligada com a violência. Então.... através da conscientização...projetos... trabalhar o pai e a mãe, ensinar o pai e a mãe a educar... porque não? Obrigar esse pai, essa mãe... “Ah...é... daqui nove meses você vai ser pai? Então você tem que saber como educar...!” Como que essa criança vi crescer? E uma fiscalização severa. Uma fiscalização em cima da família, pra ver o que esse pai e essa mãe dessa criança tão fazendo? Será que realmente eles estão trabalhando? Será? Então eu acho que a conscientização é a base de tudo e depois uma fiscalização, né. Igual aqui envolvendo todos os órgãos inclusive o Governo Federal que eu acho que é um dos que ta mais preocupado, com ...com ... essa situação difícil, com a violência.

Entrevistadora: Quando você vivencia uma situação do seu trabalho, ou quando você vê uma noticia de violência, que sentimento você experimenta?

Participante: é um sentimento de... é... é um pouco de sentimento de culpa, eu sinto assim...aonde eu posso fazer mais ou o que eu deixei de fazer? Então é um sentimento de culpa...revolta...muitas vezes a gente ta ali, vai ... faz a prisão, é...por exemplo, acontece um homicídio... a gente vai, faz a prisão do homicídio, mas será...será que se o próprio sistema tivesse dado uma chance para aquele menino ali que cresceu na rua, aprendendo a cheirar tinner, é... que começou a cheirar ali no bar da esquina e o cara não teve consciência de que é proibido vender bebida alcoólica pra criança, foi ali que ele começou o vício dele no álcool... ou o vício do fumo, ou outras drogas. Então, assim eu vejo assim, eu me sinto revoltado (exalta-se) e um pouco culpado e fico pensando: “Aonde a gente vai parar?” porque a violência hoje ta lá na rua amanhã pode estar dentro da minha casa, dentro da sua casa, dentro da casa do nosso comandante, dentro do nosso presidente.

Entrevistadora: A violência não tem mais lugar certo, não é?

²³ Programa criado em 1993, na cidade de Los Angeles com o objetivo de diminuir o numero de ocorrência de violência entre os jovens da periferia da cidade. Hoje existe em mais de 48 cidades do Brasil.

Participante: realmente.

Entrevistadora: e no seu trabalho, o que você acha que poderia ser diferente para que as coisas funcionassem melhor?

Participante: no meu trabalho, é... eu acho assim que deveria...os... os nossos companheiros deveriam ser mais compromissados. Não estou falando que eles não são profissionais. São profissionais excelentes, passaram por preparações excelentes, mas deveriam, porque, ser policial hoje em dia e combater principalmente a violência é difícil, é muito difícil (exalta-se). Se não tiver a dedicação de quase 24 horas eu falo assim... porque minha vida particular eu vivo a polícia... e a minha dedicação é desde.... se tem uma rapaz passando duas horas da manhã na porta da minha casa e eu vejo ele abrir o portão do vizinho a responsabilidade é minha também... se eu to vendo porque eu não ligo pra polícia? (exalta-se), porque eu não ligo pro vizinho? Os nossos profissionais, eu acho que ainda precisa, na minha área, no meu trabalho, eu acho que ainda precisa melhorar. Eu acho que o cara, a pessoa precisa dedicar realmente, assim dar o sangue, entre aspas, dar o sangue, não é, trabalhar com vontade realmente, eu acho que é isso que ta faltando na nossa área.

Entrevistadora: Você que garante a execução de leis, você acha que em termos de leis, falta alguma coisa?

Participante: eu acho que tem muita coisa, começando pelo Código Penal que é antigo, é antigo e... e... assim ta caminhando muito devagar...tem projetos excelentes que tão lá na câmara...fica.... tem projeto desde 2000, são sete anos (exalta-se). Não votam... e porque não? Ai você vê... um projeto que o presidente apresenta já vão votar já e porque que aquele outro projeto lá fico desde 2000/2001? São sete anos. Leis precisam mudar. A ... a ... a justiça precisa chegar mais principalmente para aqueles que tem poder aquisitivo maior, infelizmente são tratados diferente, infelizmente. Por mais que você busque tratar iguais, mas a partir do momento que a pessoa tem dinheiro pra contratar um excelente advogado, a partir do momento que a pessoa tem um curso superior e já pode ficar em sela separada, a partir do momento que um menor de 17 anos pode matar e ir para um centro de reeducação e não é prisão, não pode nem falar prisão, nem não pode falar que ele foi preso... ta errado (exalta-se). Porque aquele sentimento de impunidade vai gerar cada vez mais com certeza, com certeza (exalta-se).

A gente vê isso quando a gente era pequeno, era educado de uma forma diferente, a gente sabia que tinha punição a gente não fazia... e hoje? E hoje a gente sabendo que não tem punição? Realmente precisa mudar, precisa mudar, precisa mudar o Código Penal, precisa

mudar o Estatuto da Criança e do Adolescente, precisa mudar e precisa mudar e rápido (exalta-se) porque a população já não agüenta mais.

Entrevistadora: você tem alguma sugestão de mudança, por exemplo, pro ECA...

Participante: (tosse) é eu acho que deveria... por exemplo, as penas deveria ser mais severa, maiores, não só trinta anos, quem sabe quarenta, cinquenta...aumentar essa pena. Colocar dentro do Brasil a prisão perpétua... é claro que isso, a princípio, não iria resolver o problema todo, mas é o primeiro caminho... baixar a maioridade penal pra... 15 anos e naqueles crimes hediondos, não ter idade, não ter idade. Se com 10, 12 anos ele foi capaz de, pra roubar, matar uma pessoa, ele tem que arcar, ele tem que arcar com as consequências... ele tem que sentir na pele, tem que ser punido. E como eu já disse, trabalhar na raiz, junto com isso trabalhar na raiz, com o controle de natalidade, porque a gente vê que as famílias que tem menos poder aquisitivo são as que mais tem filhos (ênfatisa). E esses filhos vão chegar na rua lá... vão crescer na rua e pra nós é um... é um bandido em potencial. E quando (exalta-se) qualquer pessoa vê uma criança lá na rua e num simples gesto pegar o telefone ligar 190, nem pagar não paga... denunciar... acionar o Conselho Tutelar... é muito fácil... é muito fácil... E a partir do momento que a pessoa não faz isso, ela tá contribuindo para que amanhã ou depois esse menor cresça entre na casa dela e mate o filho dela, seqüestre ela e roube os bens dela.

Entrevistadora: Você me disse sobre a questão da família, como você vê isso?

Participante: (tosse) Eu acho que é, por exemplo, para uma pessoa assumir uma família, ela, é o que eu te falei ela tinha que ter uma estrutura, é..física... de dinheiro e psicológica. “Ah... mas não deu, engravidou sem eu querer e agora?” ter uma preparação e isso, não só os órgãos ser responsáveis para dar essa preparação pra pessoa mas ela mesma já tinha que tá consciente disso... tipo assim: “ Amanhã eu vou ter um filho, mas como que eu faço pra educar esse filho? Que jeito que ele vai crescer, como ele vai crescer, onde ele vai estudar?” sabe... e controle de natalidade. Ter menos pessoas, mais fácil lidar.

Entrevistadora: Para a criança, o que seria necessário para que ela se preparasse para o futuro, por exemplo?

Participante: primeira coisa é amor. Ambiente tranquilo, amor. Alimentação, se o sistema conseguisse dar tudo que a Constituição tá falando... saúde, educação, cultura, lazer, remédio... remédio... assistência psicológica... ali tá, tá escrito certim o que ela precisa, na constituição tá escrito certim, mas o sistema não consegue, não funciona e depois depara com a... ainda ajunta profissionais da área que lidam com crianças totalmente despreparados, uma bola de neve. Essa criança, ao invés de melhorar, só vai piorando, só vai piorando... crescer

num ambiente bom, com amor, precisava de riqueza não, só o básico, isso tudo que o... que o... a lei é muito bonita lá, mas na hora do vamo vê ali... não tem nada! (ênfatiza)

Entrevistadora: Qual a dificuldade pra aplicar então?

Participante: difícil é até... a falta de conhecimento dessas pessoas, como eu te falei no projeto que eu faço parte lá... ela não sabe, a gente vê que a criança não sabe que estudar é um direito dela, brincar (exalta-se) é um direito dela, ela não sabe (exalta-se). As vezes é até falta de conhecimento de buscar o direito dela, de exigir esse direito dela de quem quer que seja... da professora... as vezes a má profissional ali dentro, as vezes que ela não pode ser tratada daquele jeito... Exigir da escola, exigir dos pais, exigir do governo... não só as crianças, como os pais também, muitos pais não sabem dos direitos. Então, é onde eu te falo, uma conscientização, sabe um ensinamento do básico, ensinar a pessoa o básico... mas eu penso... porque não se faz isso? Porque aí ficaria difícil de mexer com essas pessoas que aí elas iam exigir mesmo (exalta-se), quando você sabe que tem direito você exige mesmo. Então, às vezes, a falta de conhecimento, sabe ela, corta, os direitos das pessoas são cortados e elas acham que tá normal.

Entrevistadora: Quem você, ou o que você acha que deveria começar essa conscientização?

Participante: eu acho que tem que começar de cima, o governo, o governo Federal tinha que... sabe pelo menos dar condições dos órgãos trabalhar em cima disso. Porque às vezes a escola tem uns projetos bons, a gente chega conversa com a diretora. Muitas vezes professora e diretora tira dinheiro do bolso (exalta-se) pra ver se aquele projeto anda, quer dizer que incentivo que eles têm tendo lá de cima? É... no nosso trabalho aqui também, sabe, a gente, às vezes tem que... sabe desdobrar... As vezes falta incentivo. Então tem que juntar os dois, a vontade da pessoa querer e o incentivo... porque sem o dinheiro hoje em dia não se desenvolve um projeto, não se desenvolve uma conscientização, eu acho que... se começasse lá de cima... com certeza...

Entrevistadora: você tem algum comentário a fazer?

Participante: é... assim, eu só queria fazer um comentário, assim, porque a muito tempo, eu vi escrito, escrito no muro, eu vi pichado (ênfatiza) no muro assim: “A sociedade que nos critica é a mesma que nos criou” Então, se... eu falo isso, às vezes voltado pra mim, eu como sociedade, eu ajudasse a criar essas crianças, porque eu volto a falar, são bandidos em potencial (ênfatiza). (Pausa) E... depois, é... será que eu não contribuí? Será que eu não ajudei a criar esse monstro, esse monstro que matou o João²⁴, esse monstro que pode vir e matar meu

²⁴ João Helio, criança arrastada por 7 km na cidade de São Paulo, num assalto no sinal da cidade.

filho, um parente seu, será que eu também não sou culpado? Tá certo, igual, como aconteceu esse crime a gente só quer, as vezes a gente pensa até em fazer justiça com as próprias mãos, as vezes a gente acha que uma pena de morte aí resolveria. Mas será que aqueles homicidas, aqueles assaltantes lá, eles não... eles tiveram a chance deles? Será que tá sociedade tá jogando pedra hoje, que tá querendo a morte deles, será que ela não contribuiu um pouquinho... quando ele começou? E volto a falar... não precisa muito não... só ligar no 190 quando vê um menino aí vigiando carro, pedindo dinheiro pra cheirar tinner, a gente não sabe o que é... quando vê uma criança desocupada aí na rua, denuncia... denuncia 190, que com certeza é o primeiro passo. Porque amanhã ou depois não adianta criticar, não adianta jogar pedra, porque realmente é a gente que tá criando esses monstros, nós como um todo, desde o presidente da república até o meu lixeiro lá que eu dei exemplo pra você.

Entrevistadora: Você tem alguma sugestão para o estudo?

Participante: assim eu só queria que esse estudo chegasse em todos os níveis, você mostra... porque esse estudo seu é importante, porque? Descobrimos a causa, você descobre o remédio. Então se você tá no caminho da descoberta da causa... chega nos órgãos (ênfasis), Justiça, judiciário. Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, o Ministério Público, já disse né? Mostra pra eles... mostra pra eles seu trabalho, mostra pra eles que a causa, será que a gente tá trabalhando certo? Mostra pra eles, uma sugestão sua que tá estudando a violência com tanta ênfase, você que já estudou cinco anos lá e entrou mais na mente das pessoas, digamos assim, com certeza vai ajudar demais. Então, se você conseguir o caminho, a causa, o remédio fica mais fácil.

Entrevistadora: Eu agradeço a sua participação, e com certeza contribuirá muito para o estudo.

Participante: Eu que agradeço.